

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e
Aprendizagem

Valéria Cristina Zane

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E SUAS FAMÍLIAS

BAURU

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Valéria Cristina Zane

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E SUAS FAMÍLIAS

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, área de concentração Desenvolvimento: Comportamento e Saúde, sob a orientação da Profa. Dra. Lígia Ebner Melchiori

Bauru

2010

VALÉRIA CRISTINA ZANE

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E SUAS FAMÍLIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, Bauru/SP, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre. **Área de Concentração: Desenvolvimento: Comportamento e Saúde. Orientadora:** Prof. Dra. Lígia Ebner Melchiori

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dra. Lígia Ebner Melchiori – UNESP – Bauru

Orientadora – Presidente da banca

Dr. Raul Aragão Martins – UNESP – São José do Rio Preto

1º examinador

Dra. Alessandra Turini Bolsoni-Silva – UNESP - Bauru

2ª examinadora

Dissertação defendida e aprovada em 03/03/2010.

Dedico este trabalho aos EDUCADORES da FUNDAÇÃO CASA, que atuam diretamente com adolescentes em conflito com a lei, na esperança de romperem preconceitos e por acreditarem que a mudança é possível. Também dedico aos ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI e suas MÃES que participaram deste estudo, pois sem eles isto não teria sentido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS por tudo, pela força interna concedida diante dos obstáculos que, muitas vezes, deixaram-me desanimada e por ELE ter ouvido minhas orações, que não foram poucas.

Também agradeço a minha FAMÍLIA, em especial aos meus pais ANTONIO e MARIA LÚCIA, minhas irmãs VANESSA e VIVIANE e minha querida sobrinha ISABELA que nos trouxe ânimo diante da vida e encheu a casa de alegria. A todos vocês minha eterna gratidão.

Agradeço a ORIENTADORA, Prof. Dra. LÍGIA EBNER MELCHIORI, pelas orientações e sugestões importantes que direcionaram a finalização da pesquisa.

Agradeço ao Prof. Dr. MANOEL HENRIQUE SALGADO, do Departamento de Engenharia de Produção pelas sugestões e análises estatísticas, que de certa forma facilitaram o trabalho.

Agradeço aos PROFESSORES da PÓS-GRADUAÇÃO, em especial o Prof. Dr. KESTER CARRARA e Profa. Dra. OLGA MARIA PIAZENTIN ROLIM RODRIGUES, pelas sugestões recebidas na disciplina Seminários de Pesquisa e a Profa. Dra. SANDRA LEAL CALAIS pelo carinho fraterno dispensado em suas aulas.

Agradeço aos AMIGOS DA PÓS-GRADUAÇÃO pelo companheirismo, amizade e pelas horas lúdicas, em especial à GABRIELA MELLO SABBAG e ao FELIPE DEL MANDO LUCHESEI meus grandes companheiros nesta empreitada. A vocês todo carinho e sorte.

Agradeço aos professores da banca examinadora, Prof. Dr. RAUL ARAGÃO MARTINS e Profa. Dra ALESSANDRA TURINI BOLSONI-SILVA pelas sugestões que enriqueceram o trabalho e pela oportunidade de conhecer pessoas tão competentes e comprometidas com a área docente e a pesquisa.

Agradeço a AMIGA e Profa. Dra. MARIA DO CARMO MONTEIRO KOBAYASHI pela amizade e por ter me inspirado à vida acadêmica.

Agradeço ao JUIZ da Comarca de Botucatu, Sr. ORLANDO HADDAD NETO por autorizar a coleta de dados com os adolescentes da Fundação CASA/Botucatu.

Agradeço a equipe de funcionários da Fundação CASA/Divisão Regional Sudoeste, em especial a assistente de direção da regional sudoeste VIVIANE FERNANDA DOS SANTOS pelo empenho junto aos demais órgãos da Fundação para a autorização e realização deste trabalho e ao Diretor da Divisão Regional Sudoeste, Sr. DÁRIO DE ARRUDA MENDES NETO pela oportunidade de realizá-lo.

Agradeço a DIRETORA da Unidade Botucatu, Sra. JULIANA ROSA pelo acolhimento e ao corpo de funcionários da CASA/BOTUCATU por organizarem um ambiente propício para a coleta de dados.

Agradeço aos funcionários da FUNDAÇÃO CASA/BAURU, em especial a Diretora SILVANA REGINA DE MATOS YONASHIRO por ter me encorajado nas horas difíceis.

Agradeço as Analistas Técnicas/Psicólogas e minhas grandes amigas e companheiras de trabalho, Srtas ANDRÉA CARVALHO e VALÉRIA MARTOS DA SILVA, pelo entusiasmo, carinho e crédito na minha capacidade em realizá-lo.

Também agradeço a Analista Técnica/Assistente Social MARIA APARECIDA MIORALLI pela força e à Agente de Apoio Administrativo REGINA MARIA TAMAROZZI SILVA DE SOUZA pelas orações a mim concedidas.

Agradeço as companheiras de trabalho, coordenadora do Posto da Liberdade Assistida Srta. FÁBIA CRISTIANE GALVES DOS REIS, Analistas Técnicas/Assistentes Sociais GLAUCIA TURATO, MARIA DE FÁTIMA CARLOS ANDRADE DE OLIVEIRA e MARIA ÉRICA ZACHO pela amizade e convivência harmoniosa neste momento tão importante da minha vida. Que Deus possa iluminar seus “novos” caminhos.

Agradeço aos ADOLESCENTES em conflito com a lei e suas MÃES que aceitaram participar deste estudo, e relataram suas alegrias, tristezas e angústias na esperança de ajudarem outros adolescentes e mães.

ZANE, V.C. **Adolescentes em conflito com a lei e suas famílias**. 2010. 203f. Dissertação (Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru, 2010.

RESUMO

A população juvenil constitui um dos seguimentos mais prejudicados pelos problemas socioeconômicos do país, o que os colocam numa situação de risco e vulnerabilidade social para a prática de atos infracionais. Caso isso aconteça, sua condição passa a ser adolescente em conflito com a lei. Dessa forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê sua inserção em uma das medidas socioeducativas, entre elas a de internação. Diversos fatores de risco e de proteção encontrados na literatura associam-se ao adolescente em conflito com a lei e suas famílias e estão relacionados ao engajamento ou não desses adolescentes à prática de atos infracionais. O estudo desses fatores contribui para entender o envolvimento deles no mundo criminal. Diante desse contexto, o presente estudo se propôs a caracterizar 30 adolescentes em conflito com a lei e suas famílias, de acordo com o modelo bioecológico de Bronfenbrenner (1996). A abordagem bioecológica adotada focaliza os diferentes níveis de fatores que influenciam a vida desses adolescentes de forma negativa, e das possibilidades de se criar e fortalecer os fatores protetivos, também em diferentes níveis. Os resultados revelam que esses adolescentes apresentam idade média de 17 anos, baixa escolaridade e que coabitavam com suas famílias, antes da internação. A maioria usava maconha, cocaína e crack e começaram a praticar atos infracionais entre sete e 17 anos. O ato infracional encontrado com maior percentual foi o tráfico, seguido de roubo, furto e homicídio. Observou-se estreita relação entre prática infracional e o uso de drogas pelos adolescentes e a necessidade de aquisição de bens materiais. Detectou-se na família a condição socioeconômica precária, baixo nível de escolaridade, profissão e renda, abuso de tabaco, álcool e outras drogas, envolvimento de figuras familiares com a justiça, principalmente masculinas. Prisão, assassinatos, drogas, álcool e carência material foram algumas das intercorrências encontradas no cotidiano dessas famílias. A família recasada foi a de maior percentual (30%) entre os arranjos familiares, seguida da nuclear, extensiva e monoparental. Tanto para os adolescentes quanto para as mães o relacionamento entre eles e dele com outros membros familiares foi considerado bom, com presença de carinho, afeto e respeito. Prevaleceu o uso de fontes de apoio da rede familiar tanto para adolescentes (mãe, pai e irmãos) quanto para mães (maridos/companheiros, filhos e irmã). Detectou-se que orientar, transmitir valores e colocar regras e limites foram as orientações que prevaleceram entre as mães com seus filhos. No entanto, ameaças e agressões físicas também foram relatadas por elas. Compreender a trajetória de vida desses adolescentes e de suas famílias torna-se essencial para uma visão mais ampla a respeito do fenômeno em questão. Conclui-se que projetos preventivos e interventivos direcionados aos adolescentes em conflito com a lei e suas famílias, devem fazer parte das diretrizes sociais das políticas públicas, com o objetivo de promover alterações nas condições desfavoráveis em que vivem e assim garantir seus direitos de cidadãos.

Palavras-chave: adolescente em conflito com a lei; caracterização familiar; rede social de apoio.

ZANE, V.C. **Adolescents in conflict with the law and their families**. 2010. 203f. **Dissertation** (Master Degree in Psychology of Development and Education) - UNESP, College of Sciences, Bauru.

ABSTRACT

The youthful population constitutes one of the most harmed segments by the socio economical problems in the country, which puts them in a situation of risk and socio vulnerability to the practice of infractional acts. If this happens, his condition is going to be adolescent in conflict with the law. This way, the Statute of the Child and Adolescent presumes his insertion into one of the socio educative measures, among them, the internment. Several risk and protection factors found in the literature associate to the adolescent in conflict with the law and the families, and are related to the commitment or not of these adolescents to the practice of infractional acts. The study of these factors helps to understand their involvement in the criminal world. In front of this context, the present study is proposed to characterize 30 adolescents in conflict with the law and their families, searching for a wider regard, according to the bioecological model of Bronfenbrenner (1996). The adopted bioecological approach focuses on the different levels of factors that influence the lives of these adolescents in a negative way, and the possibilities to create and strengthen the protective factors, also in different levels. The results reveal that these adolescents are around 17 years old, low schooling and cohabited with their families before the internment. Most of them used marijuana, cocaine and crack and started to practice infractional acts among seven and 17 years old. The highest percentage of infractional act was traffic, followed by robbery, theft, and homicide. It was observed a close relation between infractional practice with the use of drugs by adolescents and the necessity to acquire material possessions. It was detected in the family a precarious socio economic condition, low level schooling, profession and income, abuse of tobacco, alcohol and drugs, involvement of family members with the justice, mainly male. Imprisonment, murders, drugs, alcohol, material need were some of the interferences found in the daily lives of these families. The remarried family had the highest percentage (30%) among the familiar arrangements, followed by the nuclear, extensive and monoparental. The relationship among the adolescents and their mothers, as well as with the other members of the family is considered good, with caress, affection and respect. The use of family support sources to the adolescents (mother, father, brothers and sisters) and to the mothers (husbands/partners, children and sister) has prevailed. It was detected that orienting, transmitting values and setting rules and limits were the guidelines that prevailed among the mothers and their children. However, threatens and physical aggression were also related by the mothers. In general, similarities among the data provided by the adolescents and their mothers were verified and these can indicate union and complicity. Understanding the route of life of these adolescents and their families is essential to have a wider view about the phenomenon that is mentioned. It can be concluded that preventive and interventive projects directed to the adolescents in conflict with the law and their families should be part of the social directives of public politics, with the objective of promoting changes in the unfavorable conditions on which they live, and this way guarantee their rights as citizens.

Key words: adolescent in conflict with the law; familiar characterization; social net support.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** – Organograma da instituição de atendimento socioeducativo de internação.27
- Figura 2** – Principais eventos ocorridos na família descrita pelos adolescentes. 71
- Figura 3** – Com quem o adolescente é mais apegado. 79
- Figura 4** – Motivos alegados pelos adolescentes para justificar porque é mais apegado a um membro familiar. 80
- Figura 5** – Primeiro ato infracional praticado pelo adolescente e ato que o levou à internação.86
- Figura 6** – Rede de suporte social utilizada pelos adolescentes e mães ou se ela inexistente. 105
- Figura 7** – Comparando as expectativas futuras dos adolescentes e das mães. 110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Idade e escolaridade das mães e dos pais ou padrastos.	67
Tabela 2 – Ocupação de mães, pais ou padrastos e renda familiar.	68
Tabela 3 – Número de coabitantes por domicílio.	70
Tabela 4 – Tipo de arranjo familiar encontrado na família dos adolescentes.	70
Tabela 5 – Principais eventos ocorridos na família no último ano, segundo as mães.	73
Tabela 6 – Como a genitora orientou o adolescente e qual a reação dele.	76
Tabela 7 – Qual filho recebeu mais atenção e o motivo, segundo as mães.	78
Tabela 8 – Idade dos adolescentes quando cometeram o primeiro ato infracional, qual foram esses atos, os motivos alegados e quais atos infracionais os levaram à internação.	85
Tabela 9 – Familiar que usa/usou álcool/drogas e/ou cumpre/cumpriu sistema prisional.	88
Tabela 10 – Percepção do adolescente quanto ao relacionamento interpessoal estabelecido com familiares que usam/usaram álcool/drogas e/ou estão/foram presos.	89
Tabela 11 – Substâncias lícitas e ilícitas utilizadas por familiares.	90
Tabela 12 – Conhecimento das mães sobre os atos infracionais e as orientações utilizadas.	91
Tabela 13 – Quais os sentimentos das mães diante da internação dos filhos.	92
Tabela 14 – Com quem de confiança os adolescentes podem contar quando precisam de ajuda ou se não tem com quem contar.	97
Tabela 15 – Com quem os adolescentes podem contar para sentirem-se mais calmos quando nervosos ou se não tem com quem contar.	98
Tabela 16 – Quem aceita o adolescente como ele é, incluindo suas qualidades e defeitos.	99
Tabela 17 – Com quem de confiança o adolescente pode contar para lhe consolar ou se não tem com quem contar.	100
Tabela 18 – Com quem de confiança a mãe pode contar quando precisa de ajuda ou se não tem com quem contar.	101
Tabela 19 – Com quem as mães podem contar para sentirem-se mais calmas quando nervosas ou se não tem com quem contar	102

Tabela 20 – Quem aceita a mãe como ela é, incluindo suas qualidades positivas e negativas ou se ela não tem quem a aceita.	103
Tabela 21 – Com quem de confiança a mãe pode contar para lhe consolar ou se não contam com ninguém.	104
Tabela 22 – Serviços de saúde utilizados pelas famílias dos adolescentes.	106
Tabela 23 – O que os adolescentes esperam para seu futuro.	107
Tabela 24 – O que as mães esperam para o futuro de seus filhos.	108

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.	17
INTRODUÇÃO.	19
O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI.	19
Definições e prevalência.	19
Legislação e procedimentos.	21
FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO PARA OS ADOLESCENTES.	28
Fatores de risco.	28
Fatores de proteção.	43
A ABORDAGEM BIOECOLÓGICA.	54
OBJETIVOS.	58
MÉTODO.	59
Participantes.	59
Local.	60
Rotina dos adolescentes na Instituição.	60
Instrumentos.	61
Procedimentos para a coleta de dados.	62
Procedimentos de tratamento e análise de dados.	64
RESULTADOS.	66
CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR DOS ADOLESCENTES E O RELACIONAMENTO ENTRE ELES.	66
Os genitores: idade, escolaridade, estado civil, ocupação e renda.	66
Condições de moradia e coabitantes.	69
Intercorrências significativas na família e mudança para o adolescente.	71
Intercorrências significativas na família destacadas pelas mães.	73

Como é o relacionamento dos adolescentes com os familiares sob a ótica deles.	74
Como é o relacionamento do adolescente com os familiares sob a ótica da mãe.	74
Como foi o relacionamento entre a genitora e o adolescente.	75
Orientação materna ao adolescente e a reação dele.	76
Qual filho precisou de mais atenção e o motivo.	78
Com qual membro familiar o adolescente é mais apegado e o motivo.	79
Resumindo os dados sobre o arranjo familiar dos adolescentes e relacionamentos com familiares.	81
HISTÓRICO INFRACIONAL E UTILIZAÇÃO DE DROGAS.	84
O ato infracional: idade de início, qual o tipo e o motivo.	84
Adolescentes: utilização de drogas, idade em que iniciaram e as mais utilizadas.	87
Familiares infratores e relacionamento dos adolescentes com eles.	87
Uso de substâncias lícitas e ilícitas pelos membros familiares.	89
Conhecimento das mães sobre os atos infracionais dos adolescentes e atitudes tomadas.	90
Os sentimentos das mães diante da internação dos filhos.	92
Resumindo o histórico infracional e uso de drogas.	93
REDE DE APOIO SOCIAL E EXPECTATIVAS PARA O FUTURO.	95
Rede de apoio social dos adolescentes.	96
Com quem de confiança os adolescentes podem contar quando precisam de ajuda.	96
Com quem o adolescente pode contar para lhe ajudar a sentir-se mais calmo.	97
Quem aceita o adolescente como ele é.	98
Com quem de confiança o adolescente pode contar para lhe consolar.	99
Rede de apoio social das genitoras.	100
Com quem de confiança a mãe pode contar quando precisa de ajuda.	100
Com quem a mãe pode contar para lhe ajudar a sentir-se mais calma.	101

Quem aceita a mãe como ela é.	102
Com quem de confiança a mãe pode contar para lhe consolar.	103
Comparando as redes de apoio social dos adolescentes e genitoras.	104
A quem a família recorre quando há problemas de saúde.	105
O que os adolescentes esperam para seu futuro.	106
O que as mães esperam para os adolescentes no futuro.	108
Comparando as expectativas para o futuro.	109
Resumindo os dados da rede de apoio social e das expectativas para o futuro.	110
DISCUSSÃO.	112
Caracterização familiar dos adolescentes e relacionamento com familiares.	112
O histórico infracional e uso de drogas pelos adolescentes e familiares.	122
Rede de apoio social e expectativas para o futuro.	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	134
REFERÊNCIAS.	139
APÊNDICES.	150
APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido para o adolescente	151
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido para o responsável.	152
APÊNDICE C – Questionário de identificação do adolescente.	153
APÊNDICE D – Questionário de suporte social.	154
APÊNDICE E – Entrevista com o adolescente.	155
APÊNDICE F – Questionário de caracterização do sistema familiar.	156
APÊNDICE G – Entrevista com a mãe.	158
APÊNDICE H – Caracterização geral das análises dos dados das entrevistas com os adolescentes e as mães.	159
APÊNDICE I – Intercorrências significativas na família e mudança para o adolescente. . .	164

APÊNDICE J – Como é o relacionamento do adolescente com os familiares sob a ótica dele.	167
APÊNDICE K – Como é o relacionamento do adolescente com seus familiares sob a ótica da mãe.	169
APÊNDICE L – Como foi o relacionamento entre a genitora e o adolescente.	171
APÊNDICE M – Como a genitora orientou o adolescente e qual a reação dele diante da orientação recebida.	173
APÊNDICE N – Qual filho precisou de mais atenção e o motivo.	177
APÊNDICE O – Qual membro familiar o adolescente é mais apegado e o motivo.	179
APÊNDICE P – Com quantos anos o adolescente começou a praticar atos infracionais, qual o tipo de ato praticado e o motivo.	181
APÊNDICE Q – Familiar que usa/usou álcool/drogas e/ou cumpre/cumpriu sistema prisional. Como é o relacionamento do adolescente com essas pessoas.	185
APÊNDICE R – As mães sabiam ou não dos atos infracionais dos adolescentes e as orientações utilizadas por elas.	188
APÊNDICE S – Os sentimentos das mães diante da internação dos filhos.	191
APÊNDICE T – O que os adolescentes esperam para seu futuro.	193
APÊNDICE U – O que as mães esperam para os adolescentes no futuro.	197
ANEXOS.	200
ANEXO A – Autorização da pesquisa pela instituição.	201
ANEXO B – Autorização da pesquisa pelo poder judiciário.	202
ANEXO C – Autorização da pesquisa pelo comitê de ética.	203

“Do rio cujas águas tudo arrastam, se diz violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem”.

Bertold Brecht

APRESENTAÇÃO

O trabalhar com adolescentes em conflito com a lei, inserido em medidas socioeducativas de internação, levou a reflexões a respeito de como é a família deles, os fatores que os levaram a estarem nessas condições, e, por outro lado, levou à observação de como suas mães ocupam um espaço importante em suas vidas, como figuras de apoio, atenção e orientação, surgindo assim o interesse pela pesquisa de campo. Elas são figuras presentes nas visitas semanais da instituição, nas entrevistas e orientações. Essas observações e reflexões geraram, por um lado, a necessidade de investigar de forma mais sistematizada e aprofundada quem são esses adolescentes, o que os motivou a cometerem o ato infracional, quem são suas famílias, como as mães vivenciam a situação dos filhos e com quem elas e seus filhos poderiam contar em situações em que necessitavam de ajuda.

Em pesquisa na literatura pode-se verificar que a população infanto-juvenil, dos 10 aos 18 anos, constitui um dos seguimentos mais prejudicados pelos problemas socioeconômicos e culturais do país, o que muitas vezes os colocam em situação de risco e vulnerabilidade social (CRUZ-NETO; MOREIRA, 1998; SCHENKER; MINAYO, 2005; FEIJÓ; ASSIS, 2004; GALLO; WILIAMS, 2005). A literatura também indica variáveis associadas tanto a fatores de risco quanto a fatores de proteção para o engajamento antissocial de crianças e adolescentes, que estão correlacionadas à idade, escolaridade, situação socioeconômica e cultural da família, violência, drogas (MINAYO, 1994; SCHENKER; MINAYO, 2005; AREDES; MORAES, 2007; LUZ; WOSNIAK; SAVI, 2004), envolvimento familiar, estratégias educativas parentais utilizadas na educação dos filhos (GOMIDE, 2000, 2006; DICLEMENTE *et al.*, 2001; SILVEIRA *et al.*, 2005; AVANCI *et al.*, 2007; MONDIN,

2008) e a rede social de apoio utilizada pela família (SIQUEIRA; BETTS; DELL'AGLIO, 2006; BRITO; KOLLER, 1999; COSTA, 2009).

Observa-se, no Brasil, escassez na literatura relacionada às mães dos adolescentes em conflito com a lei inseridos na medida socioeducativa de internação, havendo necessidade de desenvolver estudos nesta área, do ponto de vista social e acadêmico. O presente estudo pretende preencher parte dessa lacuna, caracterizando um grupo de adolescentes em conflito com a lei e suas famílias, como também identificar como esses adolescentes se relacionam com seus familiares, os sentimentos das mães em relação à situação de internação dos filhos, expectativas para o futuro e também quem são as pessoas com quem julgam poder contar como rede de apoio.

Espera-se que este estudo, em primeiro lugar, ajude os profissionais, que atuam em medidas socioeducativas a entenderem, de maneira mais ampla, as variáveis correlacionadas à conduta infracional, diminuindo dessa forma preconceitos e julgamentos desnecessários que possam impedir a efetiva implantação de projetos voltados a ressocialização desses adolescentes. Também que ele possa fornecer subsídios a serem utilizados na elaboração de programas educativos voltados ao desenvolvimento de estratégias de enfrentamento das adversidades enfrentadas por essa população, tanto para prevenir comportamentos antissociais, quanto para ajudá-los a desenvolver comportamentos que garantam um desenvolvimento saudável e, sonhando mais alto, contribuir para a definição e implantação de políticas públicas que promovam e/ou facilitem a minimização dos fatores de risco que predispõe os adolescentes às práticas infracionais.

INTRODUÇÃO

Este capítulo é composto por três seções. Na primeira descreve-se a legislação brasileira a respeito do adolescente em conflito com a lei, descrevendo o tratamento dispensado ao adolescente, no Código de Menores e na implantação do Estatuto da Criança do Adolescente – ECA (BRASIL, 2008), e a medida socioeducativa de internação, desde a aplicação até sua execução. Na segunda seção apresentam-se os fatores de risco e de proteção relacionados ao comportamento antissocial e, na terceira, a teoria bioecológica de Bronfenbrenner que fundamenta este trabalho.

O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Definições e prevalência

A literatura apresenta várias terminologias para conceituar o adolescente autor de ato infracional, porém as mais frequentes são delinquente, infrator, anormal e antissocial (GOMIDE, 2000; GOMIDE *et al.*, 2005; GALLO; WILLIAMS, 2005). Para este estudo será utilizado o termo “adolescente em conflito com a lei”. Essa terminologia está de acordo com os pressupostos da Teoria de Proteção Integral, disponíveis no ECA (BRASIL, 2008) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE; legislações que sustentam os princípios de atendimento a crianças e adolescentes (BRASIL, 2006). Essa definição também

é defendida por Gallo e Williams (2005), porque implica em uma situação temporária vivida pelo adolescente que cometeu ato infracional.

Quanto ao comportamento antissocial presente nas atitudes do adolescente em conflito com a lei, o manual DSM IV (APA, 2002), define esse comportamento como um “padrão repetitivo e persistente de comportamento, o qual prejudica outras pessoas e viola seriamente regras sociais”. Dessa forma para diagnosticá-lo é necessário sua avaliação quanto à intensidade, frequência e tempo de manutenção (GOMIDE, 2000). No entanto, neste estudo, os termos “comportamento transgressor ou antissocial”, serão utilizados como sinônimos, sem considerá-los como algo permanente, mas sim decorrente de inúmeros fatores de risco, que podem e devem ser alterados.

No último levantamento nacional do atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei, realizado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (www.direitosdacrianca.org.br), havia em 2008, 16.868 adolescentes em conflito com a lei, cumprindo sistema socioeducativo de meio fechado, sendo 11.734 na internação, 3.715 na internação provisória e 1.419 em regime de semiliberdade. De acordo com esses dados, a maior incidência de adolescentes internados concentra-se na região Sudeste do país (n=5.992), sendo que a maioria é do sexo masculino (5729), contra 263 do feminino. O estado de São Paulo apresenta o maior número de adolescentes nessa condição, com 4.121 internos (www.direitosdacrianca.org.br).

Segundo Silva e Guerres (2003), o Departamento da Criança e do Adolescente, junto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fizeram um mapeamento da situação das unidades que executam a medida socioeducativa de internação e o perfil sociodemográfico dos adolescentes inseridos nessa medida. Os resultados apontaram que esses adolescentes em sua maioria são do sexo masculino, com idades entre 16 e 18 anos, de raça negra, não frequentavam a escola e não trabalhavam no momento em que praticaram o

ato infracional, viviam com suas famílias e eram usuários de drogas. Entre as drogas mais consumidas por esses adolescentes, a maconha apareceu com maior destaque, seguida pela cocaína e crack. Os principais delitos praticados por eles foram roubos, homicídios, furtos e tráficos de drogas.

Para Laranjeira (2007), estudos sociodemográficos podem ajudar na compreensão das variáveis associadas ao comportamento antissocial. Examinar, relacionar e interrelacionar essas variáveis podem auxiliar a contextualizar as causas das atitudes transgressoras e evitar, dessa forma, julgamentos incorretos e preconceituosos, que possam prejudicar o trabalho a ser desenvolvido com esses adolescentes.

Legislação e procedimentos

O Adolescente em conflito com a lei é definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - como aquele entre 12 e 18 anos de idade incompletos, que transgrediu a lei por ter cometido um ato infracional. Dessa forma, poderá ser lhe imposta medidas socioeducativas e/ou protetivas, visando sua ressocialização (BRASIL, 2008).

Nota-se que a definição acima é precisa, porque indica a transgressão à lei, pelo adolescente, em um determinado momento e situação. E, por isso, ele deve ser responsabilizado, segundo um estatuto, que considera sua idade e sua condição de pessoa em desenvolvimento; enfim, que o celebre como sujeito de direitos e não, somente, como objeto de proteção, o que demanda ações eficazes e de caráter preventivo (FERREIRA, 2007).

Antes do ECA, o código de menores identificava o autor de ato infracional como “menor em situação irregular”, caracterizando-o como o “menor-problema”, sendo a família a

única culpada pelo seu comportamento, além dele (COUTO; MELO, 1998). Couto e Melo (1998) destacam que os menores que estavam expostos à pobreza, doença, vítimas de maus-tratos e com desvio de conduta, pertenciam a essa categoria de “situação irregular” e poderiam ser retirados de suas famílias, a qualquer momento. Geralmente, essas famílias viviam em extrema pobreza e eram consideradas nocivas para o desenvolvimento de seus filhos. A mudança dessa perspectiva ocorreu quando juristas e médicos começaram a se preocupar com novas formas de atendimento à infância, no início do século XX, responsabilizando também o Estado pela situação irregular e de abandono às crianças e adolescentes.

Com a implantação do ECA, crianças e adolescentes passaram de “situação irregular”, preconizada pelo Código de Menores, à situação de “sujeitos de direitos” (BRASIL, 2008). O adolescente que infringiu a lei passou a ser tratado como quem transgrediu uma norma imposta pelo meio social, devendo ser culpabilizado e amparado, conforme legislação especial (VOLPI, 1997). Esse tratamento se contrapõe à antiga ideia do Código de Menores, que o tratava como delinquente e marginal (COUTO; MELO, 1998)

A substituição do Código de Menores pelo ECA representou um avanço na legislação, porque propõe a garantia da proteção integral, visando o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. No caso do adolescente em conflito com a lei, disciplinou a participação integrada dos mecanismos assistenciais, tanto das esferas federais, estaduais e municipais para a execução e implantação da política de atendimento socioeducativo (BRASIL, 2006).

O SINASE é o “conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução da medida socioeducativa” (BRASIL, 2006, p.22). Apresenta-se como articulador entre a inclusão do adolescente em conflito com a lei com os

campos da política social. Neste papel de articulador, a incompletude institucional é um “princípio fundamental norteador de todo o direito da adolescência que deve permear a prática dos programas socioeducativos e da rede de serviços” (BRASIL, 2006, p.23).

A participação das políticas de atendimento e sistemas de saúde, educação, trabalho, assistência e previdência social, cultura, lazer, esporte, segurança pública, entre outros, demanda a efetivação da proteção integral junto às crianças e adolescentes (BRASIL, 2006). Quando um adolescente comete ato infracional em seu município e havendo ausência de programa ou medida socioeducativa, o município terá que se organizar por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente para sua implantação e assim garantir o cumprimento da legislação (FERREIRA, 2007). Dessa forma o acesso aos sistemas e políticas de atendimento, indispensáveis ao desenvolvimento do adolescente, devem estar próximos ao local de sua residência ou de cumprimento da medida, levando em conta à necessidade de satisfação de direitos, tanto no interior das unidades de atendimento como em núcleos externos, em integração com a comunidade (BRASIL, 2006).

Apesar da efetivação das políticas sociais nos mecanismos assistenciais ser um processo em andamento, milhares de crianças e adolescentes já foram beneficiados por algumas mudanças, que provocaram um impacto positivo nos dados sobre a situação da infância e juventude no Brasil, como a ênfase na educação fundamental, programas de suplementação de renda familiar associado à frequência escolar, atenção primária e apoio a gestantes e recém-nascidos e combate ao trabalho infantil (GONÇALVES; GARCIA, 2007). Essas iniciativas estão em andamento e, segundo essas autoras, ainda necessitam de ampliação e aperfeiçoamento.

O ECA, no artigo 103, considera ato infracional “[...] a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 2008). Por efeito desta lei os menores de 18 anos são considerados inimputáveis, ou seja, não podem ser responsabilizados pelas leis vigentes

do Código Penal, indicado aos maiores de 18 anos, prevendo medidas protetivas ou socioeducativas para o adolescente autor de ato infracional.

Segundo o ECA essas medidas, em ordem crescente de severidade, consistem em:

(I) Advertência: admoestação verbal pela autoridade judiciária, (II) Obrigação de reparar o dano: restituição do bem, ressarcimento do dano ou compensação do prejuízo a vítima, (III) Prestação de serviços à comunidade: consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período de no máximo seis meses, (IV) Liberdade Assistida: última medida em regime aberto e consiste em acompanhar psicossocialmente o adolescente e sua família, (V) Inserção em regime de semiliberdade: possibilita a realização de atividades externas, no entanto o adolescente deve-se recolher no local da medida e não comporta tempo determinado e (VI) Internação em estabelecimento educacional: é a mais severa, comporta tempo determinado de no máximo três anos, suspende o direito de ir e vir do adolescente. Cabe à autoridade judicial aplicar qualquer uma das medidas citadas, considerando a gravidade do ato e a capacidade do adolescente em cumpri-la (BRASIL, 2008).

Os adolescentes deste estudo foram sentenciados a cumprir a medida socioeducativa de internação, permanecendo privado de liberdade. A apreensão do adolescente pode ocorrer das seguintes formas: (a) quando o adolescente comete um ato infracional em flagrante, ele é apreendido pela polícia e encaminhado à Delegacia da Infância e da Juventude (DIJU) do município; (b) ou após o ato infracional, o adolescente permanece foragido e sua apreensão é solicitada judicialmente por meio do mandado de busca e apreensão (BRASIL, 2008). O artigo 106 do ECA é bem específico quanto à apreensão do adolescente: “[...] nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente”.

Na DIJU, o adolescente tem a oportunidade de descrever o ocorrido para que as autoridades competentes formalizem o Boletim de Ocorrência. Por sua vez, a autoridade

policial (Delegado) deverá, em 24 horas, comunicar sua apreensão às autoridades judiciárias competentes (Juiz e Promotor) e para a família ou pessoa responsável por ele indicada (BRASIL, 2008). Após a comunicação dos fatos à autoridade judiciária, o adolescente poderá permanecer custodiado na DIJU ou na Unidade de Internação Provisória (UIP), e deverá ser ouvido, em audiência, para comentar sobre os fatos que culminaram em sua apreensão. O adolescente também será encaminhado à equipe do Setor Psicossocial do Poder Judiciário para avaliação psicológica e social. O Laudo Psicossocial tem a função de auxiliar o juiz a determinar qual a medida socioeducativa que julga mais adequada (BRASIL, 2008).

Após as audiências e havendo indícios de culpabilidade do adolescente, o juiz decreta a medida socioeducativa de internação; ou caso contrário, quando não há provas concretas sobre a participação do adolescente, o juiz lhe dá a remissão e o entrega à família, ou ainda, caso haja necessidade, aplica medida socioeducativa mais branda (BRASIL, 2008). Após a aplicação da medida socioeducativa de internação o adolescente é encaminhado a Instituição, responsável pela execução dessa medida, onde permanecerá por no máximo três anos, sendo sua manutenção reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses (BRASIL, 2008).

Ao chegar à instituição, ele é inserido na rotina de atividades e orientado a participar delas. A rotina possui horários específicos para a escolarização, atividades culturais, esportivas, profissionalizantes, além de horários para refeições, descanso, higienização e atendimentos específicos com equipe de enfermagem (enfermeira e auxiliar de enfermagem) e equipe técnica (psicólogos e assistentes sociais). Nos finais de semana o adolescente pode ser visitado pelos membros da família (avós, pais, irmãos e companheira) e namorada, com horários reservados para essa finalidade (www.saopaulo.sp.gov.br).

A rotina da unidade de internação é executada por profissionais denominados analistas técnicos e agentes educacionais, que são pedagogos, professores de educação física,

assistentes sociais e psicólogos. Esses profissionais recebem suporte dos agentes de apoio técnico, responsáveis pela segurança. A equipe de analistas técnicos e agentes educacionais é supervisionada pelo coordenador pedagógico e a equipe de segurança pelo coordenador de pátio. Tanto o coordenador de pátio quanto o coordenador pedagógico são orientados e supervisionados pela encarregada técnica, que responde diretamente à direção da unidade (www.saopaulo.sp.gov.br), como esquematizado na Figura 1.

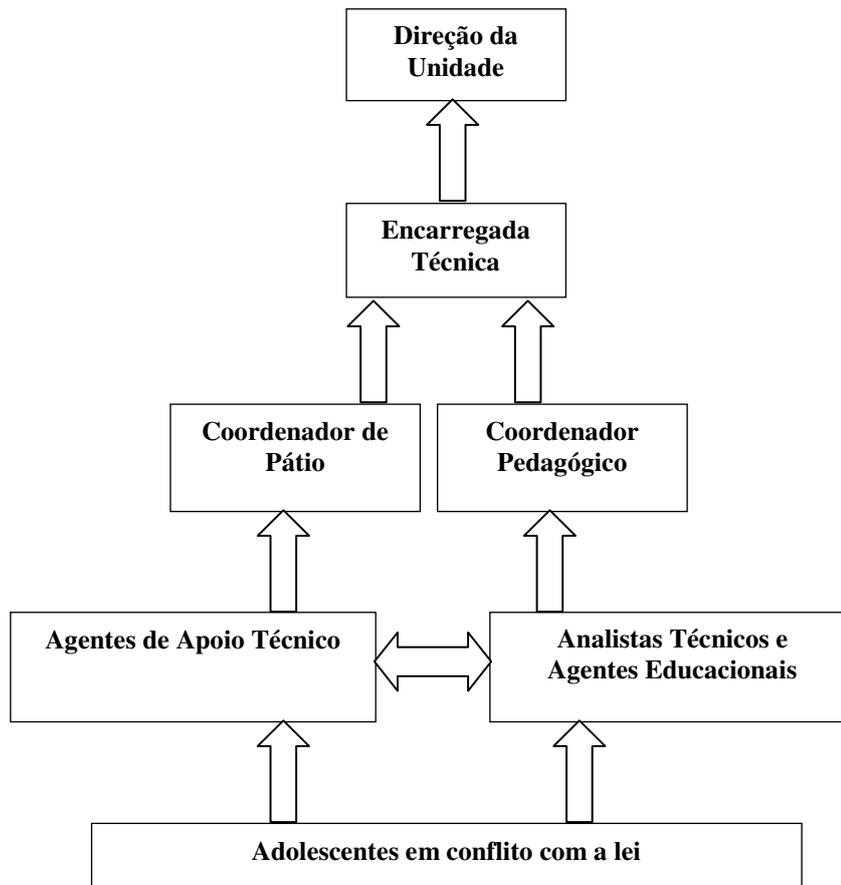


Figura 1. Organograma da instituição de atendimento socioeducativo de internação.

Silva e Gueresi (2003) descrevem avanços e limitações no sistema de atendimento socioeducativo brasileiro. Os avanços estão relacionados à construção de unidades e descentralização delas em conformidade com as normas legais do Sistema de Atendimento Socioeducativo. As limitações contemplam instituições superlotadas, falta de capacitação de trabalhadores, concepção repressiva e punitiva, casos de extrema violência, episódios de rebeliões e mortes, atendimento médico e odontológico insuficiente e precária escolarização.

Apesar das críticas acerca da maneira como a medida socioeducativa de internação é executada pelas entidades, há estudiosos que a veem como um meio para o adolescente ressignificar sua vida, como é o caso de Costa e Assis (2006). Essas autoras

acreditam que a medida socioeducativa pode ser uma possibilidade de promoção de fatores de proteção ao adolescente, cujo quadro de vulnerabilidade pode ser alterado, a partir do momento que profissionais envolvidos nesse processo enfatizam o potencial positivo, criativo e saudável do adolescente, ajudando-o na reconstrução de uma nova perspectiva para sua vida.

FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO PARA OS ADOLESCENTES

A literatura nacional e internacional descreve fatores de risco e de proteção relacionados ao engajamento ou não de crianças e adolescentes em comportamentos transgressores, que envolvem características pessoais e ambientais que podem influenciar o modo de interação do indivíduo com o mundo (PALUDO; KOLLER, 2005). Apesar dos vários fatores de risco relacionados ao comportamento antissocial, há, por outro lado, os fatores protetivos, que podem impedir ou inibir o engajamento do adolescente em atos infracionais, destacando a importância da resiliência que pode atuar desde a infância e adolescência (COSTA; ASSIS, 2006). Para uma melhor compreensão desses fatores, eles são descritos separadamente, iniciando-se pelos de risco.

Fatores de risco

Vários estudos têm procurado investigar os fatores de risco para os comportamentos antissociais de crianças e adolescentes (HASKING, 2007; BEAVER *et al.*, 2007; CUEVAS *et al.*, 2007; BURT; MCGUE; KRUEGER, 2007; TAVARES; BÉRIA;

LIMA, 2004; FEIJÓ; ASSIS, 2004; AREDES; MORAES, 2007; LUZ; WOSNIAK; SAVI, 2004; GALLO; WILLIAMS, 2005; ASSIS; CONSTANTINO, 2005; GOMIDE, 2000; CARVALHO; GOMIDE, 2005; SILVEIRA *et al.*, 2005). Entende-se por fator de risco as condições ou variáveis associadas à alta probabilidade de resultados negativos ou indesejáveis para o desenvolvimento humano e que podem comprometer a saúde, o bem-estar e o desempenho social do indivíduo (GALLO; WILLIAMS, 2005).

Alguns estudiosos (BURT; MCGUE; KRUEGER, 2007; KOOLHOF *et al.*, 2007; HASKING, 2007) encontraram evidências de que fatores biológicos podem explicar a etiologia da conduta agressiva e antissocial. Dados da pesquisa de Koolhof *et al.* (2007) indicam a correlação positiva entre baixo coeficiente de Inteligência (QI) e comportamentos antissociais, identificando em adolescentes com baixo QI, maior impulsividade e agressividade e maior envolvimento em atos infracionais, comparados aos adolescentes com QI médio e alto. No entanto, esses autores destacam que adolescentes da amostra foram mais expostos a outros fatores de risco, como baixo desempenho escolar, humor depressivo e pobreza. É importante refletir aqui na dificuldade em se analisar separadamente fatores biológicos e ambientais, uma vez que eles são muito entrelaçados e que o ambiente influencia desde a formação do cérebro e constituição física, entre outros aspectos (SHORE, 2000).

Estudo longitudinal realizado por Beaver *et al.* (2007), com 20.745 jovens de 132 escolas do ensino fundamental e médio nos EUA, teve como objetivo verificar a incidência de comportamentos antissociais relacionando-os com fatores genéticos. Os resultados indicaram a correlação positiva entre a presença do gene DRD2 com agressividade e condutas transgressoras nesses indivíduos. A maior incidência de comportamentos antissociais ocorreu entre aqueles que apresentaram esse gene. Entretanto, os autores concluíram que mesmo havendo um gene que possa influenciar tal comportamento, será a interação do indivíduo com o ambiente o principal determinante para a conduta delituosa.

A abordagem sociológica e ambiental foi utilizada por vários pesquisadores brasileiros na tentativa de tentar explicar as variáveis socioeconômicas, culturais e ambientais relacionadas à conduta infracional (FEIJÓ; ASSIS, 2004; GALLO; WILIAMS, 2005, SCHENKER; MINAYO, 2005; AREDES; MORAES, 2007). Esses estudos apontam que a maior parte dos adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade para a criminalidade é proveniente de famílias que apresentam menor poder aquisitivo, vivem em comunidades pobres e negras, apresentam baixa escolaridade, estão desempregados e usam álcool e outras drogas. A pobreza, correlacionada a outros fatores como violência e desemprego, se constituem variáveis de risco para crianças e adolescentes, no engajamento da conduta infracional (MINAYO, 1994; ASSIS; CONSTANTINO, 2005; AREDES; MORAES, 2007).

Dados semelhantes também foram encontrados em um estudo realizado por Volpi (1997), com 4.245 adolescentes de todos os estados brasileiros, inseridos em unidades de privação de liberdade. O objetivo desse autor foi o de caracterizar esses adolescentes e o de identificar os fatores de risco relacionados à conduta infracional, utilizando os dados descritos nos prontuários das instituições. Os resultados indicaram que esses adolescentes são provenientes de famílias pobres, excluídas do desenvolvimento econômico e social; apresentam baixa escolaridade e evasão escolar; envolvimento com drogas, criminalidade e trabalho infantil. Para Volpi (1997), esses jovens representam a parcela populacional mais exposta às violações de seus direitos, tanto pela família, quanto pelo Estado e sociedade. Refletindo sobre a posição desse autor, até o termo para designar o adolescente “em conflito com a lei” não é satisfatório, uma vez que ele está submetido muitas vezes a condições que favorecem a criminalidade.

Embora a pobreza tenha sido apontada como fator de vulnerabilidade e risco social para muitas famílias, ela sozinha não constitui fator de risco para a conduta infracional, visto que há muitas famílias pobres sem histórico de envolvimento criminal (GALLO;

WILLIAMS, 2008). No entanto, se acompanhada de variáveis sociais e pessoais, como violência (SCHENKER; MINAYO, 2005; LUZ; WOSNIAK; SAVI, 2004; GALLO; WILLIAMS, 2005; AREDES; MORAES, 2007; MINAYO, 1994), drogas (SCHENKER; MINAYO, 2005 GALLO; WILLIAMS, 2008; LUZ; WOSNIAK; SAVI, 2004; AREDES; MORAES, 2007), desigualdades sociais (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001; GALLO; WILLIAMS, 2005; AREDES; MORAES, 2007), menosprezo de valores e normas (FORMIGA; GOUVEIA, 2005; GOMIDE, 2000, 2003, 2006; CARVALHO; GOMIDE, 2005; ZANE; 2007), problemas comportamentais (GOMIDE, 2000; CARVALHO; GOMIDE, 2005) e de enfrentamento (HASKING, 2007), o adolescente e sua família poderão se tornar vulneráveis a situações de violência e criminalidade (MINAYO, 1994; PALUDO; KOLLER, 2008).

Vários estudos têm identificado a faixa etária mais exposta a riscos de se envolver na prática de atos infracionais. Cuevas *et. al* (2007), em estudo norte-americano, identificou a faixa de 10 a 17 anos; Gomide (2000), em estudo com adolescentes em conflito com a lei, obteve a faixa entre os 15 e 17 anos; Cruz-Neto e Moreira (1998) apontam a população infanto-juvenil entre 10 e 18 anos e o Fundo das Nações Unidas – UNICEF (www.unicef.org), avaliando as situações de vulnerabilidades e riscos sociais que afligem crianças e adolescentes no mundo, indicou alta incidência de pobreza, violência e criminalidade na faixa etária de sete a 14 anos. Esses dados diversos, obtidos por diferentes fontes, levam a reflexão da importância fundamental da fase da infância e adolescência e, conseqüentemente da necessidade de todo um suporte de apoio social, tanto em relação às crianças quanto aos genitores ou responsáveis. Na verdade, as fases de bebê e da idade pré-escolar também são fundamentais, uma vez que a criança vai desenvolvendo a auto-estima, vai descobrindo se pode confiar e contar com alguém e vai desenvolvendo a manifestação de afeto ou não (SHORE, 2000).

A violência tem sido apontada como um importante fator de risco entre os adolescentes para a conduta infracional (MINAYO, 1994; AREDES; MORAES, 2007). Para o adolescente infrator, a violência é percebida como a única forma de nivelar privilégios dentro da estrutura socioeconômica em que vive, sendo usada como uma forma de se afirmar na sociedade, o que o torna ao mesmo tempo, autor e vítima dela (AREDES; MORAES, 2007). A entrada do adolescente na criminalidade também está associada, segundo Assis e Constantino (2005), a elevada vulnerabilidade e tendência à exclusão social. Os adolescentes em conflito com a lei, usualmente convivem com situações de negligência, abandono, violência e criminalidade intra e extrafamiliar, seja na escola, comunidade e sociedade.

A criminalidade gerada pela violência é um fenômeno complexo que possui múltiplos determinantes biopsicossociais, e há correlação significativa entre alta proporção de atos violentos e criminalidade quando o álcool e outras drogas estão presentes entre os agressores. A associação do álcool e outras drogas com a violência deve ser estudada na busca de conhecimentos e práticas que contribuam para a saúde da população e prevenção da violência (MINAYO, 1994; CHALUB; TELLES, 2006). Outra vertente da violência é a doméstica, sofrida por crianças na infância, por meio de abusos físicos e psicológicos. Suas consequências, geralmente são negativas para o desenvolvimento social do indivíduo (GOMIDE, 2000, 2003, 2004, 2006). Pesquisa de Cuevas *et al.* (2007) apontou forte correlação positiva entre vitimização infantil (maus tratos e abuso sexual) com comportamentos antissociais na adolescência, prevalecendo o sexo masculino no engajamento desses comportamentos.

A família é uma instituição importante para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes e o suporte emocional dispensado por seus membros a eles pode inibir ou facilitar o desenvolvimento das suas habilidades e capacidades (KREPPNER, 2003). Para Petzold (1996), Bronfenbrenner (1996), Dessen e Braz (2000), Baptista (1996), entre outros, a família está

interrelacionada com variáveis externas, como o contexto e subsistemas ao seu redor e com variáveis internas, como intimidade e afetividade entre os pares e relações intergeracionais.

A família representa papel fundamental no desenvolvimento das características positivas de seus membros (BAPTISTA, 1996; KALOUSTIAN, 1998; FEIJÓ; ASSIS, 2004; GOMIDE, 2000, 2004; AREDES; MORAES, 2007). Esses autores também reconhecem fatores familiares, como influências negativas, no engajamento de condutas antissociais dos adolescentes e que estão associadas com problemas de relacionamento entre pais e filhos (BAPTISTA, 1996; KALOUSTIAN, 1998; GOMIDE, 2000, 2004; CARVALHO; GOMIDE, 2005; FEIJÓ; ASSIS, 2004), violência doméstica (GALLO; WILLIAMS, 2005; CUEVAS *et al.* 2007), relação afetiva precária, baixo nível de afeto e conflitos permanentes (LUZ; WOSNIAK; SAVI, 2004; FEIJÓ; ASSIS, 2004; GOMIDE, 2000, 2003, 2004, 2006), ausência de regras (FORMIGA; GOUVEIA, 2005; GOMIDE, 2000, 2004; CARVALHO; GOMIDE, 2005), uso de álcool e outras drogas pelos familiares (GALLO; WILLIAMS, 2008; SCHENKER; MINAYO, 2005; LUZ; WOSNIAK; SAVI, 2004; AREDES; MORAES, 2007), falta e dificuldade de comunicação (WAGNER *et al.*, 2002) e monitoramento negativo parental (DICLEMENTE *et al.*, 2001; FLETCHER; STEINBERG; WILLIAMS-WHEELER, 2004; GOMIDE, 2000, 2003, 2004; CARVALHO; GOMIDE, 2005),

Investigando as famílias dos adolescentes em conflito com a lei, Aredes e Moraes (2007) identificaram alguns fatores de risco para o comportamento antissocial dos adolescentes e seu engajamento na criminalidade: (a) ambiente familiar precário, (b) baixa escolaridade, (c) renda mínima para a subsistência, (d) falta de emprego e (e) abuso de álcool e outras drogas. A inserção do adolescente na criminalidade também pode estar relacionada, segundo Silva e Guerese (2003), com a qualidade do vínculo familiar estabelecido entre eles; pois os resultados da pesquisa desenvolvida por elas, com adolescentes em conflito com a lei e suas famílias, revelam que a maioria dos adolescentes estava residindo com seus familiares.

Em pesquisa desenvolvida com 61 famílias de adolescentes em conflito com a lei, Feijó e Assis (2004) constataram que pobreza, agravos a saúde, violência e exclusão social são fatores importantes para o entendimento da dinâmica familiar que pode influenciar o comportamento antissocial dos filhos e os conduzirem a criminalidade. Porém, elas destacam que é importante também considerar as consequências emocionais e financeiras decorrente da separação dos pais, ausência paterna e materna causada pelo abandono ou trabalho, o que impossibilita a supervisão apropriada da educação e cuidado com os filhos.

As vulnerabilidades pessoais e sociais para situação de risco, entre crianças e adolescentes oriundas de famílias de baixa renda, no sul do Brasil, também foram identificadas por Luz, Wosniak e Savi (2004). As autoras reconheceram que as situações de vulnerabilidade se relacionam à convivência e a disponibilidade de cigarro, álcool e outras drogas pelos familiares, exposição à violência intra e extrafamiliar, dificuldades de relacionamento interpessoal e desconfiança nas relações que exigem certo grau de hierarquia.

Pesquisa desenvolvida por Gomes e Pereira (2005), com adolescentes que estavam vivenciando o processo de institucionalização, identificou fatores de risco que os levaram a essa situação. Concluíram que são multifatoriais e estavam associados à desestruturação familiar, ausência da figura paterna, pobreza e carência de apoio social e psicológico às famílias. Toscano (2001) também identificou fatores de risco, dentro do universo familiar, que facilitam o engajamento de jovens em condutas infracionais e no uso de drogas, destacando: problemas de relacionamento entre pais e filhos; práticas educativas negativas como ausência de regras e normas claras no contexto familiar; relações afetivas pobres; uso de drogas pelos familiares; situações de conflito e falta de apoio orientação e monitoria aos filhos.

Pratta e Santos (2007), com o objetivo de levantar os pontos positivos e negativos do relacionamento familiar de 568 adolescentes de ambos os sexos e com idades entre 14 e 20 anos, usuários e não-usuários de drogas, identificaram que os aspectos positivos do relacionamento dos

filhos com os pais são o diálogo, a amizade e a compreensão. Os aspectos negativos do relacionamento familiar citados foram a falta de diálogo, a severidade, o autoritarismo, o controle e as mentiras. Entre os adolescentes usuários destacaram-se mais os aspectos negativos do relacionamento com os pais que com os adolescentes do grupo não-usuários. Para os usuários, os pontos a serem melhorados no relacionamento com os pais referem-se mais a aspectos da dinâmica familiar, como a união, relacionamento e comunicação na família.

Alguns estudiosos alertam (GOMIDE, 2003; PETTIT *et al.*, 2001; BOLSONI-SILVA; DEL-PRETTE; OISHI, 2003; GOMIDE *et al.*, 2005; SALVO; SILVARES; TONI, 2005) para as consequências emocionais negativas que podem surgir no decorrer do desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, em decorrência das práticas educativas negativas utilizadas pelos pais com seus filhos. Essas consequências podem restringir a aprendizagem e limitar a capacidade da criança em compreender e sentir suas experiências (BOLSONI-SILVA; DEL-PRETTE; OISHI, 2003), pode acarretar ansiedade e depressão, decorrentes da privação afetiva e ocasionar efeitos emocionais como tristeza, medo e raiva (GOMIDE *et al.*, 2005). Para Gomide (2003), restrições na aprendizagem associadas às reações emocionais negativas, são consideradas fatores de risco para problemas comportamentais durante o desenvolvimento infanto-juvenil.

Pacheco e Hutz (2009), com o objetivo de investigar as variáveis individuais e familiares preditoras do comportamento antissocial, entrevistaram 311 adolescentes divididos em dois grupos: infrator e não-infrator. Os resultados indicaram que o uso de drogas pelos adolescentes ou por algum familiar, o elevado número de irmãos, o envolvimento de um familiar com delito e algumas práticas educativas parentais, como o aconselhamento, castigo e privação de privilégios materiais, punição física, delegar responsabilidades para outras pessoas, não interferência e o reforçamento de comportamento inadequado, explicaram 53% da variância do comportamento infrator.

Em seus estudos sobre práticas educativas, Gomide (2000, 2003, 2004, 2006) descreveu cinco práticas negativas (negligência, abuso físico, disciplina relaxada, punição inconsistente e monitoria negativa), relacionadas a comportamentos antissociais de crianças e adolescentes. A prática da negligência ocorre quando os pais não estão atentos às necessidades dos filhos, ausentam-se da responsabilidade e não dão afeto e auxílio a eles. A falta de calor, carinho, atenção e apoio na interação com os filhos podem provocar sentimentos de insegurança, vulnerabilidade, hostilidade e agressividade dos filhos com seus pares (GOMIDE, 2004; GOMIDE *et al.*, 2005). Para Widon (1997) a negligência é caracterizada pela omissão dos pais ou cuidador em prover aos filhos as necessidades básicas como abrigo, vestuário e alimentação. Para Bowlby (1981) a negligência pode ser também emocional e está associado à instabilidade emocional da mãe, devido à doença ou estado depressivo ou ansioso, o que ocasiona a falta de cuidados e desinteresse pelos filhos. A indisponibilidade dos pais para orientar e auxiliar os filhos, associados com outras dificuldades educativas, pode configurar um campo propício para a aprendizagem de comportamentos antissociais por parte dos filhos (CARVALHO; GOMIDE, 2005). A seguir são descritas as cinco práticas educativas citadas.

O abuso físico é utilizado pelos pais para controlar os filhos, por meio de chutes, pontapés, socos e mordidas que machucam e causam dor; enfim, são punições físicas de vários tipos e intensidades com a utilização ou não de objetos para esse fim (GOMIDE, 2003; CARVALHO; GOMIDE, 2005). Essa prática inadequada apresenta uma correlação positiva entre o uso de punição física e o desenvolvimento de crianças apáticas, medrosas e antissociais (SIMONS *et al.*, 2000; GOMIDE, 2003, PACHECO; HUTZ, 2009). Segundo Pettit *et al.* (2001), mães que fazem uso da disciplina punitiva e severa desde a infância dos filhos são mais inclinadas a serem manipuladoras e intrusivas nos anos iniciais da adolescência, o que poderá prejudicar o desenvolvimento da autonomia nos filhos. Quando a

exigência para obedecer é muito grande, o provável resultado no comportamento dos filhos é a hostilidade à obediência, resistência e comportamentos externalizantes (PATTERSON; REID; DISHION, 2002). O uso de formas severas de punição corporal pelos pais, em detrimento das práticas envolventes e carinhosas pode ensiná-las que a agressão e a coerção são maneiras legítimas de solucionar problemas, e assim, ao invés de eliminar o comportamento de punir, esse acaba se ampliando (SIMONS *et al.*, 2000).

A disciplina relaxada caracteriza-se pelo comportamento dos pais em estabelecerem regras, ameaçarem os filhos para que elas sejam cumpridas, mas, quando confrontados com oposição e/ou agressão dos filhos em relação a elas, eles se omitem e evitam o confronto (GOMIDE, 2003, 2004). Para Gomide (2004) quando os pais estabelecem regras, mas não as fazem cumprir, eles estão ensinando três atitudes: (a) as regras não devem ser cumpridas, (b) a autoridade deve ser desrespeitada e (c) as crianças aprendem a manipular emocionalmente as situações para não cumpri-las.

A punição inconsistente refere-se ao comportamento dos pais em punir ou reforçar os comportamentos dos filhos, de acordo com o estado emocional momentâneo. Dessa maneira, o humor determina às ações educativas e, como consequência, a criança somente aprende a discriminá-lo, não conseguindo avaliar se o seu comportamento foi adequado ou não (GOMIDE, 2003, 2004, 2006). A punição inconsistente pode agir como um agente estressor para a criança, podendo causar baixa auto-estima, uma vez que a criança é punida independente de sua conduta (GOMIDE, 2003, 2004, 2006).

A monitoria negativa é caracterizada por dois fatores: (a) excesso de fiscalização e controle dos pais por meio de grande pressão sobre a vida dos filhos e (b) pela grande quantidade de instruções repetitivas, que não são seguidas por eles (GOMIDE, 2003, 2004, 2006). Essa supervisão estressante causa um ambiente familiar sem diálogo, estressante e hostil, pois os filhos evitam falar sobre suas particularidades na tentativa de proteger sua

privacidade. A falta de monitoria positiva pode conduzir o jovem a associar-se com pares desviantes, resultando provavelmente no desenvolvimento de comportamentos antissociais (PATTERSON; REID; DISHION, 2002; GOMIDE, 2000, 2003; CARVALHO; GOMIDE, 2005). Quando há excesso no controle psicológico ou comportamental, na vigilância parental e na utilização de práticas punitivas, a ocorrência de comportamentos inadequados pode aumentar (SIMONS *et.al.*, 2000, PETTIT *et. al.*, 2001, FLETCHER; STEINBERG; WILLIAMS-WHEELER, 2004; GOMIDE, 2003, 2004). O excesso dessas práticas pode ocasionar depressão e ansiedade nos filhos (PETTIT *et al.*, 2001, GOMIDE *et al.*, 2005), déficits em habilidades sociais (GOMIDE *et al.*, 2005; BOLSONI-SILVA *et al.*, 2008) e comportamentos antissociais (PETTIT *et. al*, 2001, DICLEMENTE *et al.*, 2001, CARVALHO; GOMIDE, 2005).

Pesquisa longitudinal foi desenvolvida por Pettit *et al.* (2001), que entrevistaram 440 mães e seus filhos em dois momentos distintos, entre 8 e 10 anos e 13 e 14 anos. Os pesquisadores procuraram correlacionar antecedentes comportamentais parentais com comportamentos antissociais dos filhos. Eles também realizaram visitas domiciliares por cinco anos para medir as práticas parentais antecedentes, verificar o contexto familiar e o índice de problemas comportamentais das crianças. Os resultados apontaram consistência com pesquisas prévias, que associaram altos índices de monitoria com diminuição de problemas de comportamento externalizantes e alto nível de controle psicológico associado com problemas de comportamentos antissociais nos meninos e depressão e ansiedade nas meninas. Esse estudo promoveu duas predições quanto a antecedentes de controle psicológico: (a) o controle pode estar associado com práticas educativas severas, desde cedo e (b) pode ser previsto, pelos relatos maternos, que seus filhos apresentam problemas de comportamento externalizantes. Nesse contexto, mães que utilizaram a severidade e a

disciplina punitiva, desde o início da infância dos filhos, estavam mais propensas a serem psicologicamente intrusivas e manipuladoras, durante os anos iniciais da adolescência deles.

É importante para os pais diferenciarem o controle psicológico e a fiscalização estressante, do real interesse pelo filho, pois o interesse exige disponibilidade dos pais para ouvi-los e ajudá-los na resolução de problemas e conflitos (GOMIDE, 2003, 2004, 2006), enquanto que o controle psicológico e a fiscalização excessiva podem contribuir para problemas comportamentais que prejudicam o desenvolvimento social do indivíduo, porque o uso excessivo do controle psicológico pode impedir, inibir ou interferir no desenvolvimento da autonomia psicológica dos filhos (PETTIT *et al.*, 2001), manter o jovem dependente dos pais (PETTIT *et al.*, 2001), incitar o filho a mentir e a desobedecer (GOMIDE, 2003, 2004) e também a unir-se com pares antissociais (PATTERSON; REID; DISHION, 2002, CARVALHO; GOMIDE, 2005).

Para Paiva e Ronzani (2009), os estilos parentais utilizados na educação dos filhos têm mostrado correlação positiva entre práticas parentais negativas e o uso de tabaco, álcool e outras drogas entre adolescentes. As práticas educativas negativas descritas pelos autores compreendem atitude negligente e permissiva dos pais perante o uso de álcool e outras drogas pelos filhos, incapacidade dos pais em controlá-los, falta de suporte parental e uso de álcool e outras drogas pelos familiares, que acabam atuando como modelos. Estudos do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (CEBRID) (www.unifesp.br) indicam que a adolescência é a época de maior exposição e vulnerabilidade para jovens consumirem drogas. Esse dado também é confirmado em vários outros estudos (TAVARES; BÉRIA; LIMA, 2004; SCHENKER; MINAYO, 2005; PRATTA; SANTOS, 2006; SOUZA; SILVEIRA FILHO, 2007).

O uso abusivo de drogas, na atualidade, constitui-se um problema eminente e abrangente que envolve diversas instâncias e acarreta custos elevados com justiça e saúde. A

dependência de drogas é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma doença que requer cuidados específicos. O consumo de drogas por adolescentes, e sua relação com a criminalidade, é tema que vem preocupando há muito os profissionais, principalmente os que atuam na área da infância e juventude (PRATTA; SANTOS, 2006). Pesquisas brasileiras (PEREIRA; SUDBRACK, 2005; PRATTA, SANTOS, 2006) confirmam essa tendência mundial e correlacionam o uso de álcool e outras drogas com práticas infracionais.

Alguns estudos (TAVARES; BÉRIA; LIMA, 2004; SCHENKER; MINAYO, 2005; PRATTA; SANTOS, 2006; SOUZA; SILVEIRA FILHO, 2007) apontam que o primeiro contato com as drogas, geralmente, ocorre na adolescência, fase marcada por mudanças profundas, tanto psíquicas quanto físicas, as quais tornam o adolescente mais vulnerável a esse engajamento. Os fatores que podem levá-los às drogas são os mais variados, e estão relacionados às características individuais e sociais, como fracasso pessoal e familiar, eventos estressores (mudanças e ambiente escolar), privações econômicas, família com conduta de álcool e outras drogas, conflitos familiares, entre outros (KALINA *et al.*, 1999; KESSLER *et al.*, 2003).

Para Tavares, Béria e Lima (2004), os fatores de risco associados ao uso de drogas transpõem os fatores sociodemográficos. Estudo desenvolvido com 2.410 estudantes, entre 10 e 19 anos, por meio de questionário anônimo auto-aplicado, teve como objetivo investigar os fatores associados ao uso de drogas entre os participantes. Os resultados indicaram relacionamento parental insatisfatório, falta de apoio, separação dos pais, envolvimento parental com drogas, ausência de prática religiosa e falta de lazer como indicativos de fatores de risco relacionados ao uso de drogas pelos adolescentes. Esses autores concluem que as diversas características familiares estão associadas ao uso de drogas pelos adolescentes, e a prevenção ao uso deve incluir ações direcionadas também as famílias, principalmente entre aquelas onde existem situações de risco já identificados.

Com a proposta de investigar como os adolescentes em conflito com a lei percebiam a relação entre o ato infracional e o consumo de drogas, Pereira e Sudbrack (2005) entrevistaram, na cidade de Brasília, 29 adolescentes inseridos em medida socioeducativa. O estudo revelou uma complexa relação entre os níveis de dependência e o ato infracional. Para esses adolescentes, a prática delituosa é decorrente do uso de drogas, sendo que o ato infracional funciona como provedor das drogas. A dependência ao uso de drogas foi um fator de risco também encontrado na pesquisa desenvolvida pela Fundação CASA - Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (www.saopaulo.sp.gov.br). Eles identificaram entre os adolescentes inseridos na medida socioeducativa de internação, quais as drogas utilizadas frequentemente, por eles, antes da internação. Entre as drogas lícitas, 58% dos adolescentes faziam uso do tabaco, 33% utilizavam álcool e 9% não utilizavam e entre as ilícitas, a maconha (62%) foi a mais utilizada seguida da cocaína (19%), lança/cheirinho da Loló (8%), cola de sapateiro (6%) e crack (5%). Portanto, utilização de drogas lícitas ou ilícitas são fatores de risco para a conduta criminal e vice-versa, devido a essa estreita e viciosa relação, mantida por seus dependentes. Dessa forma, este assunto torna-se um problema de saúde pública, que exige das autoridades competentes o investimento em programas de prevenção e intervenção para tentar minimizar o quadro atual (SCHENKER; MINAYO, 2005).

Outro fator de risco para a conduta infracional é a falta de valores éticos e morais que permeia a vida do adolescente em conflito com a lei (FORMIGA; GOUVEIA, 2005; ZANE, 2007; PRUST; GOMIDE, 2007; CARVALHO; GOMIDE, 2005). Com o objetivo de conhecer a relação entre condutas antissociais e delitivas e os valores humanos, Formiga e Gouveia (2005) aplicaram questionários em 710 jovens estudantes, entre 15 e 22 anos e sem história delitiva. Os resultados apontaram a relação positiva entre valores que visam o individualismo associados com maior frequência às condutas delitivas, e valores que

estimulam o comportamento, dentro de normas sociais mais coletivistas associados com a diminuição de condutas transgressoras. O comportamento moral também foi pesquisado por Prust e Gomide (2007) que avaliaram o estilo parental de 60 famílias de adolescentes, dividindo-as como de risco e não-risco. Os resultados apontaram que as famílias de não-risco apresentaram médias de comportamento moral superior as famílias de risco. Nas famílias de não-risco, os pais forneciam modelos morais, exercitavam a empatia e faziam a reparação do dano diante de atos antissociais. Para as autoras, o comportamento moral é uma das variáveis que podem inibir a conduta transgressora, pois a maior parte dos pais que apresentavam médias elevadas de comportamento moral também tinha filhos que as apresentavam, e o inverso também parece ser verdadeiro.

Fatores de risco associados a problemas escolares como baixo rendimento, fracasso e evasão escolar, rejeição e preconceito por parte dos professores e colegas e envolvimento com pares desviantes, também parecem ser variáveis associadas ao comportamento antissocial (GOMIDE, 2000, 2003; GALLO; WILLIAMS, 2006, 2008). Gallo e Williams (2008) identificaram o perfil de 123 adolescentes submetidos a medidas socioeducativas. A análise das informações coletadas indicou a associação entre baixa frequência escolar com alto número de reincidências nas medidas socioeducativas, ao abuso de drogas e ao emprego de armas. Também constatou que os adolescentes que apresentavam maior nível de escolaridade viviam com ambos os genitores, em contrapartida, àqueles com menor nível, viviam em famílias monoparentais. As causas mais alegadas pelos adolescentes para não frequentarem a escola foram: desinteresse (43%), abandono (14%), conflitos (14%), fracasso escolar (5%) e suspensão escolar (1%). Os autores concluíram que a baixa escolaridade pode atuar como fator de risco para a conduta infracional, e quanto mais alto o nível de escolaridade, maior a chance do adolescente não infracionar. A associação entre desempenho escolar e abuso de drogas foi estudada por Bahls e Ingbermann (2005) em

amostra de adolescentes usuários de drogas. As pesquisadoras identificaram correlação positiva entre abuso de drogas e baixo desempenho escolar.

Resumindo, as variáveis sociais, ambientais, familiares e pessoais aqui descritas, como a pobreza, a violência e criminalidade, o uso de álcool e outras drogas, as dificuldades de aprendizagem e baixa escolaridade, a associação e influência negativa de pares transgressores ou com personalidade antissocial, história de maus tratos e violência intra e extrafamiliar, dificuldades de relacionamento familiar e pouco vínculo afetivo, a falta de orientação e monitoramento negativo dos pais, são alguns dos fatores de risco aos quais muitos adolescentes estão expostos e que podem direcioná-los ao comportamento antissocial. Entender as relações causais desses fatores torna-se importante para a contextualização das atitudes transgressoras, porque assim sua etiologia será compreendida de modo mais abrangente, o que evitará preconceitos e estigmas ao adolescente e sua família (LARANJEIRA, 2007).

Por outro lado, existem os fatores que atuam como proteção às famílias e adolescentes em situações de risco. Suas funções seriam a de ajudar e proteger as famílias, nas situações estressantes e de desajustamento, oferecendo apoio material e emocional e também aos adolescentes, dificultando ou inibindo seu engajamento na criminalidade e no uso de drogas (SILVA; ROSSETTI-FERREIRA, 2002; ASSIS; CONSTANTINO, 2005; SCHENKER; MINAYO, 2005).

Fatores de proteção

Como explicar o grande número de adolescentes que foram ou são expostos a uma série de fatores de risco, diariamente, e nem por isso se envolvem com práticas delitivas ou

apresentam comportamentos agressivos ou antissociais (PALUDO; KOLLER, 2005)? Quais fatores de proteção estão atuando com maior força na determinação dos comportamentos desses adolescentes?

Entende-se por fatores de proteção aqueles que alteram ou modificam a resposta do indivíduo para algum risco do ambiente que predispõe a um resultado mal-adaptado (RUTTER, 1985). Os fatores de proteção, segundo Costa e Assis (2006) podem ser identificados em três grupos referentes à: *família*, que oferece apoio, suporte e respeito mútuo; *características individuais* para desenvolver auto-estima positiva, autocontrole e temperamento afetuoso e flexível e o *ambiente social*, que oferece apoio social externo. As diferentes trajetórias de envolvimento e não envolvimento do adolescente com atos infracionais aponta a complexa combinação dos fatores que tanto podem protegê-los como predispor-los a situações de risco (COSTA; ASSIS, 2006).

Na literatura são encontrados fatores protetivos associados tanto para inibir o engajamento de adolescentes a comportamentos antissociais, como para protegê-los contra o uso de drogas, como aponta os estudos de Kessler *et al.* (2003), Pratta e Santos (2006) e Paiva e Ronzani (2009). Os fatores de proteção citados nesses estudos são: presença dos pais, motivação pessoal, monitoramento do adolescente, suporte, ambiente estável, forte vínculo com os pais, supervisão parental, disciplina consistente, ligações com instituições pró-sociais e associação com amigos não usuários (KESSLER *et al.*, 2003; PAIVA; RONZANI, 2009), disponibilidade de informações, estrutura familiar protetora, atividades de lazer, como prática de esportes, frequentar igreja e participar de atividades com a família (PRATTA; SANTOS, 2006). No entanto, para Silva e Rossetti-Ferreira (2002), fatores de proteção não agem por si só na proteção do indivíduo, mas sim atuam em uma rede de dependência e de significações pessoais e coletivas a eles atribuídos, que oferece suporte e sustentação para o indivíduo enfrentar as adversidades da vida.

As estratégias de enfrentamento das situações adversas, entre elas a dificuldade de relacionamento e monitoramento parental e o comportamento dos filhos são assuntos amplamente difundidos pela literatura da área (AVANCI *et al.*, 2007; MENEGHEL; GIUGLIANI; FALCETO, 1998; SIMONS *et al.*, 2000; WAGNER *et al.*, 2002; MONDIN, 2008; SILVEIRA *et al.*, 2005; BOLSONI-SILVA; DEL-PRETTE; OISHI, 2003; BOLSONI-SILVA *et al.*, 2008; DICLEMENTE *et al.*, 2001; PETTIT *et al.*, 2001; FLETCHER; STEINBERG; WILLIAMS-WHEELER, 2004; CARVALHO; GOMIDE, 2005; GOMIDE, 2000, 2003, 2004) e estão associados tanto a fatores de risco como de proteção para comportamentos antissociais de crianças e adolescentes.

No Brasil, Gomide (2006) desenvolveu um modelo teórico sobre estilos parentais, alicerçado em pressupostos de outros teóricos da psicologia (BAUMRIND, 1966, MACCOBY; MARTIN, 1983; PATTERSON; REID; DISHION, 2002), divididas em práticas positivas (monitoria parental positiva e comportamento moral) e negativas, estas últimas já descritas na página 36. A monitoria parental positiva, segundo Gomide (2000, 2003, 2004, 2006) pode ser operacionalizada de várias maneiras, mas a ênfase recai sobre a supervisão dos pais sobre os filhos, o que também melhora a comunicação e a afetividade entre eles. A comunicação assertiva dos pais com seus filhos, alicerçado no respeito e escuta de opiniões, pode diminuir a incidência de problemas comportamentais (GOMIDE, 2004). Essa conclusão de Gomide é amparada por Wagner *et al.*, (2002), que enfatizaram a importância e a qualidade da comunicação entre pais e filhos como uma ferramenta para proporcionar e manter um ambiente de segurança, equilíbrio e limites aos filhos. Demonstrações de afeto, apoio, amor, carinho e interesse pelos filhos, principalmente quando relacionadas às necessidades da criança, constituem importantes componentes da monitoria positiva porque criam um ambiente propício para o desenvolvimento infantil sadio (GOMIDE, 2003, 2004). Esse ambiente acolhedor oferece a criança o sentimento de confiança, segurança e

envolvimento com seus pais, e está relacionada à qualidade e a eficácia da monitoria parental (DISHION; MCMAHON, 1998). Zamberlan, Freitas e Fukamori (1999) pesquisaram, com 317 estudantes do ensino médio, de ambos os sexos e com idades de 15 a 21 anos, alguns fatores do relacionamento familiar que poderiam afetar seus comportamentos. Os resultados indicaram que o relacionamento familiar satisfatório está alicerçado no diálogo, na confiança e no apoio dos pais e são meios de prevenir comportamentos antissociais nos adolescentes.

A monitoria positiva é apontada pelos pesquisadores como um importante componente associado ao não envolvimento de adolescentes com problemas comportamentais de risco, como o abuso de substâncias e a delinquência (DICLEMENTE *et al.*, 2001, FLETCHER; STEINBERG; WILLIAMS-WHEELER, 2004, GOMIDE, 2000, 2003; CARVALHO; GOMIDE, 2005; PETTIT *et al.*, 2001). Para Pettit *et al.*, (2001), a monitoria é um componente fundamental da regulamentação comportamental, especialmente no meio da infância e durante a adolescência, sendo definida pela conscientização e supervisão parental sobre os filhos.

Pais com habilidades sociais tendem a exercer monitoria positiva como estratégias educacionais, com o objetivo de desenvolver comportamentos pró-sociais nos filhos (GOMIDE, 2004; GOMIDE *et al.*, 2005; BOLSONI-SILVA, DEL-PRETTE; OISHI, 2003). Entende-se como habilidades sociais as ações utilizadas pelas pessoas nas relações com seus pares e que contribuem para a efetividade e qualidade das interações (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001). Por ser um comportamento aprendido e útil para lidar com as demandas específicas provenientes das interações sociais, as habilidades sociais podem reduzir comportamentos inadequados que possam prejudicar as relações interpessoais, tornando-se um instrumento importante para pais que precisam fortalecer seus repertórios educativos com intuito de desenvolver comportamentos socialmente adequados em seus filhos (BOLSONI-SILVA; DEL PRETTE; OISHI, 2003). Segundo Prust e Gomide (2007), o comportamento

pró-social é definido como aquele que desenvolve virtudes nos indivíduos, como generosidade, empatia e altruísmo.

Pesquisa desenvolvida por Gomide *et al.* (2005) buscou correlacionar práticas educativas parentais com depressão, estresse e habilidades sociais. Para tanto, utilizaram o Inventário de Estilo Parental – IEP de Gomide (2006), o Inventário de Depressão de Beck, o Inventário de Sintomas de Stress de Lipp, Inventário de Habilidades Sociais de Del Prette e Del Prette e Checklist para medidas comportamentais em ambiente escolar. Participaram do estudo oito casais e seus filhos, sendo que metade das famílias foi identificada como de risco e outra metade de não-risco, por meio do IEP. As famílias de não-risco apresentaram níveis mais elevados de práticas positivas e habilidades sociais e menor índice de estresse e depressão, do que as famílias de risco.

Patterson, Reid e Dishion (2002) apontam habilidades parentais fundamentais para o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais, como: o uso apropriado de reforço positivo, o ensinamento de resolução de problemas, supervisão e monitoria positiva, incentivo na aquisição de hábito de estudar para melhorar o desempenho escolar. As práticas educativas positivas têm efeito positivo no relacionamento entre pais e filhos, além de aumentar a autoestima da criança, o que diminui o surgimento de comportamentos antissociais (GOMIDE, 2000, 2003, 2004).

O conhecimento dos pais acerca do lugar e das atividades exercidas pelos filhos constitui não só interesse real deles pelos filhos, mas também uma atitude preventiva para comportamentos antissociais (DISHION; MCMAHON, 1998; GOMIDE, 2000, 2003, 2004). No entanto, para Borawski *et al.* (2003), somente a monitoria parental de saber onde e com quem o filho está não é preventiva para comportamento de risco. Habilidades sociais educativas parentais que estimule a criança e o adolescente a expressar opiniões e sentimentos, estabelecer relações saudáveis e satisfatórias por meio de uma comunicação

adequada e estabelecer limites e regras claras podem ajudar a prevenir comportamentos de risco (GOMIDE *et al.*, 2005; BOLSONI-SILVA *et al.*, 2008; BOLSONI-SILVA; DEL-PRETTE; OISHI, 2003).

Com o objetivo de verificar se havia ou não similaridades ou convergências entre as respostas dos pais e filhos quanto à prática educativa utilizada pela família, Carvalho e Gomide (2005) investigaram 41 famílias de adolescentes em conflito com a lei. Os resultados apontaram que pais e mães percebem as práticas educativas da mesma forma que os filhos. No entanto, mesmo os pais que utilizam algumas práticas positivas com seus filhos, não conseguiram neutralizar os efeitos das práticas negativas. Esse estudo pode ajudar na identificação do padrão comportamental dos estilos parentais em famílias de risco, oferecendo subsídios para a elaboração de programas preventivos e interventivos voltados para a orientação e treinamento para o desenvolvimento de práticas educativas mais positivas.

O comportamento moral também é uma prática educativa positiva defendida por Gomide (2004), que consiste na transmissão de valores como honestidade, generosidade, senso de justiça e discriminação entre o certo e o errado, por meio de modelos positivos dos pais (GOMIDE, 2004). Para que haja o desenvolvimento do comportamento moral, a criança deve: (a) ter a capacidade de desenvolver empatia, (b) ter sentimento de culpa, (c) participar de ações honestas, (d) saber reparar o dano (e) ter ausência de práticas antissociais (CARVALHO; GOMIDE, 2005).

Dentre os fatores de proteção, o apoio social também merece destaque pela influência positiva no desenvolvimento do ser humano, porque se refere às relações e vínculos estabelecidos e mantidos entre as pessoas (COSTA, 2009). Considera-se rede social de apoio o conjunto de relações sociais significativas e próximas que oferecem suporte aos indivíduos, principalmente em situações de risco. A qualidade das relações estabelecidas é, segundo Brito e Koller (1999), o elemento mais importante nessa rede de apoio, que influencia diretamente o

desenvolvimento de comportamento de suporte, o grau de apego e a integração social entre as fontes. O conceito de rede social de apoio fundamenta-se nos aspectos positivos das relações sociais, em compartilhar informações e auxiliar as pessoas na adaptação a novas situações (BRITO; KOLLER, 1999, ANDRADE; VAITSMAN, 2002, CHOR *et al.*, 2001) ou na diminuição do estresse causado por elas como, por exemplo, quando ocorrem mudanças (DESSEN; BRAZ, 2000; SIQUEIRA; BETTS; DELL'AGLIO, 2006), doenças, mortes e perdas (MATSUKURA; MARTURANO; OISHI, 2002).

Conforme a literatura, o apoio pode ser dividido de acordo com suas funções, que se referem a: (a) *apoio emocional*, recebido pela confiança, compartilhar sentimentos e problemas; (b) *apoio informacional*, por meio de conselhos e informações; (c) *instrumental ou material*, oferecendo ajuda no caso de enfermidades e tarefas; (d) *afetivo*, manifestando afeto, carinho e amor, e (e) *interação positiva*, ocorre por meio de atividades conjuntas (ANDRADE; VAITSMAN, 2002; COSTA, 2009; CHOR *et al.*, 2001, SIQUEIRA; BETTS; DELL'AGLIO, 2006).

As fontes de apoio compõem a rede que sustenta o desenvolvimento de crianças e adolescentes e as mais citadas na literatura são a família, a escola, os pares e a comunidade (BRITO; KOLLER, 1999; COSTA; ASSIS, 2006; COSTA, 2009; SIQUEIRA; BETTS; DELL'AGLIO, 2006). Pesquisa desenvolvida por Faco (2007) identificou entre adolescentes da zona urbana e rural quais suas fontes de apoio familiar e extrafamiliar. A figura materna foi o membro familiar mais relatado pelos adolescentes da cidade (68%) e do campo (50%). Conversa/orientação, ajuda na escola, carinho/afeto e ajuda financeira foram as principais categorias de apoio oferecidas pelas mães das duas localidades. O apoio paterno foi mencionado por 32% de adolescentes rurais e 13% de urbanos, seguidos de irmãos e avós. Em relação à rede de apoio extrafamiliar notou-se, entre os adolescentes das duas localidades que os amigos foram os mais citados.

Para Costa (2009), o tipo de apoio oferecido e o tipo de apoio que os adolescentes percebem receber e efetivamente recebem, é que sinaliza a sua efetividade. A rede social de apoio serve como proteção porque ajuda o indivíduo a desenvolver sua capacidade de enfrentar as adversidades da vida, promove a resiliência e contribui na construção de sentimentos de auto-estima e motivação (ANTUNES; FONTAINE, 2005; PINHEIRO, 2004). Assim, a rede de apoio social associa-se a saúde e ao bem-estar dos indivíduos, sendo um fator importante para o processo de adaptação a situações que envolvem estresses e distúrbios físicos ou psíquicos. Ela é dinâmica, construída e reconstruída em todas as fases do desenvolvimento humano, desde o nascimento, com a família e mais tarde também com os grupos de pares e outras pessoas extrafamiliares (SIQUEIRA; BETTS; DELL'AGLIO, 2006).

Os pais desempenham um importante papel para compor e manter as redes sociais de apoio das crianças e adolescentes, porque sua função é socializar seus filhos para que desenvolvam outras interações, e dessa forma ampliar suas redes sociais de apoio com a escola, amigos e comunidade (BRITO; KOLLER, 1999; COSTA, 2009). Na adolescência, a qualidade e a quantidade de apoio oferecido ao adolescente, pela família, podem alterar-se devido às mudanças comportamentais e sociais, intrínsecas ao seu processo de desenvolvimento, e que acabam gerando conflitos nas relações familiares (GOMES; ROSA, 2004). Grupos comunitários estão surgindo na tentativa de ampliar a rede social de apoio dos adolescentes, podendo funcionar como fatores de proteção e intervenção contra problemas comportamentais, pois o envolvimento nesses grupos pode fornecer consequências positivas para o indivíduo, como melhorar sua autoestima, aumentar sua confiança pessoal e ajudá-lo no desenvolvimento da capacidade de enfrentamento de problemas (ANDRADE; VAITSMAN, 2002).

Para Branco, Wagner e Demarchi (2008) a rede social de apoio comunitária mostra-se um importante fator preventivo e interventivo no tratamento de condutas

transgressoras. Esses autores identificaram as características da rede social de apoio de cinco adolescentes inseridos em instituição executora de medida socioeducativa. Os resultados revelaram que além da família (mãe e irmãos), os monitores e outros profissionais da instituição foram citados, por três deles, como fontes de apoio. Branco, Wagner e Demarchi (2008) destacam que mesmo diante de uma situação adversa, como a internação, esses adolescentes conseguiram ampliar suas fontes da rede social e que esses profissionais, muitas vezes, funcionam como apoio positivo e importante para os adolescentes sob seus cuidados.

Resultados semelhantes também foram encontrados por Siqueira, Betts e Dell’Aglío (2006). Eles entrevistaram 35 adolescentes, com idades entre 11 e 16 anos e abrigados em instituição localizada no sul do Brasil. Os resultados revelaram que as pessoas do contexto institucional apresentaram-se como elementos essenciais das redes de apoio social desses adolescentes. A principal fonte de apoio foi representada pelos adultos, em especial os familiares e monitores do abrigo; e o principal tipo de apoio percebido foi o instrumental, porém o emocional e afetivo também foram relatados. Para as pesquisadoras, a instituição pode ser um contexto de desenvolvimento para essa população, pela ajuda material que lhes é proporcionado e pelas novas relações de amizade e confiança que podem contar para compartilhar seus sentimentos, angústias e alegrias.

Portanto, instituições, grupos comunitários, redes de serviços de saúde podem funcionar como fator protetivo e interventivo, junto às famílias que vivem em contextos socioeconômicos desfavorecidos e de risco (GOMES; ROSA, 2004). Os membros familiares podem ser orientados a desenvolver estratégias de enfrentamento para as diversas situações de vulnerabilidade social e a rede social de apoio parece ser de fundamental importância para protegê-los de comportamentos disfuncionais que possam prejudicar a dinâmica familiar (SIQUEIRA; BETTS; DELL’AGLIO, 2006; ANDRADE; VAITSMAN, 2002).

Um aspecto que também merece ser destacado é em relação à resiliência, que pode ser definida como a habilidade de enfrentamento e capacidade de adaptação do indivíduo em superar adversidades da vida (PALUDO; KOLLER, 2005). Os fatores de proteção apresentam associação com a resiliência, porque atuam como facilitadores no processo individual de perceber e enfrentar os riscos (PESCE *et al.*, 2004). Mesmo quando os fatores de risco contribuem na determinação de comportamentos antissociais, a literatura sobre resiliência (RUTTER, 1985; PALUDO, KOLLER, 2005) esclarece que, apesar da presença deles, muitas crianças e adolescentes lidam com os estressores familiares e ambientais e dessa forma, desenvolvem-se sem apresentar comportamentos transgressores (GALLO; WILLIAMS, 2005). Os fatores protetivos podem atuar sozinhos ou conjuntamente, e ajudam o indivíduo a enfrentar problemas e a se adaptar, tornando-o resiliente.

O processo de resiliência foi descrito por Paludo e Koller (2005) ao estudar uma adolescente de rua. Elas puderam constatar que, mesmo diante da presença constante de fatores de riscos na vida dessa adolescente, suas características pessoais (capacidade de afeto e reciprocidade nos relacionamentos interpessoais) e a rede social de apoio, foram os principais fatores de proteção e colaboradores no processo de resiliência. Observou-se nesse caso, que mesmo diante do abandono materno, das perdas e de sua vivência em abrigos, ela apresentou fatores protetivos significativos que a ajudaram a adaptar-se positivamente diante das dificuldades.

Nota-se que fatores de proteção podem alterar ou modificar a resposta do indivíduo diante de eventos estressantes e inadequados para o desenvolvimento saudável (RUTTER, 1985). Desse modo, ele desenvolve a capacidade de enfrentar e se adaptar para superar adversidades da vida, descrita por Paludo e Koller (2005) como resiliência. Tanto a família, as características individuais e o ambiente social podem atuar por meio de complexa combinação a fim de proteger os indivíduos de situações de risco (COSTA; ASSIS, 2006). Na

literatura pesquisada foram descritos fatores protetivos associados tanto para inibir o engajamento de adolescentes em comportamentos antissociais como para protegê-los contra o uso de drogas.

Vários foram os fatores protetivos encontrados na literatura, que resumidamente referem-se ao êxito escolar, a capacidade individual para desenvolver estratégias de enfrentamento, a presença de vínculos afetivos familiares fortes, a presença de apoio e suporte familiar e extrafamiliar, a disponibilidade de recursos do meio social, inserção da família e do adolescente em programas de prevenção e projetos sociais da comunidade, a estabilidade emocional, capacidade de tomar decisões, ter rotinas organizadas, saber compartilhar sentimentos, ter responsabilidade, boa auto-estima, religiosidade, praticar esportes, lazer e redução da desigualdade econômica e práticas parentais positivas.

Foram apontados aqui os fatores protetivos relacionados ao não engajamento do adolescente em comportamentos antissociais, destacando a importância da resiliência que pode atuar desde a infância e adolescência a partir da família, do ambiente social e da própria capacidade do indivíduo em desenvolver características e estratégias que o protegem dos riscos (COSTA; ASSIS, 2006), a importância das práticas educativas parentais positivas e sua influência no desenvolvimento de comportamentos socialmente adequados nos filhos (GOMIDE, 2004, 2006) e a rede social de apoio que oferece suporte aos adolescentes e suas famílias, principalmente em situações de risco e estresse, ajudando-os na adaptação a novas situações (DESSEN, BRAZ, 2000).

No entanto, para compreender o fenômeno de interações pessoais e ambientais neste processo é necessário recorrer à teoria do modelo bioecológico de Bronfenbrenner (1994, 1996, 2000). Para esse autor, a noção de desenvolvimento está associada às estabilidades e mudanças que ocorrem nas características biopsicológicas da pessoa no decorrer da sua vida e ao longo das gerações; sendo estimuladas ou inibidas pelo grau de

interação com as pessoas que ocupam uma variedade de papéis, pela participação e engajamento nos diferentes ambientes e no interjogo dos aspectos biológicos, psicológicos e ambientais (BRONFENBRENNER, 1994, 1996, 2000).

A teoria bioecológica de Bronfenbrenner amplia a noção de pessoa, uma vez que retrata não somente as características idiossincráticas e subjetivas, mas também como elas são instigadas pelo desenvolvimento, considerando as crenças, os valores, os níveis de atividade, os traços de personalidade, o temperamento, as metas de vida e as motivações (MARTINS; SZYMANSKI, 2004). A seguir a abordagem bioecológica é descrita sucintamente.

A ABORDAGEM BIOECOLÓGICA

Por considerar a bidirecionalidade das relações entre as pessoas e os ambientes, Bronfenbrenner (1994, 1996, 2000) propôs o constructo teórico “processos proximais”, entendido como as interações estabelecidas entre o organismo e o ambiente, representado por quatro aspectos multidirecionais interrelacionados, a Pessoa, o Processo, o Contexto e o Tempo - PPCT.

A “Pessoa” refere-se ao fenômeno de constâncias e mudanças na vida do ser humano, considerando suas convicções, níveis de atividade, temperamento, metas e motivações. O “Processo” é a ligação entre os diferentes níveis e se constitui pelos papéis e atividades diárias da pessoa em desenvolvimento. O “Contexto” refere-se tanto ao ambiente imediato quanto ao mais remoto, mas que se relacionam e tem o poder de influenciar o desenvolvimento do indivíduo. A teoria bioecológica considera o “Tempo” como fator importante e privilegiado, denominado “cronossistema”. Ele abarca dois sentidos distintos: (a) o processo microgenético de interação que ocorre no dia a dia, entre o desenvolvimento

individual e o daqueles que estão ao redor do indivíduo e o (b) tempo histórico, que tem ajudado a modelar a cultura, e que exerce pressões na pessoa em desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 1994, 1996, 2000).

Em sua visão do modelo PPCT, Bronfenbrenner (1994, 1996, 2000) enfatiza que o modelo bioecológico permite avaliar a efetividade dos processos que produzem os resultados do desenvolvimento e revelar como esses resultados e processos variam como uma função conjunta das características da pessoa e do ambiente.

O contexto ecológico é constituído por um conjunto de sistemas interdependentes, vistos como uma organização de encaixe de estruturas concêntricas, em que um está contido no outro. Bronfenbrenner (1994, 1996, 2000) ilustra sua perspectiva teórica com base na *matrioshka* (conjunto de bonecas russas, uma dentro da outra), e retrata o desenvolvimento do indivíduo como estando no centro de um grupo de contextos interconectados, sendo que as relações entre um nível do sistema e os elementos de qualquer outro estão em contínua interação.

No centro da *matrioshka* estaria o ambiente no qual o indivíduo focalizado nas pesquisas estaria inserido, denominado de **Microssistema**, que ele define como “um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento, num dado ambiente, com características físicas e materiais específicos” (BRONFENBRENNER, 1996, p. 18). Esse autor destaca que o Microssistema considera: (a) o ambiente físico, que pode ser a casa do adolescente e a instituição que o abriga, por exemplo, com todas suas rotinas, espaço físico, atividades disponíveis; (b) as interações entre as pessoas, papéis que desempenham o adolescente com a mãe, pai, irmãos, com colegas, com os técnicos, professores, agentes de apoio; (c) as características específicas dessas pessoas, características de personalidade, de temperamento, práticas educativas, se amigáveis ou agressivas, etc. e (d) tudo isso considerando a influência das crenças e valores das pessoas que

participam do microsistema. O microsistema corresponde então ao contexto mais imediato, são ações contínuas de um dado período e que são reconhecidas e identificadas como significativas e intencionais pelas pessoas envolvidas no ambiente.

O segundo subcontexto ele denominou de **Mesosistema**, e compreende as inter-relações de dois ou mais ambientes em que o indivíduo está inserido e participa ativamente, representando as relações estabelecidas entre dois ou mais microsistemas (BRONFENBRENNER, 1994, 1996, 2000). Ele seria então representado pelas relações estabelecidas entre a família do adolescente e a instituição que o abriga. O **Exossistema** é o terceiro subcontexto ou sistema, que se caracteriza pela interconexão de vínculos entre o ambiente imediato do(s) indivíduo(s) focalizado e outros, dos quais ele(s) não participa(m) ativamente (BRONFENBRENNER, 1994, 1996, 2000). Contudo, acontecimentos nesses ambientes podem afetar o ambiente onde se encontra a pessoa em desenvolvimento. Para exemplificar pode-se citar o ECA (BRASIL, 2008), que alterou o tratamento dispensado ao adolescente autor de ato infracional

O **Macrossistema** engloba os sistemas de valores e crenças de uma cultura ou subcultura. Ele pode ser pensado como uma radiografia social de uma cultura particular, subcultura ou outro contexto social mais amplo e é constituído pelos padrões característicos do micro, meso e exossistema, pelas crenças, recursos, riscos, estilos de vida, oportunidades, opções, que estão embutidos em cada um desses sistemas, em seu caráter histórico e cultural (BRONFENBRENNER, 1994, 1996, 2000). Como exemplo pode se identificar alterações na forma da cultura tratar o adolescente que comete infrações no Brasil, antes visto como um indivíduo marginal, e hoje percebido como alguém que tem a possibilidade de se desenvolver, de dar um novo rumo a sua vida, desde que ajudado e encaminhado nesse sentido.

Assim, Bronfenbrenner (1994, 1996, 2000) destaca a importância de se tentar considerar esses quatro núcleos básicos nos delineamentos de pesquisas, indicando um

caminho que, no mínimo, amplia a visão dos fatores, seja de riscos ou protetivos, intervenientes no desenvolvimento humano.

OBJETIVOS

O objetivo geral desse estudo é o de caracterizar o adolescente em conflito com a lei inserido na medida socioeducativa de internação e sua família. Os objetivos específicos são:

1. Caracterizar a família do adolescente e o relacionamento entre eles (orientações maternas e reação dos adolescentes, qual filho a mãe julga ter dado mais atenção e com quem da família o adolescente acha que é mais apegado).
2. Caracterizar o adolescente em conflito com a lei (histórico infracional e uso de drogas ilícitas) e sua relação com familiares que usam/usaram drogas lícitas e ilícitas e/ou cumprem/cumpriram sistema prisional.
3. Identificar o conhecimento das mães a respeito do ato infracional do filho, suas reações e a dos adolescentes e seus sentimentos em relação à internação do filho.
4. Identificar a rede social de apoio dos adolescentes e de suas mães e expectativas para o futuro.

MÉTODO

Participantes

Participaram deste estudo 30 adolescentes em conflito com a lei e suas mães. Os adolescentes tinham idade entre 15 e 18 anos ($X=16,9$ anos, $DP=0,81$) e eram todos do sexo masculino. Quase metade dos adolescentes (47%) estava concentrada na faixa etária dos 17 anos de idade, 27% tinham 18 anos, 23% 16 anos e 3% 15 anos. Em relação à escolaridade, 47% tinham o ensino fundamental incompleto, 47% o ensino médio incompleto e apenas dois adolescentes concluíram o ensino médio completo (6%). Em relação ao tempo de internação dos adolescentes, na época da coleta de dados, quase metade deles (47%) estava cumprindo essa medida socioeducativa em um período compreendido entre seis e doze meses. Trinta e três por cento estavam na medida há menos de seis meses e 20% há mais de um ano.

Suas mães tinham idade entre 32 e 57 anos ($X=42$ anos, $DP=5,9$). Quanto à escolaridade, a maioria das mães (84%) tinha o ensino fundamental incompleto, 7% o completo, uma o ensino médio incompleto (3%) e duas eram analfabetas. Quanto à ocupação, 67% das mães exerciam atividade remunerada, distribuídas nos serviços domésticos em geral, como diaristas e faxineiras, serviços de alimentação, de apoio à agricultura, entre outros, e 33% realizavam tarefas domésticas em seus próprios lares. A maior parte das mães (84%) possuía união estável com seu companheiro. Quanto à religião, 67% eram evangélicas e 33% católicas.

Local

A coleta de dados com os adolescentes em conflito com a lei e suas mães ocorreu em uma entidade localizada em uma cidade do interior paulista, responsável por acolher os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação. A instituição disponibilizou um espaço reservado, arejado e com boa iluminação para os procedimentos de coleta de dados.

Rotina dos adolescentes na Instituição

A rotina dos adolescentes na instituição é fixa. No período da manhã, das sete horas ao meio dia, eles frequentam o ensino escolar obrigatório, dentro da própria instituição, ministrado por professores da rede pública estadual. Em seguida, vem o período do almoço e de descanso. No período da tarde, as turmas são divididas em atividades pedagógicas, profissionalizantes, culturais e esportivas. As pedagógicas são compostas por reforço escolar e algumas atividades de artesanato; as profissionalizantes variam entre panificação, horticultura, faixas e cartazes e informática; nas culturais são desenvolvidas oficinas de capoeira, percussão e teatro; e as esportivas por futsal, voleibol, basquetebol, judô e condicionamento físico. No meio da tarde, entre 15:00 e 15:30 horas, é servido um lanche. Após o término dessas atividades, os adolescentes são encaminhados para o banho e jantar. No período noturno, entre 19:00 e 20:30 horas, os adolescentes participam, novamente, de atividades esportivas, culturais e pedagógicas. Logo após são encaminhados para banho, lanche e descanso.

Instrumentos

A seguir são descritos cada um dos instrumentos utilizados:

Questionário de Identificação do Adolescente: este questionário foi elaborado para essa pesquisa e está dividido em três partes: **(a)** dados pessoais (idade, escolaridade); **(b)** infrações cometidas (tipo de infração, idade que iniciou a prática, motivo e tempo de internação); **(c)** drogas ilegais (usuário ou não, tipo de drogas utilizadas, idade do início do uso).

Entrevista com o adolescente: o roteiro de entrevista com o adolescente, elaborada para este estudo, apresenta questões sobre o histórico infracional, drogas, relacionamento com membros familiares que usam/usaram álcool/drogas e/ou executam/executaram sistema prisional, o relacionamento com a genitora e com outros membros familiares e com quem ele é mais apegado, as intercorrências significativas na família e o que ele espera para seu futuro.

Questionário de Caracterização do Sistema Familiar: instrumento adaptado de Dessen (2009), composto por três partes: **(a)** características demográficas da família (ex: identificação do estado civil, idade, escolaridade, ocupação atual, renda familiar); **(b)** características da constelação familiar (ex: n° de membros familiares, quem residia na casa antes da internação do adolescente, religião); **(c)** saúde (ex: dado de doenças, tipos de atendimentos recebidos, substâncias psicoativas utilizadas, eventos ocorridos). Este questionário tem por finalidade caracterizar o sistema familiar atual do adolescente e foi respondido pelas mães.

Entrevista com a mãe: o roteiro da entrevista com a mãe, elaborada para este estudo, apresenta questões para identificar o relacionamento da genitora e de outros membros familiares com o adolescente, verificar qual filho solicitou mais atenção e o motivo, como a genitora procurou

educar o adolescente e como ele reagiu às orientações, quais seus sentimentos em relação ao filho e o que ela espera para o futuro dele.

Questionário de Suporte Social: esse questionário foi adaptado do Questionário de Suporte Social, validado no Brasil por Matsukura, Marturano e Oishi (2002). Para esse estudo foram extraídas quatro questões, que são: **(a) Confiar**: com quem de confiança os adolescentes e as genitoras podem contar quando precisam de ajuda; **(b) Acalmar**: com quem podem contar para lhes ajudarem a sentirem-se mais calmos quando estão nervosos, **(c) Aceitar**: quem os aceitam com suas qualidades positivas e negativas e **(d) Consolar**: com quem de confiança o adolescente e a genitora podem contar para lhes consolarem quando estão chateados, deprimidos ou se sentindo para baixo. Os entrevistados deveriam indicar, para cada pergunta, as fontes de apoio social a que têm acesso, podendo listar até nove possibilidades, além da opção nenhuma. O objetivo desse questionário foi investigar a percepção dos participantes em relação às fontes de apoio disponíveis para as situações citadas nas questões. Este questionário foi aplicado tanto nos adolescentes quanto em suas mães.

Procedimentos para a coleta de dados

Para a definição e participação dos adolescentes e suas mães na pesquisa, primeiramente, houve a necessidade de obter autorização **(a)** da entidade, em que os adolescentes estavam cumprindo medida socioeducativa de internação, uma vez que estão sob tutela do Estado (Anexo A, p. 200); **(b)** do Promotor e do Juiz da Vara da Infância e Juventude da comarca da cidade, onde a entidade estava instalada (Anexo B, p. 201) e **(c)** do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da UNESP/Bauru (Anexo C, p. 202).

Somente após a aprovação desses três órgãos iniciou-se a seleção dos participantes. Para tanto, solicitou-se à secretaria técnica da entidade, o nome de todos os adolescentes inseridos na medida socioeducativa de internação, que ao todo contou com 56 adolescentes. Em seguida foram separados somente aqueles que preenchiam os critérios definidos para os participantes. Do total de 56 adolescentes, 48 possuíam idades entre 15 e 18 anos e tinham mãe, sendo selecionados 30 adolescentes para a pesquisa, por meio do método probabilístico de amostra aleatória simples (BUNCHAFI; KELLNER; HORA, 1998).

Após a seleção dos adolescentes, eles foram consultados a respeito de seu interesse em participar do estudo e todos aceitaram. A pesquisadora contatou então as mães dos adolescentes. O primeiro contato com elas foi realizado pessoalmente, sendo explicado o objetivo da pesquisa e solicitada sua participação, sendo que todas concordaram em participar. Os adolescentes e suas mães assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A e B, p. 149 e 150).

A coleta dos dados com os adolescentes foi realizada pela pesquisadora, na própria Instituição e em horário contrário ao definido para as aulas escolares. Foram aplicados os seguintes instrumentos, na sequência descrita: **(a)** Questionário de Identificação do Adolescente (Apêndice C, p. 151); **(b)** Questionário de Suporte Social - adaptado e validado no Brasil por Matsukura, Marturano e Oishi (2002) (Apêndice D, p. 152). Em seguida foi conduzida a entrevista semi-estruturada com o Adolescente (Apêndice E, p. 153). Todos os dados foram coletados individualmente.

Para a coleta dos dados com as mães foram aplicados os instrumentos na seguinte ordem: **(a)** Questionário de Caracterização do Sistema Familiar (adaptado de Dessen, 2009) (Apêndice F, p. 154); **(b)** Questionário de Suporte Social (adaptado e validado no Brasil por Matsukura et al., 2002) (Apêndice D, p. 152). Em seguida as mães foram entrevistadas (Apêndice G, p.156). Todos esses dados foram coletados individualmente.

Para a coleta de dados, os instrumentos foram lidos pela pesquisadora e as respostas redigidas por ela nos protocolos, pois as entrevistas não puderam ser gravadas por não ter sido permitida a entrada de equipamentos de áudio, por tratar-se de adolescentes sob a responsabilidade do Estado.

Procedimentos de tratamento e análise de dados

A leitura do Questionário de Identificação do Adolescente forneceu as unidades de análise que foram tabuladas e a frequência absoluta calculada, para cada item. Parte desses dados foi utilizada para caracterizar a amostra e as demais estão descritas nos resultados, caracterizando a vida infracional do adolescente. Para analisar os atos infracionais dos adolescentes, utilizou-se o critério estabelecido no Código Penal Brasileiro (GOMES, 2003) que prescreve as infrações contra o patrimônio e contra a pessoa. Foram calculadas as frequências e porcentagens, para em seguida estes resultados serem apresentados em quadros, tabelas e figuras.

Os dados coletados durante as Entrevistas, tanto com os adolescentes quanto com as suas mães foram submetidos a uma análise realizada em etapas, conforme proposta da Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (1977) e no modelo de análise utilizado por Mazetto (2009). Os passos utilizados para análise foram os seguintes: **(a) Pré-análise** - seleção e exploração do material: realizado após a leitura exaustiva da entrevista com cada mãe e cada adolescente; **(b) Codificação** - exploração do material: temas foram identificados e agregados como unidades de análise, a partir das verbalizações das genitoras e dos adolescentes; **(c) Categorização** - agrupamento dos temas: após a seleção e agrupamento dos temas semelhantes ou relacionados entre si, elaborou-se categorias, obedecendo aos critérios de exclusão mútua,

pertinência, objetividade e fidedignidade (SIGOLO; BIASOLI-ALVES, 1998). O sistema definitivo para análise dos dados dessa parte da entrevista encontra-se no Apêndice H (p. 157).

Os resultados do Questionário de Caracterização do Sistema Familiar foram analisados de acordo com a proposta de Dessen (2009), por meio dos seguintes procedimentos: **(a)** para as questões fechadas, os dados foram tabulados e as frequências absolutas calculadas, e **(b)** para as questões abertas foram criadas categorias para análise, as quais foram tabuladas e suas frequências absolutas calculadas. Parte desses dados foi utilizada para caracterizar a família e os demais foram descritos nos resultados, caracterizando o modo de vida familiar.

Os dados do Questionário de Suporte Social foram analisados dividindo-os como pertencentes à rede de suporte social familiar ou extrafamiliar. Em seguida, eles foram tabulados e calculou-se a frequência absoluta de cada fonte de apoio, para cada questão. Os dados foram utilizados para caracterizar a rede de apoio social dos adolescentes e genitoras.

RESULTADOS

Para melhor visualização e compreensão dos dados coletados, com os adolescentes e suas genitoras, os resultados foram divididos em três seções. A primeira seção compreende a caracterização familiar dos adolescentes, as intercorrências significativas na família, relacionamentos familiares, orientações maternas, filho que recebeu mais atenção e com quem o adolescente é mais apegado. A segunda seção abrange o histórico infracional e o uso de drogas ilícitas, familiares que usam/usaram álcool/drogas e/ou cumprem/cumpriram sistema prisional, conhecimento das mães sobre o envolvimento infracional do filho, reações das mães e sentimentos diante da situação de internação do filho. Na terceira seção serão descritos as redes de apoio social dos adolescentes e suas mães e as instituições de saúde e profissionais que os familiares utilizam em caso de necessidade. Também se descreve as expectativas dos adolescentes e suas mães para o futuro.

CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR DOS ADOLESCENTES E O RELACIONAMENTO ENTRE ELES

Os genitores: idade, escolaridade, estado civil, ocupação e renda

Na Tabela 1 encontra-se especificada a idade e a escolaridade das mães e pais ou padrastos dos adolescentes. Em relação à idade, observou-se que quase metade das mães (44%) tinha idade entre 39 e 43 anos. O grupo de pais/padrastos apresentou idade entre 29 e

61 anos, sendo que a média de idade foi de 45 anos. Trinta e oito por cento dos pais/padrastos estava na faixa etária dos 44 e 48 anos. Quanto à escolaridade, a maioria das mães (84%) e dos pais/padrastos (70%) possuía o ensino fundamental incompleto (EFI). Somente no grupo de mães havia duas analfabetas. Nenhuma mãe concluiu o ensino médio e somente uma mãe possuía o ensino médio incompleto. No grupo dos pais/padrastos, três concluíram o ensino médio (EMC).

Tabela 1. Idade e escolaridade das mães e dos pais ou padrastos.

Anos	Idade					Escolaridade			
	Mães		Pai/padrastos			Mães		Pais/padrastos	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%		<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
29-33	02	07	03	12	Analfabeto	02	06	-	-
34-38	06	20	01	05	EFI	25	84	17	70
39-43	13	44	04	17	EFC	02	07	03	13
44-48	04	13	09	38	EMI	01	03	01	04
49-53	04	13	03	12	EMC	-	-	03	13
54-58	01	03	03	12					
59-61	-	-	01	04					
T o t a l	30	100	24	100	T o t a l	30	100	24	100

Quanto ao estado civil, quase metade delas (47%) era convivente, 37% casadas oficialmente, o que perfaz um total de 84% com união estável com seu companheiro. Dezesseis por cento eram solteiras.

A Tabela 2 apresenta a ocupação das mães e dos pais ou padrastos e a renda familiar. Quanto à ocupação, 67% das mães e 84% dos pais e padrastos exerciam atividade remunerada. As ocupações foram agrupadas de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (www.mteco.gov.br). As ocupações exercidas por eles foram: **(a)** trabalhadores dos serviços domésticos em geral (faxineira, empregada doméstica e diarista); **(b)** trabalhadores de estrutura de alvenaria (pedreiros de acabamento, manutenção e conservação); **(c)** trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (operador de máquina), **(d)** operadores de máquinas para costura de peças do vestuário (costureiras em geral); **(e)**

trabalhadores auxiliares nos serviços de alimentação (ajudante de cozinha, salgadeiro e pizzaiolo); **(f)** trabalhadores de apoio a agricultura (lavrador/a); **(g)** motoristas de veículos de carga em geral (motorista de caminhão); **(h)** poder público (funcionários públicos); **(i)** cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos (cuidador de idosos); **(j)** camareiros, roupeiros e afins (camareira de hotel); **(k)** operadores do comércio em lojas e mercados (atendentes) e **(l)** catador de material reciclável.

Tabela 2 – Ocupação de mães, pais ou padrastos e renda familiar.

Ocupação de mães e pais/padrastos	Mães		Pais		Renda Familiar		
	f	%	f	%	Salário mínimo	f	%
Serviços domésticos em geral	09	30	-	-	≥ 1 a <2	09	30
Trabalhadores de estrutura de alvenaria	-	-	08	33			
Produção de bens e serviços industriais	01	03	02	08			
Operadores de máquinas para costura	02	07	-	-			
Auxiliares nos serviços de alimentação	03	11	01	04			
Trabalhadores de apoio a agricultura	02	07	01	04	≥2 a <4	17	57
Motoristas de veículos de carga	-	-	03	13			
Poder público	-	-	02	08			
Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos	01	03	-	-			
Camareiros, roupeiros e afins	01	03	-	-			
Operadores do comércio em lojas e mercados	-	-	03	13	≥4 a ≤6	04	13
Catador de material reciclado	-	-	-	-			
Do lar	10	33	-	-			
Aposentados	-	-	04	17			
Total	30	100	24	100	T o T a l	30	100

*Salário mínimo vigente na época: R\$ 465,00.

No grupo das mães, 67% recebiam remuneração, e as principais funções desempenhadas eram serviços domésticos (30%), serviços de alimentação (11%), de apoio a agricultura e operadora de máquina para costura (7% para cada). No grupo dos pais e padrastos, 83% exerciam atividade remunerada, sendo que as principais funções exercidas eram como trabalhador de estrutura de alvenaria (33%), seguido de motorista de veículos de carga (13%) e colhedor de material reciclado (13%). Ainda, nesse grupo havia 17% de

aposentados e no grupo das mães 33% não exerciam atividades remuneradas, porém realizavam tarefas domésticas em seus próprios lares. Quanto à renda das famílias dos adolescentes, observou-se que mais da metade (57%) recebia de dois a quatro salários mínimos, 30% recebia até dois salários mínimos e 13% de quatro a seis salários mínimos por mês. O valor médio da renda percapita em real das famílias foi de R\$ 50,89, sendo sua variação de R\$ 11,11 a R\$ 558,00.

Condições de moradia e coabitantes

A maioria das famílias (97%) residia na zona urbana e uma na rural. Das famílias que residiam na zona urbana, a grande maioria residia na periferia e duas na área central da cidade. Quanto ao tipo de moradia, grande parte das famílias (97%) residia em casas e uma em barraco. Mais da metade das famílias possuía casa própria (53%), 33% pagavam aluguel e 14% residiam em casa cedida por outros familiares.

Investigou-se, com as mães dos adolescentes, o número de pessoas que coabitam no mesmo domicílio antes da internação do adolescente. Na Tabela 3 pode-se verificar que em mais da metade (53%) dos domicílios residiam de duas a quatro pessoas, e em 47% deles, habitavam famílias de cinco a mais de dez pessoas.

Tabela 3. Número de coabitantes por domicílio.

Coabitação		
N. pessoas	<i>f</i>	%
2 a 4	16	53
5 a 7	10	33
8 a 10	02	07
> 10	02	07
T o t a l	30	100

Investigou-se também com as mães dos adolescentes, quais os arranjos familiares predominantes na estrutura familiar. Na Tabela 4 pode-se verificar esses arranjos.

Tabela 4. Tipo de arranjo familiar encontrado na família dos adolescentes.

Tipo de arranjo familiar				
	Recasada (Padrasto-mãe-filhos)	Nuclear (pai-mãe-filhos)	Extensiva (pai-mãe-filhos-tio-sobrinho)	Monoparental (mãe-filhos)
<i>f</i>	09	08	07	06
%	30	27	23	20

Nota-se que 30% são de famílias recasadas e apresentam na sua composição mães, padrastos e irmãos e às vezes, meio irmãos dos adolescentes, 27% são de famílias nucleares, compostas por mães, pais e filhos. As famílias extensivas caracterizam 23% da amostra e tem mãe, pai, filhos e outros parentes, como avós, tios e netos e 20% são monoparentais, compostas por mães e filhos.

Intercorrências significativas na família e mudança para o adolescente

Investigou-se também, com os adolescentes, quais as intercorrências significativas ocorridas em sua família e como foi essa experiência para ele. Foram obtidas 33 respostas. As respostas foram classificadas em três categorias gerais: **(a)** eventos positivos (24%); **(b)** eventos negativos (69%) e **(c)** eventos regulares, quando às vezes eram bons e às vezes ruins (6%). (Ver Apêndices H, p. 157 e I, p. 162).

As 23 respostas sobre eventos negativos foram subdivididas em quatro categorias: **(a)** morte, devido à doença ou de causa não especificada; **(b)** morte trágica, quando ocorreu por assassinato, afogamento, descarga elétrica, congestão; **(c)** separação dos pais e **(d)** prisão. A categoria de eventos positivos contou com oito respostas, que foram classificadas em três subcategorias: **(a)** gravidez e nascimentos; **(b)** casamentos; **(c)** separação dos pais. Já a categoria eventos regulares contou com duas respostas alocadas na subcategoria separação dos pais. A Figura 2 apresenta esses dados.

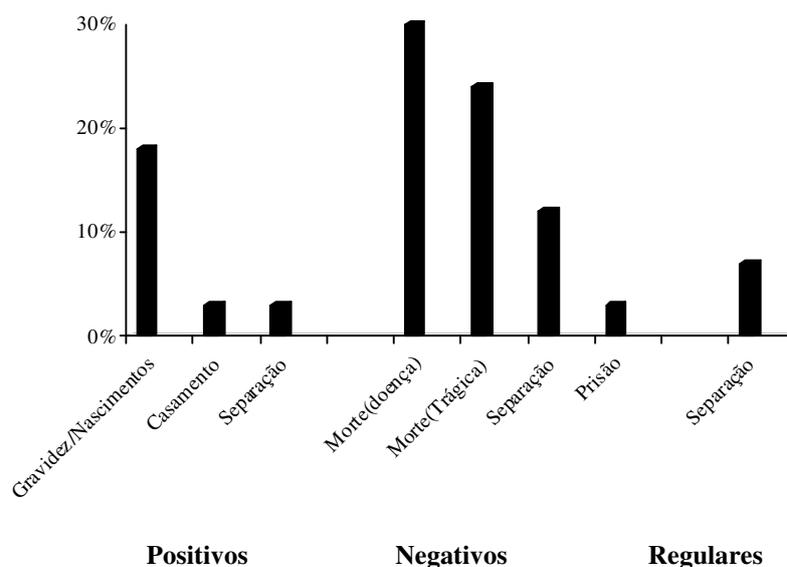


Figura 2. Principais eventos ocorridos na família descrita pelos adolescentes.

Nota-se que a categoria eventos negativos foi a mais destacada pelos adolescentes. Verifica-se que a maior parte dos acontecimentos negativos está relacionada a mortes de familiares (irmãos, tios, avós), tanto por causas julgadas naturais ou não especificadas ou por tragédias: (A1) *“Mataram meu tio porque ele foi cobrá o cara que vendia droga pra ele. Eu gostava dele e sinto saudade”*. Ainda nesta categoria, a subcategoria separação dos pais também foi enfatizada por quatro adolescentes: (A4) *“Sim, separação da minha mãe e do meu pai. Não aceitei a separação. Não foi muito bom pra mim. Eles deveria ficá juntos, mas foi eles que escolheu assim. Senti tristeza quando eles se separaram”*. Outra subcategoria de eventos negativos foi à prisão de membros familiares relatada por um adolescente: (A26) *“Depois que meu cunhado foi preso, meu pai e minha mãe começô a bebê de tristeza e ficaram alcoólatras. Foi uma mudança pra pior.”*

A categoria eventos positivos foi destacada por quase um quarto dos adolescentes. Dentro dessa categoria, a subcategoria mais enfatizada foi a gravidez/nascimentos: (A4) *“Minha sobrinha e meu sobrinho nasceram. O nascimento dos sobrinhos foi bom porque sou bastante apegado a eles. Apegado quer dizer que eu ficava lá com eles e brincava com eles”*. A subcategoria casamentos foi relatada por um adolescente: (A3) *“Meu irmão casô. Saiu de casa e sentia saudade dele. Fui morá com ele e trabalhá por duas semanas. Foi uma experiência boa”*. A subcategoria enfatizada por outro adolescente se refere à separação dos pais: (A21) *“A separação dos meus pais. A separação foi bom, porque não dava certo um casal só discutí. Cada um foi pro seu lado. Eles brigava muito. A separação deles trouxe alegria pra mim e pros meus irmãos”*.

A categoria eventos regulares apresentou respostas relativas também à separação dos pais: (A5) *“A separação do meu pai e da minha mãe. Às vezes, eu achava que era bom, outras não, porque ele era meu pai e ela minha mãe. Morei um ano com meu pai, cuidava de*

mim, mas começô a bebê e voltei pra casa dela [mãe]”. Nota-se que a separação dos pais foi citada nas três categorias, indicando como um mesmo evento pode ser percebido ora como sendo positivo, ora negativo ou como apresentando tanto os aspectos bons como os ruins.

Intercorrências significativas na família destacadas pelas mães

As mães forneceram informações a respeito dos principais eventos ocorridos em suas famílias no último ano. Foram obtidas 86 respostas, classificadas em duas categorias gerais: **(a)** eventos negativos e **(b)** eventos positivos, conforme sugerido por Dessen (2009). A Tabela 5 revela a frequência de respostas desses eventos, ocorridos nas famílias dos adolescentes.

Tabela 5. Principais eventos ocorridos na família no último ano, segundo as mães.

Tipo de Eventos		<i>f</i> parcial %		<i>f</i> total %	
Negativos	Internação do adolescente	28	32	76	88
	Hospitalização na família	13	15		
	Morte	09	10		
	Desemprego	09	10		
	Mudança de residência	06	08		
	Problemas Financeiros	06	08		
	Prisão	04	04		
	Repetência escolar	01	01		
Positivos	Trabalho	05	06	10	12
	Gravidez/Nascimento	05	06		
T o t a l		86	100	86	100

Verifica-se que os eventos negativos (88%) prevalecem diante dos positivos (12%). Os eventos negativos mais destacados pelas genitoras foram: a internação do adolescente na entidade (32%), hospitalização na família (15%), morte (10%) e desemprego (10%). Os eventos positivos descritos estão relacionados à colocação no mercado de trabalho (6%) de algum membro da família e gravidez/ nascimento (6%).

Como é o relacionamento dos adolescentes com os familiares sob a ótica deles

Investigou-se com os adolescentes qual o tipo de relacionamento deles com seus familiares (mãe, pai/padrasto, irmãos, avós, tios e primos) e foram obtidas 30 respostas. Todas as respostas foram classificadas em três categorias gerais: **(a)** ótimo/muito bom; **(b)** bom e **(c)** regular, quando às vezes eram bons, outras não ou eram bons, mas piorou ou bons com uns, mas não com todos (Ver Apêndices H, p. 157 e J, p. 165).

A maioria das respostas obtidas foi dentro da categoria bom relacionamento (83%): **(A7)** “*Bom. Porque tão sempre perto da gente quando a gente precisa, sempre vivem em união e não fica brigando.*” Os motivos relatados para esse bom relacionamento foram porque se sentem amados, há união, apoio, carinho, amor e atenção entre eles. A minoria (7%) refere como ótimo/muito bom o relacionamento com seus familiares por haver afeto, companheirismo e felicidade. Entretanto para outros adolescentes (10%) o relacionamento é considerado regular, porque apesar do carinho e atenção presentes, também ocorrem brigas e desentendimentos.

Como é o relacionamento do adolescente com os familiares sob a ótica da mãe

Investigou-se, junto às genitoras, como é o relacionamento do adolescente com os familiares. Foram obtidas 30 respostas, que foram classificadas em três categorias gerais: **(a)** ótimo/muito bom; **(b)** bom e **(c)** regular, quando às vezes eram bons, outras não ou eram bons, mas piorou ou eram bons com uns, mas não com outros. (Ver Apêndices H, p. 157 e K, p. 167). Mais da metade das respostas maternas (63%) foi no sentido de que o relacionamento era bom: **(M14)** “*Relacionamento bom, conversa, escuta meu conselho, é carinhoso, cuidava*

da casa, fazia comida e nunca brigô com ninguém". Consideram o relacionamento bom porque há carinho, afeto, respeito e apego. Vinte por cento das mães consideram seu relacionamento ótimo/muito bom e outras 17% consideram-no regular porque ocorrem brigas, agressões físicas, discussão e desobediência.

Como foi o relacionamento entre a genitora e o adolescente

As mães também relataram como foi o relacionamento delas com os adolescentes participantes, desde a infância até hoje. Foram obtidas 30 respostas maternas, classificadas em quatro categorias gerais: **(a)** ótimo/muito bom; **(b)** bom; **(c)** regular, quando às vezes era bom, outras não ou era bom, mas piorou ou bom com uns, mas não com outros e **(d)** ruim, quando deu muito trabalho (Ver Apêndices H, p. 157 e L, p. 169).

A categoria enfatizada por quase metade das genitoras é o relacionamento bom (43%): **(M8)** *“É bom, ele nunca foi malcriado. Dava conselho e ele obedecia, me escutava e não era agressivo”*. Para nove mães (30%), o relacionamento entre elas e esses filhos é considerado regular: **(M2)** *“Na infância foi bom, eu procurava conversa e ele escutava. Mas com 14 anos não consegui mais controla, ele saia de manhã e voltava à noite”*. A categoria ótimo/muito bom contou com as respostas de seis mães (20%): **(M13)** *“É ótimo, sempre escutava, respeitava as regras da casa, me obedecia e não batia boca”*. A categoria ruim foi indicada por duas mães (7%): **(M10)** *“Rebelde, eu acho. Eu tenho certeza”*.

Orientação materna ao adolescente e a reação dele

Investigou-se também como a genitora orientou o adolescente e qual a reação dele frente às orientações recebidas. Foram obtidas 37 respostas, divididas em três aspectos: **(a)** educativo positivo; **(b)** afetivo e **(c)** educativo negativo. A categoria geral aspecto educativo positivo, foi dividida em duas subcategorias: **(a)** orientar/transmitir valores, que se refere a ensinar o certo e o errado, a importância do estudo, trabalho, honestidade, não andar com más companhias, respeitar as pessoas e ir à igreja e **(b)** colocar regras/limites. Na categoria geral afetivo há uma subcategoria: **(a)** dar carinho/dedicação. A categoria educativo negativo foi dividida em duas subcategorias: **(a)** não dava atenção e **(b)** permissiva (Ver Apêndice H, p. 157 e M, p. 171).

Quanto à reação do adolescente frente às orientações recebidas foram obtidas 37 respostas, classificadas em quatro categorias gerais: **(a)** positiva; **(b)** negativa; **(c)** variou (ora positivo ora negativo) e **(d)** não informou, que inclui respostas não selecionadas ao que foi perguntado. A Tabela 6 apresenta os dados sobre a maneira como a mãe procurou orientar o adolescente e a reação dele.

Tabela 6. Como a genitora orientou o adolescente e qual a reação dele.

Tipo de orientação				Reação do adolescente									
		f parcial %		f total %		Positiva f %		Negativa f %		Variou f %		Não informou f %	
Educativo positivo	Orientar/transmitir valores	25	67	35	94	11	29	05	14	04	11	05	14
	Colocar regras/limites	09	24			04	11	-	-	02	05	03	07
Afetivo	Dar carinho/dedicação	01	03			-	-	01	03	-	-	-	-
Educativo negativo	Não dava atenção	01	03	02	06	-	-	01	03	-	-	-	-
	Permissiva	01	03			-	-	-	-	-	-	01	03
T o t a l		37	100	37	100	15	40	07	20	06	16	09	24

Pode-se verificar que na maioria das respostas (94%) houve um maior destaque para os aspectos positivos na forma de orientar os filhos que negativos, sendo que orientar e transmitir valores foi a subcategoria mais citada em 67% delas, com reação positiva do adolescente frente às orientações (29%): **(M5)** “*Sempre orientava, sempre procurei colocá ele em projeto educativo pra preenche seu tempo e procurava conversá com ele, sempre me acompanhô [nos projetos educativos]*”. No entanto, ainda nessa categoria orientar e transmitir valores observou-se, nos relatos de algumas mães, que a atitude do adolescente frente às orientações foi negativa (14%): **(M1)** “*Levava pra igreja. Conversava, orientava e dava conselho, mas não quis mais. Reagiu resmungando mas ía. Ele retrucava dizendo que não ía dá nada porque era menor*”. Quase um quarto das respostas das mães (24%) foi de que colocava regra/limite, sendo 11% com reação positiva do adolescente: **(M26)** “*Chamava atenção e batia quando fazia coisa errada. Ele corria, não assumia as coisas que fazia de errado e ficava na casa dos colega*”. A categoria aspecto afetivo foi citada apenas por uma genitora e a reação do adolescente foi negativa: **(M4)** “*Com muito carinho e dedicação, sempre dando o melhor. Eu acho que ele não entendeu nada e a resposta táí*”.

Na categoria geral aspecto educativo negativo, notou-se no relato de uma mãe, que a mesma não dava atenção ao filho e a reação do adolescente, segundo relato materno, foi negativa: **(M10)**: “*Foi minha culpa por causa da separação [com o pai do adolescente]. Meu filho que tá preso tinha 9 anos e ele [adolescente] tinha 7. Eu bebia e fumava e não dei aquela educação, atenção e carinho, que eles merecia. Na adolescência não me obedecia, não tinha autoridade. [Ele] também não respeitava o pai*”. Outra mãe relata ter sido permissiva na educação do filho: **(M15)** “*Acho que deixei ele saí muito cedo e as amizade que pra mim era boa não era.*”

Qual filho precisou de mais atenção e o motivo

Investigou-se entre as genitoras qual filho precisou de mais atenção e o motivo dessa atenção. Foram obtidas 30 respostas, no qual as mães relataram se foi o próprio adolescente, outro filho ou se foi dada a todos a mesma atenção. Quanto aos motivos citados pelas mães, eles foram classificados em oito categorias gerais: **(a)** problemas de saúde/alimentação/ferimentos; **(b)** conduta antissocial/nervoso; **(c)** carinhoso/ respeitador; **(d)** permanecia muito tempo sem a mãe; **(e)** gênero; **(f)** caçula; **(g)** portador de necessidade especial e **(h)** rejeitado pelo pai (Ver Apêndices H, p. 157 e N, p. 175). Das 30 respostas obtidas, 33% foram no sentido de que a mãe julga que deu atenção a todos os filhos de forma semelhante. No entanto, mais da metade das respostas (67%) foi de que elas acabaram dando mais atenção a um dos filhos. A Tabela 7 apresenta a frequência de respostas das genitoras quanto ao filho que recebeu mais atenção e as razões para esse procedimento.

Tabela 7. Qual filho recebeu mais atenção e o motivo, segundo as mães.

Motivos	Quem recebeu mais atenção			
	Adolescente		Irmão	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Problemas de saúde/alimentação/ferimentos	06	30	-	-
Comportamento antissocial/nervoso	03	15	03	15
Carinhoso/respeitador	01	05	-	-
Permanecia muito tempo sem a mãe	01	05	-	-
Gênero	01	05	-	-
Caçula	01	05	-	-
Rejeitado pelo pai	-	-	01	05
Portador de necessidade especial	-	-	03	15
T o t a l	13	65	07	35

Quase metade das respostas maternas (65%) foi no sentido de que o adolescente participante desse estudo foi quem mais recebeu atenção, com motivos bem variados. O mais enfatizado foram os problemas com saúde/alimentação/ferimentos (30%): **(M4)** “O

[adolescente], *porque sempre foi miúdo, magro e nasceu doente. Eu sempre tive que cuidá mais dele. Ele teve gripe e sofre de sinusite, também caiu muito, acho que tinha problema. Dáva bastante leite e cálcio*". A categoria comportamento antissocial/nervoso se referiu tanto ao adolescente quanto ao seu irmão com resposta do tipo: **(M5)** *“Meu filho deu trabalho na escola, porque brigava e eu tinha que ir lá. Ele brigava porque não admitia que batia nele”*.

Com qual membro familiar o adolescente é mais apegado e o motivo

Também foi investigado com qual membro familiar o adolescente é mais apegado e o motivo deste apego. Foram obtidas 36 respostas dos adolescentes: **(a)** mãe (67%); **(b)** pai (19%); **(c)** avó (6%) e **(d)** outros, como irmã/o, prima (8%) (Ver Apêndice O, p. 177). Os adolescentes mencionam 28 figuras femininas (81%) e oito masculinas (19%). A Figura 3 apresenta a porcentagem de respostas dos adolescentes quanto a essas figuras de apego.

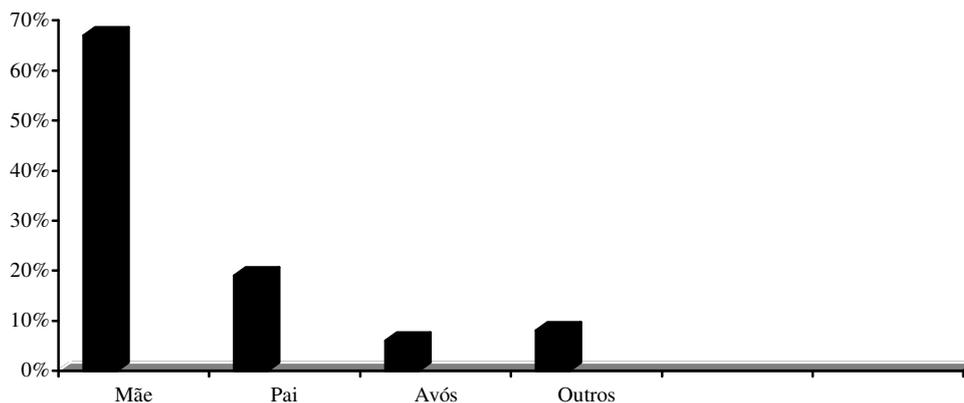


Figura 3. Com quem o adolescente é mais apegado.

Verifica-se que a mãe (67%) foi citada por mais da metade dos adolescentes: **(A3)** *“Com minha mãe porque sempre me deu o maior apoio. Quando precisei dela ela converso comigo e por causa dela eu vi que a droga tava acabando comigo”*. O pai vem em segundo

lugar (19%): **(A21)** “*Com meu pai, porque desde que eles se separaram, eu fiquei mais com meu pai e sou mais apegado a ele*”.

Também se investigou os motivos para os adolescentes citarem essas figuras. Foram obtidas 30 respostas, classificadas em cinco categorias: **(a)** atenção/conversa; **(b)** apoio/ajuda; **(c)** amor/carinho; **(d)** mais permissivo e **(e)** criou desde criança (Ver Apêndices H, p. 157 e O, p. 177). A Figura 4 apresenta a porcentagem de respostas dos adolescentes quanto aos motivos para ser mais próximo a um dos familiares.

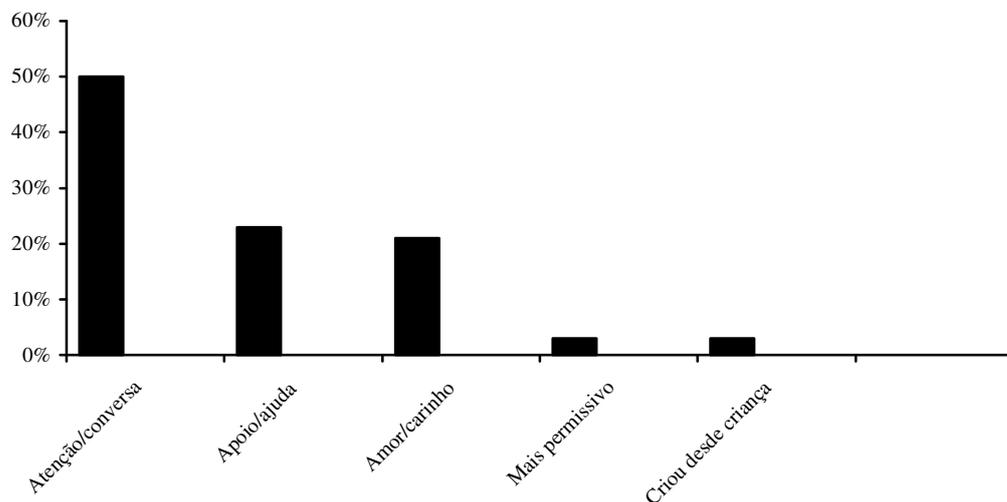


Figura 4. Motivos alegados pelos adolescentes para justificar porque é mais apegado a um membro familiar.

Na Figura 4, pode-se verificar que a categoria atenção/conversa foi obtida em 50% das respostas dos adolescentes. Entre as pessoas relacionadas por eles se destaca as mães: **(A16)** “*Com minha mãe, porque conversa mais comigo e entende mais eu*”. Na categoria apoio/ajuda os adolescentes forneceram respostas do tipo: **(A15)** “*Com minha mãe porque ela nunca me abandono. Aconteceu um monte de coisas comigo por causa da droga e ela nunca me abandono*”.

A categoria amor/carinho, contou com a resposta de alguns adolescentes: (A11) “Com minha mãe porque me criou desde pequeno. Me deu amor e carinho”; (A26) “Com minha prima e irmã. Minha irmã me escuta e minha prima sempre me deu carinho”. A categoria mais permissivo contou com a resposta de um adolescente que se referiu ao **pai**: (A6) “Com meu pai porque ele deixa fazer as coisas e eu queria ir num lugar e ele deixava. Já minha mãe não deixava eu ir”. Para a categoria criou desde criança um adolescente se reportou à **avó**: (A22) “Com minha vó, porque me criou desde criança”.

Resumindo os dados sobre o arranjo familiar dos adolescentes e relacionamentos com familiares

A idade das mães variou de 39 a 43 anos ($X = 42$ anos), e os pais ou padrastos, de 29 a 61 anos ($X = 45$ anos). A maioria das mães (84%) e dos pais ou padrastos (70%) possuía o ensino fundamental incompleto (EFI). Havia duas mães analfabetas e nenhuma com o ensino médio completo. No grupo dos pais ou padrastos, três concluíram o ensino médio (EMC).

O estado civil de quase metade das mães (47%) era convivente, 37% estavam casadas oficialmente e 16% eram solteiras. Sessenta e sete por cento das mães e 84% dos pais ou padrastos exerciam atividade remunerada. Ocupações em serviços domésticos, como faxineiras e diaristas prevaleceram entre as mães (30%), enquanto que serviços de estrutura de alvenaria (pedreiros) dominaram entre os pais ou padrastos (33%). Havia 17% de aposentados no grupo de pais ou padrastos e no grupo das mães 33% não exerciam atividades remuneradas, porém realizavam tarefas domésticas em seus próprios lares. Quanto à renda familiar, mais da metade das famílias (57%) recebia de dois a quatro salários mínimos, 30%

recebia até dois salários mínimos e 13% de quatro a seis salários mínimos por mês. O valor médio da renda percapita em real foi de R\$ 50,89, variando entre R\$ 11,11 a R\$ 558,00 entre as famílias.

A maior parte das famílias (97%) residia na zona urbana e uma na rural. Das famílias residentes na zona urbana, a grande maioria residia na periferia e duas na área central da cidade. Quanto ao tipo de moradia, grande parte das famílias (97%) residia em casas e uma em barraco. Mais da metade das famílias possuía casa própria (53%), 33% pagavam aluguel e 14% residiam em casa cedida por outros familiares. Mais da metade (53%) dos domicílios residia de duas a quatro pessoas, e em 47% deles, habitavam famílias de cinco a mais de dez pessoas. Notou-se que 30% dos arranjos familiares eram de famílias recasadas, 27% de nucleares, 23% de extensivas e 20% monoparentais.

Os adolescentes e suas mães relataram as intercorrências ocorridas, no dia a dia, sendo destacados, por eles, as mais marcantes ao longo de suas vidas e as mães só as ocorridas no último ano. Ambos relataram mais eventos negativos (adolescentes= 69%, mães= 88%) que positivos (adolescentes=24%, mães=12%). Os adolescentes destacaram mais as mortes de familiares, por causas naturais ou não mencionadas (30%) e trágicas (24%), como assassinato, afogamento, choque elétrico e congestão. Prisão de familiares, também foi mencionada. Já as mães enfatizaram mais a internação dos adolescentes (32%), a hospitalização na família (15%), a morte (10%) e o desemprego (10%). Dentre os aspectos positivos, os adolescentes destacaram mais a gravidez/nascimentos (18%) e as mães também (6%), juntamente com a colocação de um membro familiar no mercado de trabalho (6%). A separação dos pais só foi citada pelos adolescentes, ora como evento positivo, ora negativo ou que apresentava aspectos bons e maus.

A maioria dos adolescentes (83%) e mais da metade de suas mães (63%) julgam que o relacionamento entre eles é bom porque sentem-se amados, há união, apoio, carinho,

amor, respeito, apego e atenção. A minoria dos adolescentes (7%) e das mães (20%) refere relacionamento ótimo/muito bom entre eles, porque há afeto, companheirismo e felicidade. Entretanto para outros adolescentes (10%) e mães (17%), o relacionamento é considerado regular, porque além do carinho e atenção, também ocorrem brigas, desentendimentos, agressões físicas, discussão e desobediência. Quando as mães foram questionadas sobre o relacionamento delas com os adolescentes, desde a infância até o momento, as respostas na categoria bom relacionamento (43%) e ótimo/muito bom (20%) juntas, prevalecem sobre as demais. Elas são justificadas pelas mães pela presença de respeito, carinho, boa convivência, obediência, por serem tranquilos e apegados. Entretanto, dez mães (33%) referem o relacionamento entre eles como regular, por apresentarem rebeldia, mentiras, furtos e uso de drogas no início da adolescência. A categoria ruim foi citada por uma mãe.

Em relação à maneira como a genitora procurou orientar o adolescente e a reação dele diante dessas orientações, 94% julgaram que educaram bem, principalmente orientando (ensinando a distinção entre o certo e errado, incentivando o estudo, valorizando o trabalho e aconselhando a escolher suas companhias), transmitindo valores (ser honesto, respeitar as pessoas) ou colocando regras e limites. Apenas 6% das respostas das genitoras foram referentes a aspecto negativo: não dar atenção suficiente para o filho ou ser muito permissiva. Quase metade dos adolescentes (40%) foi julgado pelas mães como tendo reagido de forma positiva às tentativas educativas maternas, porque obedeciam ou aceitavam as orientações. Para 20% das mães a reação do adolescente foi considerada negativa, porque não obedeciam a seus conselhos, contestavam as regras, ficavam agressivos e se revoltavam. Quando questionadas sobre qual filho precisou de mais atenção e qual o motivo, as mães relatam o filho adolescente (65%), seguida de um irmão dele (35%). Os motivos predominantes em relação aos adolescentes foram problemas de saúde/alimentação/ferimentos, comportamento antissocial/nervoso. Em relação aos irmãos foram comportamento antissocial/nervoso e

portador de necessidade especial. O membro familiar com quem o adolescente é mais apegado, segundo ele, é a mãe, seguida do pai, avó, irmã e prima, sendo os motivos citados por eles a atenção que dispensavam, conversas, apoio, amor, carinho, permissividade ou porque os criaram desde criança.

HISTÓRICO INFRACIONAL E UTILIZAÇÃO DE DROGAS

Nesta seção será abordado o histórico infracional e utilização de drogas ilícitas pelos adolescentes, familiares que usam/usaram drogas lícitas e ilícitas e/ou cumprem/cumpriram sistema prisional, se as mães sabiam ou não do envolvimento infracional do filho e suas orientações. Também será descrito os sentimentos maternos diante da situação de internação do filho.

O ato infracional: idade de início, qual o tipo e o motivo

Para a classificação do ato infracional foi utilizada a categorização descrita no Código Penal (GOMES, 2003), que prescreve as infrações contra o patrimônio e contra a pessoa. Consideram infrações contra o patrimônio: **(a)** furto (art. 155), quando a pessoa subtrai coisa alheia; **(b)** furto qualificado (art. 155, § 4º), quando o indivíduo age em grupo para subtrair coisa alheia, com destruição do patrimônio, abuso de confiança e/ou uso de chave falsa; **(c)** roubo qualificado (art. 157) quando há subtração de coisa alheia com grave ameaça ou violência à pessoa; **(d)** roubo qualificado (art. 157, § 2º) quando agem em grupo, utilizam arma e mantém a vítima em seu poder; **(e)** roubo seguido de morte (art. 157, § 3º),

indica lesão corporal grave. Consideram-se infrações contra a pessoa: **(a)** homicídio (art. 121), caracterizado por matar alguém e **(b)** tráfico de entorpecentes (art. 33 e 35 da Lei 11.343/06), quando portam substâncias ilícitas (drogas) para diferentes finalidades. Nesse trabalho foram utilizadas as definições de furto e roubo no sentido geral, sem a especificação se foram qualificados ou não. Para uma visão geral desses dados, pode-se verificar a Tabela 8.

Tabela 8. Idade dos adolescentes quando cometeram o primeiro ato infracional, qual foram esses atos, os motivos alegados e quais atos infracionais os levaram à internação.

Idade do 1º ato infracional			1º ato infracional			Motivos para iniciar a prática infracional*			Ato infracional que levou a internação										
		f			%			f			%			f			%		
07 – 09	02	07	Contra o patrimônio			Comprar/usar drogas	17	38	Contra o patrimônio			Furto	04	13	Furto	04	13		
			f		%				f		%								
			Furto	12	40				Aquisição de bens materiais	12	27							Roubo	13
10 – 12	05	17	Roubo	06	20	Impulso/prazer	04	09	Total parcial	17	60	Total parcial	17	56					
			Total parcial	18	60				Contra a Pessoa										
13 – 15	12	40	f			Influência/ser valorizado	04	09	f			Tráfico	11	37					
			%		%				%										
16 – 17	11	36	Tráfico	11	37	Lazer	04	09	Tráfico	11	37	Homicídio	02	07					
			Homicídio	01	03				Homicídio	02	07								
Total			Total parcial	12	40	Não informou	02	04	Total parcial	13	44	Total parcial	13	44					
Total			Total geral	30	100	Total	44	100	Total geral	30	100	Total geral	30	100					

*As categorias e as respostas dos adolescentes encontram-se no Apêndice H, p. 157 e P, p. 179.

Na Tabela 8 verifica-se que a idade para iniciar o primeiro ato infracional foi de 7 a 17 anos e as infrações contra o patrimônio (60%), referente ao furto e roubo, prevaleceram. O tráfico (37%) foi o ato mais praticado, entre os crimes contra a pessoa. Os principais motivos alegados pelos adolescentes por terem iniciado a prática infracional foram para comprar/usar drogas: **(A3)** “Com 15 anos assaltava pra sustenta meu vício” e adquirir bens materiais como alimentos, roupas e sapatos: **(A8)** “Eu não tinha nada pra por no pé, não tinha meia, chinelo, sapato e comecei a traficá pra ganhá dinheiro. Comprava as coisas pra mim e pro barraco da minha mãe”. Esse adolescente acrescentou que dava R\$ 100,00 por mês à mãe, para ajudar nas despesas do lar. Um deles alega que foi preso inocentemente:

(A24) “*Eu não fiz isso [acusado por tráfico]. Eu tava na rua, na frente da casa onde foi achado a droga e aí me acusaram de venda de droga*”.

Quanto à infração que motivou a inserção do adolescente na medida socioeducativa, observa-se que mais da metade (56%) também foi contra o patrimônio. Neste grupo, o roubo apresentou os maiores índices de participação dos adolescentes, sendo que destes, oito praticaram roubo com uso de arma e dois provocaram lesão corporal grave contra a vítima. Quase metade das infrações foi contra a pessoa (44%) e, neste grupo, o tráfico de entorpecentes se destaca. A Figura 5 apresenta a porcentagem de respostas categorizadas sobre o primeiro ato infracional praticado pelo adolescente e aquele que o inseriu na medida socioeducativa de internação.

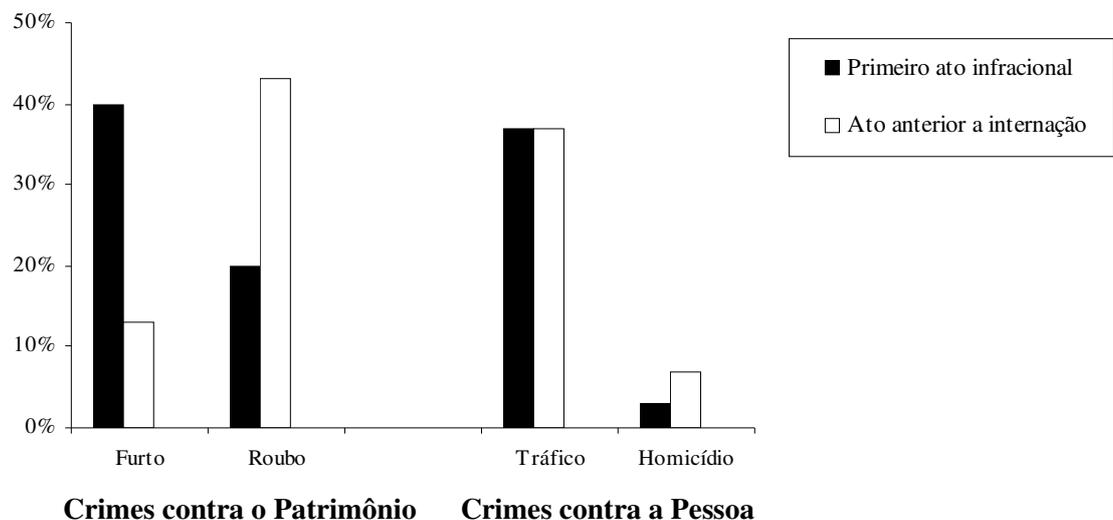


Figura 5. Primeiro ato infracional praticado pelo adolescente e ato que o levou à internação.

Pode-se verificar a diminuição das porcentagens de furtos e o aumento de roubo, do primeiro ato infracional para o último antes da internação. Em relação aos crimes contra a pessoa observa-se a estabilização do tráfico e o aumento do homicídio.

Adolescentes: utilização de drogas, idade em que iniciaram e as mais utilizadas

Dos 30 adolescentes, mais da metade (67%) afirmou que utilizava drogas ilícitas e 33% não. Os usuários tiveram seu início entre 13 e 18 anos, porém a faixa etária com maior incidência corresponde a dos 13 a 15 anos (55%), seguida das faixas de 10 a 12 anos (35%) e de 16 a 18 (10%). As drogas utilizadas foram a maconha ou sua associação com outros entorpecentes. Dos 20 adolescentes usuários de drogas, todos utilizaram a maconha (100%), seguida da cocaína (60%), crack (50%), tinner (10%), cola de sapateiro (5%) e LSD (5%). Nesse grupo, cinco adolescentes (25%) referem ter consumido apenas a maconha, contra a maior parte dos adolescentes (75%) que afirmaram ter utilizado mais de uma droga. O trio formado pela maconha-cocaína-crack foi o que apresentou maior índice de preferência por eles. A maioria (70%) nunca fez tratamento. E 30% procuraram ajuda e tratamento em Centro de Recuperação mantida por ONG (Organização Não Governamental), CAPS/AD e Hospitais Psiquiátricos, mas logo abandonaram o tratamento.

Familiares infratores e relacionamento dos adolescentes com eles

Foi investigado com os adolescentes se há algum membro familiar que usa/usou álcool e outras drogas, e/ou se cumpre/cumpriu sistema prisional e como é o relacionamento do adolescente com ele(s). Foram obtidas 43 respostas, classificadas em três categorias gerais: (a) álcool/drogas; (b) sistema prisional; (c) álcool/drogas e sistema prisional e (d) não. (Ver Apêndice Q, p. 183). Mais da metade dos adolescentes (60%) afirmou que tem familiares que usam ou usaram álcool ou outras drogas ilícitas e 40% que não. Em relação à existência de familiares que estão cumprindo ou cumpriram sistema prisional, 67% afirmou que sim, e 33%

que não. Na Tabela 9 pode-se verificar os familiares que já passaram por essas situações, considerando como 100% as respostas dos adolescentes que relacionaram o grau de parentesco do familiar comprometido com essas situações.

Tabela 9. Familiar que usa/usou álcool/drogas e/ou cumpre/cumpriu sistema prisional.

Usa/usou álcool/drogas			Cumpre/cumpriu sistema prisional		
Familiares	f	%	Familiares	f	%
Mãe	02	10	Mãe	01	05
Pai	04	19	Pai	-	-
Irmãos	05	24	Irmãos	04	18
Tios/as	07	32	Tios/as	09	40
Primos	02	10	Primos	07	32
Companheira	01	05	Cunhado	01	05
Total	21	100	Total	22	100

Pode-se verificar que é comum, a esses adolescentes ter parentes que, em algum momento de suas vidas utilizaram álcool/drogas ou foram presos. Entre os que lidam/lidaram com álcool/drogas, os tios/tias aparecem com maior frequência (32%), seguidos principalmente pelos irmãos (24%), pais (19%), mães (10%) e primos (10%). Quanto à execução de sistema prisional os dados revelam que os tios/tias foram os mais citados (40%), seguido dos primos (32%) e irmãos (18%). Pode-se verificar também que houve predominância de respostas de familiares do gênero masculino, principalmente de tios, irmãos, primos e pai, tanto para os que usam/usaram álcool/drogas quanto para os que estavam ou estiveram presos.

Também investigou-se como o adolescente se relaciona com os membros familiares que usam/usaram álcool/drogas e/ou executam/executaram sistema prisional. Foram obtidas 30 respostas, que foram classificadas em três categorias gerais: (a) relacionamento positivo; (b) relacionamento conflituoso e (c) não tem/teve familiares nessa condição. (Ver Apêndices H, p. 157 e Q, p. 183). A Tabela 10 apresenta esses dados.

Tabela 10. Percepção do adolescente quanto ao relacionamento interpessoal estabelecido com familiares que usam/usaram álcool/drogas e/ou estão/foram presos.

Tipo de relacionamento				
	Positivo	Conflituoso	Não tem/teve	Total
<i>f</i>	19	05	06	30
<i>%</i>	63	17	20	100

A categoria relacionamento positivo foi a mais destacada (63%): (A15) “Tenho um tio que usô droga e outro que tá preso. Meu padrasto também ficô preso. Tenho um relacionamento bom com os dois, mas o que usô droga dava conselho pra não fazê coisa errada, ele encontrava eu na rua drogado e me levava pra casa”. Na categoria relacionamento conflituoso (17%) houve respostas do tipo: (A19) “Tenho um tio que foi preso por assassinato, eu não converso com ele porque ele fica em outra cidade. Meu relacionamento é mais ou menos, gosto e não gosto de conversá com ele, perguntava muita coisa de mim e eu não gostava”. Vinte por cento dos adolescentes afirmaram que não tinham familiares em nenhuma dessas duas condições.

Uso de substâncias lícitas e ilícitas pelos membros familiares

A seguir são descritos as substâncias lícitas (álcool e cigarro) e ilícitas (drogas) utilizadas pelos membros familiares, conforme relatos das mães. Foram obtidas 53 respostas que podem ser verificadas na Tabela 11.

Tabela 11. Substâncias lícitas e ilícitas utilizadas por familiares.

Tipo de substância	Usuários	f	%	f Total	% Total
Cigarro	Pai/Padrasto	13	24	32	60
	Mãe	13	24		
	Irmãos	04	08		
	Tio	01	02		
	Avó	01	02		
Álcool	Pai/Padrasto	11	21	19	36
	Mãe	05	09		
	Irmãos	02	04		
	Tio	01	02		
Drogas ilícitas	Pai/Padrasto	01	02	02	04
	Irmão	01	02		

Observa-se que entre as substâncias lícitas e ilícitas, o cigarro (60%) foi o mais utilizado pelos membros familiares, seguido do álcool (36%) e outras drogas ilícitas (4%). Quanto aos usuários dessas substâncias observou-se que o uso prevaleceu nos membros familiares do gênero masculino (pais/padrastos, irmãos, tios), embora mães também foram citadas como utilizando cigarro e álcool.

Conhecimento das mães sobre os atos infracionais dos adolescentes e atitudes tomadas

Foi investigado se as genitoras tinham ou não conhecimento dos atos infracionais praticados pelo filho. Foram obtidas 30 respostas, divididas em três categorias gerais: (a) sabiam; (b) desconfiavam e (c) não sabiam. Também se investigou que atitudes elas tomaram. Foram obtidas 30 respostas, classificadas em seis categorias gerais: (a) orientar; (b) orientar/ameaçar; (c) orientar/agredir; (d) ação concreta, como deixá-lo ir morar com o pai ou fazer devolver o que roubou; (e) orientar, caso soubessem, ou as mães já orientavam, independentemente da conduta do filho e (f) não informou a conduta (Ver Apêndice H, p. 157 e R, p. 186). A Tabela 12 apresenta esses dados.

Tabela 12. Conhecimento das mães sobre os atos infracionais e as orientações utilizadas.

Conhecimento das mães sobre atitudes dos filhos						Total		
Sabiam		Desconfiavam		Não sabiam		Orientação das mães	f	%
f	%	f	%	f	%			
09	30	01	03	07	23	Orientar	17	57
02	07	03	10	-	-	Orientar/ameaçar	05	17
02	07	-	-	-	-	Ação Concreta	02	07
01	03	-	-	-	-	Orientar/agredir	01	03
-	-	-	-	05	17	Não informou a conduta	05	17
14	47	04	13	12	40		30	100

Quase metade das mães (47%) sabiam dos atos infracionais dos filhos, seguido de 40% que não sabiam e de 13% que desconfiavam. As mães que sabiam, relataram que foi através dos próprios filhos ou por pessoas da comunidade, como vizinhos e amigos. Mais da metade delas (57%) procurava orientar, independentemente de seu conhecimento ou não: (M9) “Fiquei sabendo logo que começô a fumá. Falô pras meninas e pra namorada e aí elas contaram pra mim. Fiquei com vontade de chorá, conversei com ele, mas ele negou dizendo que era mentira delas”. Também nota-se nas respostas a utilização da categoria orientar/ameaçar: (M23) “Sabia, porque fui buscá ele na delegacia umas três vez, durante seis meses. Conversava bastante, dizia que não podia andá com esses meninos. Ele gostava de andá armado e eu falava que ia pra Febem e que isso não ía sê bom pra ele”; (M11) “Fui sabê do seu envolvimento quando foi pra delegacia. Se soubesse falava que táva errado e que ía pra Febem. Eu desconfiava e quando perguntava, ele negava”.

A categoria ação concreta apresentou respostas do tipo: (M30) “Quando descobri já fazia tempo. Uma vez quando cheguei em casa ele tinha roubado uma casa. Fiz devolvê tudo pra mulhé. Briguei bastante com ele e quando saía pra trabalhá dizia que era pra obedecer a irmã dele, mas ele não obedecia”.

Os sentimentos das mães diante da internação dos filhos

Também foi investigado quais os sentimentos das genitoras em relação ao adolescente estar internado. Foram obtidas 31 respostas, classificadas em cinco categorias gerais: **(a)** tristeza/angústia/mágoa/revolta; **(b)** confortada/feliz porque o filho está protegido, bem cuidado, estudando; **(c)** esperança; **(d)** saudade e **(e)** preocupação com seu retorno pelo medo de ele agir inadequadamente. Para a categoria tristeza/angústia/mágoa/revolta foram criadas duas subcategorias, indicando os motivos para as mães se sentirem dessa maneira: **(a)** por estar internado e **(b)** por ter se comportado inadequadamente (ver Apêndice H, p. 157 e S, p. 189). A Tabela 13 apresenta esses dados.

Tabela 13. Quais os sentimentos das mães diante da internação dos filhos.

Sentimentos da mãe	Motivos	f	%
Tristeza/angústia/mágoa/revolta	Por estar internado	10	32
	Por ter se comportado inadequadamente	03	10
Confortada/feliz	Filho está protegido, bem cuidado e estudando	07	23
Esperança	Que melhore o comportamento, não use drogas	06	19
Saudade	Pela sua ausência	03	10
Preocupação com seu retorno	Medo dele agir inadequadamente	02	06
T o t a l		31	100

A categoria geral tristeza/angústia/mágoa/revolta foi a mais destacada pelas mães (42%), principalmente pelo filho estar internado: **(M8)** “*Tristeza porque ele tá aqui. Não vejo a hora dele voltá pra casa*”, mas também por ele ter se comportado inadequadamente: **(M28)** “*Sinto amor pelo meu filho e revolta, por não aceitá o seu comportamento*”. A segunda categoria geral mais enfatizada pelas mães foi confortada/feliz (23%), porque o filho está protegido, bem cuidado e estudando: **(M5)** “*No começo foi triste, mas há males que vem pro bem. Aqui ele passô de ano na escola e eu tô achando que ele melhorô bem*”. A categoria geral esperança (19%) foi a terceira mais destacada pelas mães: **(M11)** “*Esperançosa, por*

acreditá que ele pode melhorá". No entanto, as mães também relataram a saudade (10%) e a preocupação com seu retorno (6%), uma vez que elas têm receio que eles se droguem novamente: (M15) *"Tudo o que passô, passô. Mas me sinto insegura e com medo dele retorná e iniciá a droga"*.

Resumindo o histórico infracional e uso de drogas

Os adolescentes em conflito com a lei iniciaram a prática de atos infracionais entre sete e 17 anos de idade, no entanto a faixa etária entre 13 e 15 anos predominou para a prática desses atos. O primeiro ato infracional praticado variou de crimes contra o patrimônio (60%), como furto (40%) e roubo (20%) e crimes contra a pessoa, como tráfico (37%) e homicídio (3%). O principal motivo alegado pelos adolescentes para iniciarem a prática de atos infracionais foi comprar/usar drogas (38%), seguido da necessidade de aquisição de bens materiais (27%) como sapatos, tênis e roupas.

Ao se comparar a incidência de respostas do primeiro ato infracional praticado pelo adolescente com o último (antes da internação), nota-se que crimes contra o patrimônio foram os mais praticados em ambos os casos (60% e 56%, respectivamente), sendo observado que o roubo aumentou de 20% para 43% e os furtos diminuíram de 40% para 13%. Entre os crimes contra a pessoa, o tráfico manteve o mesmo percentual (37%), enquanto que o homicídio aumentou de 3% para 7%.

Quanto ao uso de drogas ilícitas, 67% dos adolescentes usavam entorpecentes. O início do uso ocorreu entre 10 e 16 anos, sendo observada a maior incidência na faixa etária de 13 a 15 anos. As drogas ilícitas mais utilizadas pelos adolescentes foram maconha (100%), cocaína (60%) e crack (50%), sendo observado que elas formam o trio de drogas mais

utilizadas por eles. Poucos foram os adolescentes que procuraram algum tipo de tratamento contra o uso de drogas e os que o fizeram foi de forma esporádica.

Entre os membros familiares que usam ou usaram álcool e outras drogas, os tios/tias (32%), seguidos dos irmãos (24%), pais (19%) e primos (10%) foram os que apresentam maior incidência de respostas (85%). As mães (10%) apareceram com percentuais menores. Entre os membros familiares que cumprem ou cumpriram sistema prisional, os tios/tias (40%), primos (32%) e irmãos (18%) se destacam (90%). Nota-se que uma mãe cumpriu sistema prisional. A figura masculina prevaleceu entre os membros familiares que usam ou usaram álcool e drogas e/ou cumprem ou cumpriram sistema prisional. O relacionamento entre os adolescentes e esses familiares foi considerado por eles como sendo positivo (63%), argumentaram que a relação era boa porque não havia brigas, ocorrendo conversas e orientação a não utilizarem drogas e a não cometerem atos infracionais. Entretanto, para 17% deles, a relação pode ser considerada conflituosa, pela dificuldade em aceitar a dependência química dos pais ou porque os familiares fazem perguntas demais a eles ou ainda por agressão física sofrida por eles na infância.

Entre as substâncias lícitas e ilícitas utilizadas pelos familiares, conforme relato das genitoras, o tabaco é o mais utilizado (60%), seguido do álcool (36%) e outras drogas (4%). Quanto aos usuários, nota-se tanto a presença de figuras masculinas quanto femininas no uso de álcool e tabaco, no entanto ocorre maior prevalência do gênero masculino, tanto no uso de drogas lícitas como ilícitas, sendo o pai/padrasto, irmãos e tios os maiores consumidores.

Em relação à prática infracional dos filhos, 47% das mães sabiam, 13% desconfiavam e 40% afirmaram que não sabiam. As mães souberam do envolvimento dos filhos por meio deles mesmos ou por pessoas da comunidade, como vizinhos e amigos. Entre as mães que sabiam do envolvimento do filho, as orientações (30%) prevaleceram entre elas,

10% utilizou também a ameaça e a agressão. Já as mães que desconfiavam dos atos infracionais, orientavam e ameaçavam seus filhos porque perceberam mudanças em seu comportamento, houve buscas pela polícia em sua residência ou ainda a intimação para comparecer na delegacia. Sete mães (23%) relataram que mesmo não sabendo da conduta dos filhos já os orientavam a não cometer atos infracionais.

Diante da situação de internação do filho, as mães destacaram a tristeza/angústia/mágoa/revolta (42%) pelos filhos estarem internados (32%) ou por terem se comportado inadequadamente (10%), o que culminou em sua apreensão e internação; 23% referiram que estão confortadas/felizes porque o filho está protegido, bem cuidado e estudando; 19% têm esperança de que os filhos melhorem o comportamento e deixem as drogas. A saudade (10%) pela ausência do filho e a preocupação com seu retorno (6%), pelo receio de ele voltar a agir de forma inadequada, também foram mencionadas.

REDE DE APOIO SOCIAL E EXPECTATIVAS PARA O FUTURO

Nesta seção, procurou-se descrever quais as fontes de apoio social percebido pelos adolescentes e suas mães. Esses dados foram coletados por meio do Questionário de Suporte Social – SSQ (Matsukura *et al.*, 2002) e divididos em quatro categorias: **(a) rede de apoio social familiar**, que compreende pessoas da família, como mãe, pai/padrasto, marido/companheiro(a), filhos, irmãos/as, tios/as, avós, primas, etc.; **(b) rede de apoio social extrafamiliar**, constituída por pessoas que não pertencem a família, como amigos/as, vizinhos, comadres, profissionais especializados, conselheiros religiosos; **(c) divindade**, quando a resposta foi Deus e **(d) ninguém**, indicando a ausência de pessoas com quem contar. A seguir são descritos os dados obtidos em cada uma das questões investigadas, iniciando-se pelos

adolescentes e depois pelas mães. Nesta seção também foram investigadas as expectativas dos adolescentes e de suas mães em relação ao futuro.

Rede de apoio social dos adolescentes

Esses dados foram investigados em quatro situações distintas descritas no método, que são: **(a)** Com quem de confiança os adolescentes e as genitoras podem contar quando precisam de ajuda; **(b)** Com quem podem contar para lhes ajudarem a sentirem-se mais calmos quando estão nervosos; **(c)** Quem os aceitam com suas qualidades positivas e negativas e **(d)** Com quem de confiança o adolescente e a genitora podem contar para lhes consolarem quando estão chateados, deprimidos ou se sentindo para baixo.

(a) Com quem de confiança os adolescentes podem contar quando precisam de ajuda

Foram investigadas as fontes de confiança utilizadas pelos adolescentes quando precisam de ajuda e obtidas 70 respostas, classificadas nas categorias descritas (p. 95). A maioria dos adolescentes (88%) referiu à rede de apoio familiar e 9% relataram apoio extrafamiliar. No entanto, duas respostas dos adolescentes foram no sentido de que não tinham com quem contar nessa situação (3%). Na Tabela 14 verifica-se quem são as pessoas com que os adolescentes podem contar quando precisam de ajuda ou se não tem com quem contar.

Tabela 14. Com quem de confiança os adolescentes podem contar quando precisam de ajuda ou se não tem com quem contar.

Rede de Apoio Social	Fontes	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Familiar	Mãe	23	32	62	88
	Pai/padrasto	17	24		
	Irmã/o	10	14		
	Tia/o	06	09		
	Avó	04	06		
	Prima	02	03		
Extrafamiliar	Amiga/o	05	07	06	09
	Namorada	01	01		
Ninguém		02	03	02	03
T o t a l		70	100	70	100

As fontes de confiança mais enfatizadas pelos adolescentes na rede social familiar foram às mães (32%), pais ou padrastos (24%) e irmã/o (14%). Na categoria rede de apoio social extrafamiliar nota-se a presença da amiga/o e namorada. Em ambas as categorias a figura feminina apareceu com maior destaque.

(b) Com quem o adolescente pode contar para lhe ajudar a sentir-se mais calmo

Os adolescentes indicaram as fontes de ajuda utilizadas por eles para se sentirem mais calmos quando estão nervosos. Foram obtidas 53 respostas, sendo que 75% delas se referiam a ajuda de membros familiares, 13% de extrafamiliares, 2% referente à divindade e 10% delas foram no sentido de não ter com quem contar nessa situação. A Tabela 15 especifica com quem eles podem contar.

Tabela 15. Com quem os adolescentes podem contar para sentirem-se mais calmos quando nervosos ou se não tem com quem contar.

Rede de Apoio Social	Pessoas	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Familiar	Mãe	16	30	40	75
	Irmã/o	15	28		
	Pai/padrasto	06	12		
	Tia/o	02	04		
	Avó	01	02		
Extrafamiliar	Amiga/o	05	09	07	13
	Namorada	01	02		
	Psicóloga	01	02		
Divindade	Deus	01	02	01	02
Ninguém		05	09	05	10
T o t a l		53	100	53	100

As fontes da rede familiar mais citadas pelos adolescentes foram as mães (30%), irmã/o (28%) e pai ou padrasto (12%). Na rede de apoio extrafamiliar foi citada principalmente a amiga/o (9%). Deus também foi citado em uma resposta. As figuras femininas prevalecem sobre as masculinas.

(c) Quem aceita o adolescente como ele é

Investigou-se entre os adolescentes, quais as pessoas que os aceitam, incluindo tanto suas qualidades positivas quanto negativas. Foram obtidas 85 respostas, classificadas nas categorias descritas (p. 95). A grande maioria dos adolescentes referiu a membros familiares (90%), seguida de extrafamiliar (10%). A Tabela 16 apresenta esses dados, especificando quem são essas pessoas.

Tabela 16. Quem aceita o adolescente como ele é, incluindo suas qualidades e defeitos.

Rede de Apoio Social	Fontes	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Familiar	Mãe	30	35	77	90
	Pai/padrasto	21	25		
	Irmã/o	12	14		
	Avó	06	07		
	Tia/o	05	06		
	Prima	02	02		
	Companheira	01	01		
Extrafamiliar	Namorada	05	06	08	10
	Amiga/o	03	04		
Total		85	100	85	100

Nota-se que as pessoas da rede de apoio social familiar mais citadas pelos adolescentes foram as mães (35%), seguida principalmente do pai ou padrasto (25%), irmã/o (14%) e avó (7%). Nota-se que todos os adolescentes participantes desse estudo citaram as mães, como a figura que os aceitam como são. Na categoria rede de apoio social extrafamiliar as pessoas relatadas pelos adolescentes foram namorada e amiga/o. As figuras femininas também prevaleceram entre as fontes de apoio.

(d) Com quem de confiança o adolescente pode contar para lhe consolar

Também foi investigado quais as fontes de confiança dos adolescentes para lhes consolarem quando estão chateados, deprimidos ou se sentindo para baixo. Foram obtidas 51 respostas, sendo que 86% delas se referiram à rede de apoio familiar, 6% a extrafamiliar e a ninguém, respectivamente e 2% a divindade. A Tabela 17 especifica quem os ajudam nessa situação se eles não têm com quem contar.

Tabela 17. Com quem de confiança o adolescente pode contar para lhe consolar ou se não tem com quem contar.

Rede de Apoio Social	Fontes	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Familiar	Mãe	19	36	44	86
	Irmã/o	10	20		
	Pai/padrasto	06	12		
	Tia/o	03	06		
	Prima	03	06		
	Avó	02	04		
	Companheira	01	02		
Extrafamiliar	Namorada	02	04	03	06
	Psicóloga	01	02		
Divindade	Deus	01	02	01	02
Ninguém		03	06	03	06
T o t a l		51	100	51	100

A rede social de apoio familiar mais citada pelos adolescentes foram as mães (36%), as irmã/o (20%) e os pais ou padrastos (12%). Já na rede social extrafamiliar foi citada a namorada e uma profissional da saúde. As figuras femininas foram mais mencionadas, em comparação com as masculinas.

Rede de apoio social das genitoras

Esses dados também foram obtidos com as mães, investigando-se as quatro situações distintas, descritas na página 95.

(a) Com quem de confiança a mãe pode contar quando precisa de ajuda

Investigou-se, com as genitoras, quais as fontes de confiança quando precisam de ajuda. Foram obtidas 49 respostas, sendo que 55% delas se referiram à rede de apoio familiar,

29% a extrafamiliar, 12% a divindade e 4% das respostas foi no sentido de que não tinham a quem recorrer nessa situação. Esses dados podem ser verificados na Tabela 18.

Tabela 18. Com quem de confiança a mãe pode contar quando precisa de ajuda ou se não tem com quem contar.

Rede de Apoio Social	Fontes	f	%	f	%
Familiar	Mãe	06	12	27	55
	Filha/o	06	12		
	Irmã/o	06	12		
	Marido/companheiro	04	08		
	Cunhada	03	07		
	Avó	01	02		
	Genro	01	02		
Extrafamiliar	Amiga/o	08	16	14	29
	Pastor	03	07		
	Patroa	01	02		
	Vizinha	01	02		
	Comadre	01	02		
Divindade	Deus	06	12	06	12
Ninguém		02	04	02	04
T o t a l		49	100	49	100

Nota-se que as pessoas da rede de apoio familiar mais citadas pelas mães foram suas mães, filha/o e irmã/o, com 12% de resposta cada um. Na categoria rede de apoio social extrafamiliar as pessoas mais mencionadas por elas foram as amigas/os (16%) e pastor (7%). As figuras femininas prevaleceram entre as fontes de apoio.

(b) Com quem a mãe pode contar para se sentir mais calma

As mães indicaram as fontes de ajuda utilizadas por elas para se sentirem mais calmas quando estão nervosas. Foram obtidas 39 respostas, classificadas de acordo com as categorias já descritas (p. 95), sendo que 60% delas se referiram a ajuda de membros familiares, 15% de extrafamiliares, 15% à divindade e 10% das respostas foram no sentido de que não contam com figuras de apoio nessa situação. A Tabela 19 apresenta esses dados.

Tabela 19. Com quem as mães podem contar para se sentirem mais calmas quando nervosas ou se não tem com quem contar.

Rede de Apoio Social	Fontes	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Familiar	Marido/companheiro	08	21	23	60
	Irmã/o	07	18		
	Filha/o	04	10		
	Mãe	02	05		
	Cunhada	01	03		
	Nora	01	03		
Extrafamiliar	Amiga	04	10	06	15
	Vizinha	01	03		
	Comadre	01	03		
Divindade	Deus	06	15	06	15
Ninguém		04	10	04	10
T o t a l		39	100	39	100

As fontes da rede familiar mais citadas foram os maridos ou companheiros (21%), irmãs/ãos (18%) e filhas/os (10%). Na rede de apoio extrafamiliar foi citada principalmente a amiga (11%). As figuras femininas prevalecem sobre as masculinas.

(c) Quem aceita a mãe como ela é

Investigou-se entre as mães, quais as pessoas que as aceitam, incluindo tanto suas qualidades quanto seus defeitos. Foram obtidas 53 respostas, classificadas nas categorias descritas (p. 95). A maioria das mães citou os membros familiares (80%), seguida da rede de apoio extrafamiliar (13%) e divindade (5%). Em 2% das respostas, foi mencionado que não há quem as aceite. A Tabela 20 apresenta esses dados.

Tabela 20. Quem aceita a mãe como ela é, incluindo suas qualidades positivas e negativas ou se ela não tem quem a aceita.

Rede de Apoio Social	Fontes	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Familiar	Marido/Companheiro	14	26	43	80
	Filha/o	14	26		
	Mãe	06	11		
	Irmã/o	06	11		
	Cunhada	01	02		
	Padrasto	01	02		
	Sogra	01	02		
Extrafamiliar	Amiga	06	11	07	13
	Patroa	01	02		
Divindade	Deus	02	05	02	05
Ninguém		01	02	01	02
T o t a l		53	100	53	100

Nota-se que as pessoas da rede de apoio familiar mais citadas pelas mães foram os maridos ou companheiros e filha/o (26% para cada), seguida de mãe e irmã/o (11% para ambos). Na rede de apoio social extrafamiliar as amigas foram as mais citadas (11%). As figuras femininas também prevaleceram entre as fontes de apoio.

(d) Com quem de confiança a mãe pode contar para lhe consolar

Também foi investigado quais as fontes de confiança das mães para lhes consolarem quando estão chateadas, deprimidas ou se sentindo para baixo. Foram obtidas 36 respostas, sendo que a rede de apoio familiar foi citada em 53% delas, seguida da extrafamiliar (20%) e divindade (11%) e 16% das respostas foram no sentido de que não tinham a quem recorrer nessa situação. A Tabela 21 mostra esses dados.

Tabela 21. Com quem de confiança a mãe pode contar para lhe consolar ou se não contam com ninguém.

Rede de Apoio Social	Fontes	f	%	f	%
Familiar	Filha/o	07	19	19	53
	Marido/companheiro	06	17		
	Irmã/o	03	08		
	Mãe	02	06		
	Neto	01	03		
Extrafamiliar	Amiga	06	17	07	20
	Psicóloga	01	03		
Divindade	Deus	04	11	04	11
Ninguém		06	16	06	16
T o t a l		36	100	36	100

As fontes de apoio mais citadas pelas mães dentro da rede familiar foram as filhas/os (19%), seguida dos maridos ou companheiros (17%) e irmã/o (08%). Na rede social extrafamiliar aparecem a amiga e profissional da saúde. As figuras femininas foram mais citadas que as masculinas.

Comparando as redes de apoio social dos adolescentes e genitoras

A Figura 6 apresenta as porcentagens de respostas dos adolescentes e genitoras quanto às redes de apoio social utilizadas por eles, nas quatro situações avaliadas, através do Questionário de Suporte Social.

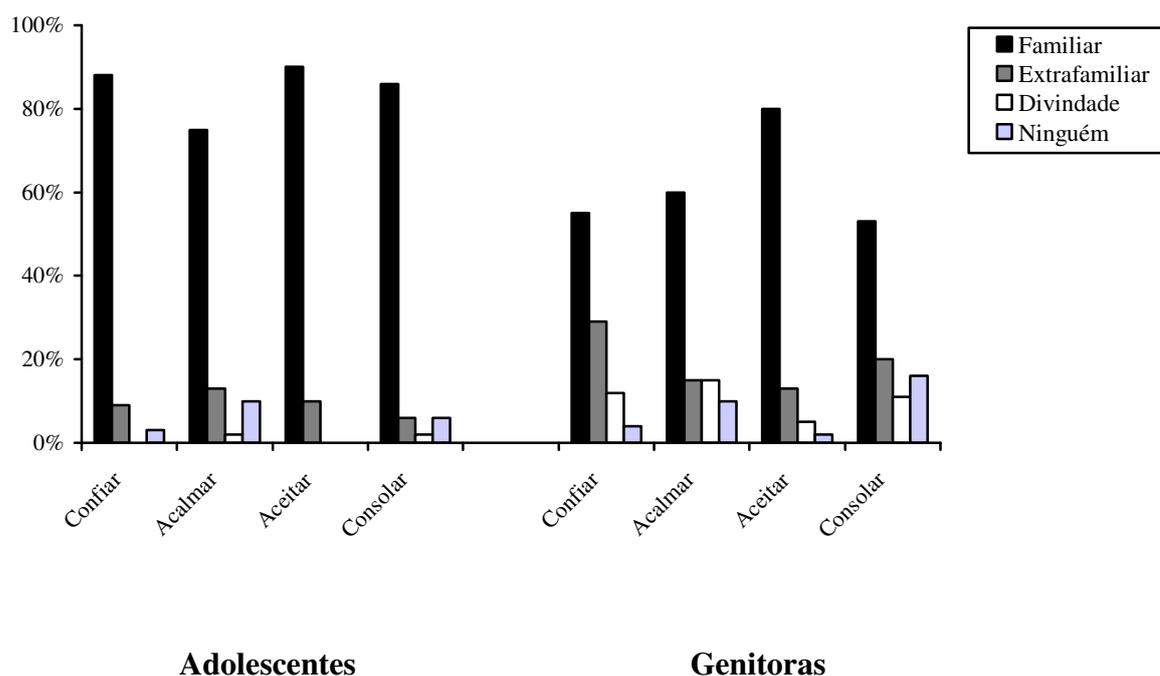


Figura 6. Rede de suporte social utilizada pelos adolescentes e mães ou se ela inexistente.

Nota-se que as fontes mais utilizadas tanto pelos adolescentes quanto pelas mães estão concentradas na rede social de apoio familiar, embora com maior percentual para os adolescentes. A rede de apoio social extrafamiliar foi mais citada pelas mães que pelos adolescentes, principalmente na situação em ter alguém para confiar. Observa-se que a categoria divindade também é mais utilizada pelas mães, principalmente na situação em ter alguém para acalmá-las. Nota-se que algumas mães e adolescentes, disseram não ter com quem contar em algumas dessas situações.

A quem a família recorre quando há problemas de saúde

Em relação aos tipos de atendimentos de saúde utilizados pelas famílias dos adolescentes, foram obtidas 30 respostas com as mães classificadas em: **(a)** gratuito, **(b)**

particular e (c) misto. A Tabela 22 apresenta os tipos de atendimentos, o número de famílias que os utilizam, a especificidade dos profissionais que os atendem e quem utiliza esses serviços.

Tabela 22. Serviços de saúde utilizados pelas famílias dos adolescentes.

Tipos de atendimento	Nº. de famílias que utilizam os atendimentos		Especificidade	Usuários
	<i>f</i>	%		
Gratuito (Posto de Saúde)	22	73	Médico	Todos
			Dentista	Mãe
Particular	01	04	Psiquiatra/Psicólogo	Mãe, irmã, sogra e padrasto
			Fisioterapeuta	Mãe e irmã
Misto (Posto de Saúde e Particular)	07	23	Médico	Irmãos, pai/padrasto, mãe, sogra e adolescente
			Dentista	Todos
T o t a l de famílias	30	100		

Nota-se que o atendimento em posto de saúde público é o mais utilizado pelas famílias (73%), no entanto, algumas (23%) utilizam tanto o atendimento particular como o gratuito. Nota-se que entre as especialidades utilizadas pelas famílias, a maior parte delas refere-se ao atendimento médico e odontológico. Apenas uma família utiliza o serviço do psiquiatra/psicólogo e outra a fisioterapia.

O que os adolescentes esperam para seu futuro

Investigou-se com os adolescentes o que eles esperam para seu futuro. Foram obtidas 85 respostas, categorizadas em três categorias: **(a)** Profissional/Material; **(b)** Relações Interpessoais e **(c)** Valores. Essas categorias gerais foram divididas em subcategorias (Ver Apêndices H, p. 157 e T, p. 191). A Tabela 23 apresenta esses dados.

Tabela 23. O que os adolescentes esperam para seu futuro.

O que os adolescentes esperam para seu futuro		<i>f</i> parcial	%	<i>f</i> total	%
Profissional/material	Arrumar emprego	27	31	39	46
	Estudar	09	11		
	Adquirir bens	03	04		
Relações Interpessoais	Valorizar a família	21	24	31	36
	Viver bem em sociedade	10	12		
Valores	Ser feliz	10	12	15	18
	Responsável	03	04		
	Religioso	02	02		
T o t a l		85	100	85	100

A categoria profissional/material foi a mais destacada pelos adolescentes (45%). Essa categoria foi dividida em três subcategorias: (a) arrumar emprego; (b) estudar e (c) adquirir bens. Observa-se que, nessa categoria, a maior parte das respostas pertence à subcategoria arrumar emprego (31%): (A26) “*Quero arrumá um serviço pra sustentá minha família e também minha irmã que tá precisando*”. A categoria relações interpessoais (37%) apresentou 31 respostas, que foram divididas em duas subcategorias: (a) viver bem em sociedade e (b) valorizar a família. Nessa categoria, a subcategoria valorizar a família (24%) foi a mais destacada pelos adolescentes: (A10) “*Espero construí minha família*” e (A14) “*Quero construí minha família com minha companheira*”. A categoria valores recebeu o menor número de respostas (18%), sendo classificadas em três subcategorias: (a) ser feliz; (b) responsável e (c) religioso, sendo que 12% das respostas foram alocadas na subcategoria ser feliz: (A5) “*... que eu fique bem e que todo mundo possa ser feliz e eu também*”.

O que as mães esperam para os adolescentes no futuro

A Tabela 24 apresenta as categorias das respostas das genitoras a respeito do que elas esperam para seu filho no futuro. Foram obtidas 77 respostas, divididas em quatro categorias gerais: **(a)** profissional/material; **(b)** relações interpessoais; **(c)** valores e **(d)** geral, incluindo respostas como “o melhor” e “tudo de bom”. A categoria geral profissional/material foi dividida em três subcategorias: **(a)** arrumar emprego; **(b)** estudar e **(c)** adquirir bens. Para a categoria relações interpessoais foram criadas três subcategorias: **(a)** viver bem em sociedade, no sentido de melhorar, não usar drogas, seguir o exemplo do irmão; **(b)** valorizar a família e **(c)** saber escolher companhias. Para a categoria geral valores foram definidos quatro subcategorias: **(a)** ser feliz; **(b)** religioso; **(c)** responsável e **(d)** honesto. (Ver Apêndices H, p. 157 e U, p. 195).

Tabela 24. O que as mães esperam para o futuro de seus filhos.

O que as mães esperam para o filho no futuro		f	parcial	%	f	Total	%
Profissional/material	Arrumar emprego	19		24	34		44
	Estudar	14		18			
	Adquirir bens	01		02			
Relações interpessoais	Viver bem em sociedade	15		19	26		33
	Valorizar a família	06		08			
	Saber escolher companhias	05		06			
Valores	Ser feliz	07		09	14		19
	Religioso	03		04			
	Responsável	02		03			
	Honesto	02		03			
Geral	O melhor, tudo de bom	03		04	03		04
T o t a l		77		100	77		100

A categoria geral mais destacada pelas mães foi à profissional/material (44%), sendo a subcategoria arrumar emprego a mais citada (24%): **(M12)** “Tenha um bom

emprego”, seguida pela subcategoria estudar (18%): (M11) “*Que estude, faça cursos e faculdade e que seja alguém na vida*”.

A segunda categoria geral mais destacada pelas mães é a das relações interpessoais (33%), sendo que a subcategoria viver bem em sociedade (19%) foi a mais enfatizada: (M2) “*Espero que saia um menino transformado, mudado, conheça novas pessoas e fique longe de más companhias*”. Outras subcategorias destacadas foram a de valorizar a família (8%): (M13) “*Crie sua filha porque ele tem que aproveitá o crescimento da criança*” e a de que o adolescente saiba escolher as companhias (6%): (M2) “*Conheça novas pessoas e fique longe de más companhias*”. Na categoria geral valores (19%), merecem destaque as subcategorias: ser feliz (9%): (M2) “*Que ele seja feliz*”, e ser religioso (4%): (M1) “*Espero que frequente a igreja e que confie no meu pai [Deus]*”.

Comparando as expectativas para o futuro

A Figura 7 apresenta as expectativas dos adolescentes e de suas mães quanto ao futuro deles. Comparando as respostas, nota-se semelhança quanto às expectativas futuras tanto dos adolescentes quanto de suas mães, sendo o aspecto profissional/material o mais enfatizado, seguido das relações interpessoais e valores.

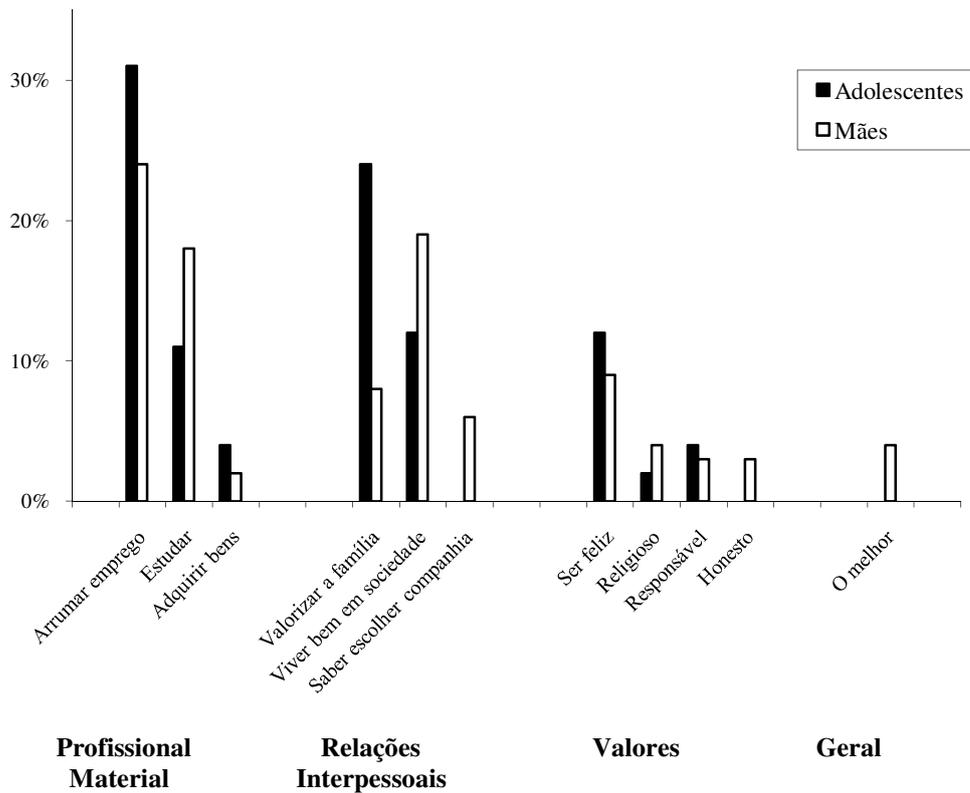


Figura 7. Comparando as expectativas futuras dos adolescentes e das mães.

Em relação ao aspecto profissional e material, arrumar emprego é a categoria mais enfatizada por ambos (31% e 24%, respectivamente), seguida de estudar (11% e 18%). Nota-se que, em relação ao estudo, a expectativa maior é das mães. Na categoria relação interpessoal, observa-se que a valorização da família pelo adolescente (24%) e viver bem em sociedade para as mães (19%) prevaleceram entre as subcategorias. Valor como “ser feliz” é citado tanto pelos adolescentes (12%) quanto por suas mães (9%).

Resumindo os dados da rede de apoio social e das expectativas para o futuro

As fontes mais utilizadas pelos adolescentes e suas mães estão concentradas na rede social de apoio familiar, embora com maior percentual para os adolescentes. Nessa

situação de internação em que se encontram, os adolescentes referem que essas fontes de apoio são formadas principalmente pelas figuras maternas, pais ou padrastos e irmãos. Todos os adolescentes relataram que as mães os aceitam com suas qualidades e defeitos. As fontes de apoio familiar citadas pelas mães foram os maridos ou companheiros, filhos e suas próprias mães.

A rede de apoio social extrafamiliar foi mais citada pelas mães que pelos adolescentes, principalmente na situação em ter alguém para confiar. Observa-se que a categoria divindade também é mais utilizada pelas mães, principalmente na situação em ter alguém para acalmá-las (15%). As mães citaram os amigos, vizinhos, comadres, pastores de igreja e profissional da saúde como fontes da rede de apoio extrafamiliar. As fontes da rede de apoio extrafamiliar citadas pelos adolescentes foram os amigos, namoradas e profissional da instituição. Tanto pelos adolescentes quanto por suas mães, as figuras femininas foram as mais citadas, embora haja várias figuras masculinas mencionadas.

Quanto aos tratamentos e atendimentos utilizados pelas famílias dos adolescentes, observa-se que o posto de saúde é a rede social de serviço mais utilizado pelas famílias (73%), sendo o médico e o dentista os profissionais mais requisitados. Vinte e três por cento das famílias utilizam tanto o posto de saúde como o serviço particular e uma família faz uso apenas do serviço particular.

Para adolescentes e suas mães, arrumar emprego (31% e 24%, respectivamente), prevaleceu entre todas as expectativas futuras, seguida de valorizar a família para os adolescentes (24%) e viver bem em sociedade (19%) para as mães. Tanto adolescentes como mães, citam ser feliz (12% e 9%, respectivamente) como o principal valor para o seu futuro.

DISCUSSÃO

Com o apoio da literatura e obedecendo a ordem de apresentação dos resultados, na primeira seção deste capítulo, discute-se a caracterização dos adolescentes e de suas famílias e seu relacionamento com familiares. Na segunda seção discute-se o histórico infracional e uso de drogas pelos adolescentes e familiares e na terceira e última seção os dados da rede de apoio social dos adolescentes e das mães e as expectativas de ambos para o futuro do adolescente.

Caracterização familiar dos adolescentes e relacionamento com familiares

De acordo com os dados obtidos, observou-se que os adolescentes em conflito com a lei do presente estudo foram do sexo masculino, com idades entre 15 e 18 anos e apenas dois concluíram o ensino médio completo. A caracterização desses adolescentes está de acordo com os dados descritos por Silva e Guerresi (2003) e outros autores (AREDES; MORAES, 2007; GALLO; WILLIAMS, 2008; SILVA; GUERESI, 2003) que também identificaram baixa escolaridade entre os adolescentes em conflito com a lei. Segundo Gallo e Williams (2008) a escolaridade pode funcionar tanto como fator de risco quanto de proteção para o comportamento antissocial e quanto mais alto o nível de escolaridade, maior as chances do adolescente não infracionar. Bahls e Ingbermann (2005) também identificaram correlação positiva entre abuso de drogas e baixo desempenho escolar.

Antes da internação, todos adolescentes coabitavam com suas famílias, constituídas por diferentes arranjos como as recasadas, seguidas das nucleares, extensivas e monoparentais. Esses dados estão de acordo com os resultados do mapeamento nacional da situação do adolescente em conflito com a lei, pois segundo Silva e Guerresi (2003), a maioria dos adolescentes internados vivia com suas famílias no período em que praticaram o ato infracional. Para Silva e Guerresi (2003) essa informação é essencial para a quebra do mito de que adolescentes em conflito com a lei são “meninos de rua”, abandonados pelas famílias e destituídos do convívio familiar, ficando claro que não é a ausência da convivência o fator motivacional e determinante para o ingresso ao mundo criminal, mas a qualidade do vínculo familiar mantido com o adolescente.

Bronfenbrenner (1996) vai além e mostra como fatores de diferentes sistemas como o microsistema (ex: vínculos entre adolescentes e funcionários da instituição, com os familiares, condições de moradia, rede de apoio familiar), mesossistema (ex: interação família-instituição de execução de medida, rede de apoio extrafamiliar), e o exossistema (ex: Conselho Tutelar, juizado, diretoria de escolas e de instituições de abrigamento) e o macrossistema (ex: crenças, regras, valores a respeito de como a sociedade concebe o adolescente institucionalizado, políticas públicas e culturais) influenciam o desenvolvimento dos indivíduos e, portanto, suas trajetórias. Nesse sentido, as políticas públicas não devem somente privilegiar a garantia de direitos das crianças e adolescentes, mas também criar programas voltados ao fortalecimento de todas essas mazelas sociais, como medida de proteção a inclusão dos adolescentes no mundo criminal.

As mães dos adolescentes que participaram deste estudo apresentaram idades entre 39 e 43 anos e os pais ou padrastos de 29 a 61 anos. Quanto à escolaridade, a maior parte das mães e pais ou padrastos possuía ensino fundamental incompleto, observando-se analfabetismo no grupo de mães e alguns concluintes do ensino médio no grupo dos pais e

padrastos. Segundo Prust e Gomide (2007), a baixa escolaridade dos genitores dos adolescentes em conflito com a lei torna-se um fator de risco para a conduta infracional do filho, pois como aponta Gallo e Williams (2008) e Patterson, Reid e Dishion (1992) há uma correlação positiva entre baixa escolaridade dos pais e o desenvolvimento de comportamentos antissociais nos filhos e inversamente, um alto nível de escolaridade dos pais atua como fator de proteção para os filhos.

Quanto ao estado civil, a maior parte das mães estava casada civilmente ou convivendo com o companheiro. A maioria dos pais ou padrastos e mais da metade das genitoras exerciam atividades remuneradas, com ocupações que exigiam pouca qualificação. As mães ocupavam serviços como diarista, faxineira, salgadeira, lavradora, cuidadora, entre outras. Atividades no setor de estrutura de alvenaria, como pedreiro, motorista de veículos de carga e lavrador, são alguns serviços realizados pelos pais ou padrastos. A população desse estudo apresentou renda equivalente as classes B2, C1, C2, D e E, segundo os critérios médios de renda familiar, definidos pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP (www.abep.org).

O baixo poder aquisitivo, a baixa escolarização dos pais e a pobreza em que vive a maioria dessas famílias, segundo Gallo e Williams (2008) e Volpi (1997), acarreta problemas graves para o desenvolvimento humano. A pobreza tem sido apontada como fator de vulnerabilidade e risco social para muitas famílias, todavia, Gallo e Williams (2008) destacam que ela sozinha não constitui fator de risco para a conduta infracional, visto que há muitas famílias pobres sem histórico de envolvimento criminal. Todavia, o estresse provocado pela dificuldade de aquisição material pode ser considerado fator de risco, dificultando até mesmo na qualidade das relações parentais, podendo ocasionar um estilo parental negligente e pouco efetivo, devido ao baixo monitoramento das atividades dos filhos, baixo nível de afeto e

indiferença generalizada (GALLO; WILLIAMS, 2008). Todos esses fatores podem ocasionar comportamentos antissociais nos filhos (GOMIDE, 2000, 2003).

A baixa renda das famílias dos adolescentes contribuiu para as questões da falta de qualidade de moradia. Embora apenas uma família residisse em barraco, as casas eram simples e a grande maioria localizada na periferia. Pouco mais da metade das famílias possuía casa própria, outras pagavam aluguel e algumas habitavam em casas cedidas por familiares.

A religião com maior incidência de praticantes entre as mães foi a evangélica, seguida da católica. Esses dados estão de acordo com os de Almeida e Monteiro (2001) sobre a caracterização da população religiosa do Brasil, indicando que entre os evangélicos, as mulheres com idade entre 41 a 55 anos, ensino fundamental incompleto e pertencentes a classe socioeconômica C e D são as maiores frequentadoras dessa religião.

Para Penso e Sudbrack (2004), o envolvimento do adolescente em atos infracionais também pode estar associado a responsabilidade sentida por ele em assumir papéis parentais, preenchendo, dessa forma, vazios nas relações conjugais ou familiares. O adolescente A8, com 16 anos, exemplifica esse comentário, uma vez que vivia em família recasada, com oito irmãos, com renda familiar menor que um salário mínimo e que passou a traficar para ganhar dinheiro para comprar coisas para si e para ajudar a mãe mensalmente.

O investimento em programas de orientação aos pais, segundo Pratta e Santos (2007), deve ter a finalidade de instrumentalizá-los para lidarem de forma mais adequada com seus filhos adolescentes, auxiliando-os com informações que sirvam como referência em situações que exijam a tomada de decisões e reflexões. Para Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009), o diálogo entre os familiares e profissionais da instituição parece ser importante porque os técnicos e educadores podem ajudar essas famílias a desenvolverem uma análise crítica a respeito das práticas de cuidados e educação dispensados aos seus filhos, como

também informar os processos de risco a que todos estão expostos: crianças, adolescentes e adultos.

Dentre as intercorrências significativas ocorridas nessas famílias e relatadas pelos adolescentes, os eventos negativos prevaleceram, caracterizados por mortes, incluindo as trágicas (assassinatos, afogamentos e congestão), separações e prisões de familiares. Os eventos positivos incluíram gravidez, nascimentos, casamentos e separação dos pais. Observa-se que a separação dos genitores foi evento julgado tanto positivo, quanto negativo ou mesmo contento os dois aspectos. Para o adolescente A21, a separação foi julgada como positiva: *“A separação dos meus pais foi bom, porque não dava certo um casal só discutí. Cada um foi pro seu lado. Eles brigava muito”*. Para outros adolescentes a separação foi considerada como negativa, como refere o adolescente A4: *“Separação da minha mãe e do meu pai. Não aceitei a separação. Não foi muito bom pra mim. Eles deveria ficá juntos, mas foi eles que escolheu assim. Senti tristeza quando eles se separaram”*. Para o adolescente A16, a separação foi considerada como regular: *“Meus pais se separaram. Fiquei confuso, mas acho que foi a melhor coisa que fizeram, porque os dois só brigava”*. Diante desses relatos, constata-se vários sentimentos entre os adolescentes diante da separação dos pais, pois enquanto que para alguns a separação foi considerada boa, porque houve a diminuição de brigas e conflitos entre os genitores, para outros ela causou tristeza e confusão.

Faco (2007), em pesquisa com adolescentes estudantes, de zona rural e urbana, encontrou que os eventos significativos ocorridos nas famílias foram: perda de emprego, problema financeiro, hospitalização, morte, mudança de cidade, a mãe começar a trabalhar fora de casa e nascimentos. Não houve, para Faco (2007), relato de mortes trágicas nem de prisões, situação diferente dos participantes deste estudo. No caso das mães, os relatos de eventos negativos também superaram os positivos e comparando o número de eventos negativos relatados por eles, observou-se o dobro de respostas maternas para esses eventos.

Para essas mães, o evento negativo mais significativo foi a internação do filho, seguido de hospitalização de membros familiares, mortes, desempregos, mudança de residência, problemas financeiros, prisão de membro familiar e repetência escolar. Os eventos positivos relacionados por algumas genitoras foram à recolocação de algum membro familiar no mercado de trabalho, gravidez e nascimentos.

Para Schenker e Minayo (2005) eventos estressantes como doenças, acidentes, mortes, mudanças, novos casamentos dos pais, separações, divórcios e problemas financeiros associados a outros fatores preestabelecidos podem influenciar os adolescentes ao abuso excessivo de drogas e envolvimento com atos violentos. Segundo Gomide *et al.* (2005), isso ocorre porque quando os adultos reagem de maneira angustiante ou ansiosa diante de eventos estressores, crianças e adolescentes aprendem agir dessa forma porque discrimina o humor dos pais e não o comportamento adequado, o que acarreta a aquisição de modelos e ações inadequadas que podem levá-los a apresentarem comportamentos antissociais.

Por outro lado, esses eventos negativos também podem permitir o crescimento e a elaboração interior desses adolescentes, constituindo-se em elementos de amadurecimento e fortalecimento, podendo torná-los resilientes (SCHENKER; MINAYO, 2005). Para Paludo e Koller (2005), mesmo diante da presença constante de fatores de risco na vida desses adolescentes, suas características pessoais e a rede social de apoio podem contribuir para a formação de fatores de proteção. Mesmo para esses adolescentes que cometeram infrações julgadas graves, oportunidades de estudo (GALLO; WILLIAMS, 2008), de apoio e suporte (COSTA, 2009), inserção em oficinas profissionalizantes e/ou em programas de prevenção e projetos sociais da comunidade (PRATTA; SANTOS, 2006; ASSIS; CONSTANTINO, 2005), a religiosidade, as atividades esportivas e de lazer (PRATTA; SANTOS, 2006), entre outros fatores, podem aumentar sua autoestima (COSTA; ASSIS, 2006), facilitar sua entrada no mercado de trabalho (ASSIS; CONSTANTINO, 2005), ajudá-los a rever valores como

sobre a importância da família e da religião em suas vidas (ASSIS; CONSTANTINO, 2005) e a desenvolverem a capacidade de tomar decisões, compartilhar sentimentos e ser responsáveis (PRATTA; SANTOS, 2006, 2007; SCHENKER; MINAYO, 2005).

Quanto ao tipo de relacionamento estabelecido entre os adolescentes e seus familiares, a maior parte deles os definiu como sendo bom ou ótimo/muito bom, porque se sentiam amados, havia união, apoio, carinho, amor, atenção, afeto, companheirismo e felicidade. As mães também forneceram dados semelhantes, uma vez que consideraram o relacionamento dos adolescentes com os familiares, desde a infância até os dias de hoje, como bom ou ótimo/muito bom, porque havia carinho, afeto, respeito e apego. Poucos relataram a ocorrência de brigas, desentendimentos, agressões físicas, discussão e desobediência. As mães relataram mais relacionamentos caracterizados como ótimo/muito bom que os adolescentes.

Já no estudo realizado por Feijó e Assis (2004), com adolescentes em conflito com a lei e suas famílias, verificou-se um conjunto de problemas de relacionamento interpessoal e de comunicação entre pais e filhos. Os resultados indicaram uma gama de desentendimentos e desafetos familiares, dificuldade do adolescente em verbalizar seus sentimentos, utilizando, muitas vezes, apenas monossílabos ou poucas palavras para responder questões e expressar sentimentos. Para Feijó e Assis (2004) essa dificuldade em expressar sentimentos e ideias a respeito das relações familiares pode estar associada a baixa escolaridade do jovem, mas também a sua dificuldade em lidar com questões afetivas e emocionais. Toscano (2001) também identificou, entre vários fatores de risco para o comportamento antissocial dos adolescentes, os problemas de relacionamento entre pais e filhos.

Talvez haja duas hipóteses para nossos dados, embora não sejam excludentes, ou outros fatores de risco estão de certa forma se sobrepondo a esses ou os julgamentos dos adolescentes e suas genitoras estão sendo superestimados por eles. Feijó e Assis (2004),

concluíram que os adolescentes infratores e suas genitoras superestimam seus relacionamentos e desempenhos, e no caso dos adolescentes, idealizam a figura materna, descrevendo-as como sendo boas, conselheiras, pacientes, sem defeitos e, quando relatam algum comportamento inadequado, sempre o justificam. A capacidade de superestimar seu desempenho também foi relatada no estudo de Bolsoni-Silva, Del Prette e Oishi (2003), onde pais de filhos com indicação escolar de comportamentos socialmente inadequados se avaliaram muito positivamente, julgando-se socialmente adequados em quase todas as habilidades sociais e educativas.

Em relação à maneira como a genitora procurou educar o adolescente, notou-se a predominância de respostas relacionadas a orientações e transmissão de valores sobre determinado assuntos, como: ensinar o que é certo e errado, a importância do estudo e do trabalho, de não andar com más companhias, ser honesto, respeitar as pessoas, frequentar a igreja e também a preocupação em definir regras e limites. Dar carinho e atenção foi relatado apenas por uma mãe, como o modo utilizado para interagir com o adolescente. Apenas três mães se autoanalisaram de forma negativa, considerando que deram pouca atenção ou foram permissivas com os filhos.

Parece que mesmo o uso de orientações e transmissões de valores pelas mães, como ensinar os filhos o que é certo e errado, a serem honestos e a respeitarem as pessoas, não surtiram efeito nos comportamentos dos adolescentes. Para Sabbag (2010), conversar só para ensinar o certo e errado não é suficiente para prevenir condutas de risco entre os adolescentes, uma vez que a qualidade e frequência da comunicação, o diálogo sobre variados temas, o uso de afeto, a interação positiva e a habilidade social educativa da genitora em resolver problemas fazem toda a diferença na prevenção de comportamentos de risco dos filhos.

As reações dos filhos, frente à educação recebida, foram consideradas por algumas mães como positivas porque eles ou obedeceram ou aceitaram ou escutaram as orientações. Para outras mães, as reações dos filhos foram consideradas negativas, porque não obedeceram a seus conselhos, contestavam as regras, ficavam agressivos e se revoltavam. Outras mães ainda relataram que as reações dos filhos variaram entre obediência e rebeldia. Conforme Sabbag (2010) a monitoria materna deve estar atrelada a outros comportamentos, como o comportamento moral que envolve aspectos de respeito e valores como generosidade, honestidade e igualdade que estimulam as habilidades sociais nos filhos, em especial a empatia que possibilita ao adolescente a se colocar no lugar do outro. Para Gomide (2003, 2004, 2006) tal prática educativa ajuda o adolescente a analisar seu próprio comportamento e a reparar danos. Estudos que identificam o padrão comportamental das famílias de risco podem oferecer excelentes subsídios aos profissionais que atuam com essa população, tanto na elaboração de programas preventivos quanto interventivos, voltados a orientação e treinamento para o desenvolvimento de práticas educativas positivas (CARVALHO; GOMIDE, 2005).

Os filhos adolescentes participantes deste estudo foram, no geral, os que mais receberam a atenção materna, segundo elas, por motivos diversos: problemas de saúde/alimentação/ferimentos/doenças; condutas antissociais/nervoso; por serem carinhosos e respeitadores com elas; por ficar longe deles a maior parte do dia em função do trabalho; por causa do gênero ou por ser o filho caçula. As mães também apareceram como a principal figura de apego entre os adolescentes, sendo que a atenção que receberam delas e as conversas foram os motivos mais destacados por eles, dados também encontrados por Faco (2007). Para esses adolescentes, as mães também foram as principais pessoas que os aconselharam a não entrar na vida criminal, a não usarem drogas ou andarem com “más companhias”. Esses dados confirmam a impressão geral da pesquisadora a respeito da forte

ligação observada entre os adolescentes em conflito com a lei e suas mães, e que foi um dos motivos que a levou a realizar esse trabalho. No entanto, a idealização desse vínculo pode estar superestimando a relação adolescentes-mães, conforme descrito por Feijó e Assis (2004) e Bolsoni-Silva, Del Prette e Oishi (2003).

Como relata Kreppner (2003), a família é uma instituição importante para o desenvolvimento de crianças e adolescentes e o suporte emocional dispensado a eles pode inibir ou facilitar o desenvolvimento das suas habilidades e capacidades. Neste estudo, talvez outros fatores de risco se sobrepuseram à atenção dispensada pela mãe ao adolescente, e provavelmente o relacionamento entre eles não foi tão harmonioso como relatam, embora também citaram brigas, desarmonia, maus exemplos dos genitores e outros familiares.

Outras variáveis como falta e dificuldade de comunicação (WAGNER *et al.*, 2002; SABBAG, 2010), falta de repertórios de enfrentamento de adversidades na família (AVANCI *et al.*, 2007; BOLSONI-SILVA *et al.*, 2008), o monitoramento negativo parental (DICLEMENTE *et al.*, 2001; FLETCHER; STEINBERG; WILLIAMS-WHEELER, 2004; GOMIDE, 2000, 2003, 2004; CARVALHO; GOMIDE, 2005), a falta de habilidades sociais e educativas dos pais (BOLSONI-SILVA; DEL-PRETTE; OISHI, 2003), são algumas das variáveis associados a fatores de risco para a conduta antissocial.

Também são reconhecidos outros fatores de risco, como problemas de relacionamento entre pais e filhos (BAPTISTA, 1996; KALOUSTIAN, 1998; GOMIDE, 2000, 2004; CARVALHO; GOMIDE, 2005; FEIJÓ; ASSIS, 2004), violência doméstica (GALLO; WILLIAMS, 2005; CUEVAS *et al.* 2007), relação afetiva precária, baixo nível de afeto e conflitos permanentes (LUZ; WOSNIAK; SAVI, 2004; FEIJÓ; ASSIS, 2004; GOMIDE, 2000, 2003, 2004, 2006), ausência de regras (FORMIGA; GOUVEIA, 2005; GOMIDE, 2000, 2004; CARVALHO; GOMIDE, 2005), uso de álcool e outras drogas pelos familiares (GALLO; WILLIAMS, 2008; SCHENKER; MINAYO, 2005; LUZ; WOSNIAK;

SAVI, 2004; AREDES; MORAES, 2007) que podem levar o adolescente a praticar atos infracionais e se engajar no mundo criminal.

O histórico infracional e uso de drogas pelos adolescentes e familiares

Os adolescentes em conflito com a lei iniciaram a prática de atos infracionais entre sete e 17 anos de idade. No entanto a idade com maior índice de frequência compreendeu a faixa etária entre 13 e 15 anos, ou seja, no início da adolescência. Estes dados estão de acordo com os encontrados na literatura (VOLPI, 1997; AREDES; MORAES, 2007; GOMIDE, 2000; SILVA; GUERESI, 2003). Para Gomide (2000, 2003), há uma estreita relação entre desenvolvimento do adolescente e comportamentos antissociais, pois a maior incidência desses comportamentos ocorre na fase intermediária da adolescência, havendo uma diminuição nos anos seguintes. Segundo Silva e Guerresi (2003) é nessa fase que ocorre o pico das transformações hormonais e dos conflitos existenciais provenientes da busca pela diferenciação, pelo reconhecimento e pela construção da própria identidade que poderá ocorrer a qualquer custo, até mesmo por meio da violência. A população nesta faixa etária, segundo Volpi (1997) está mais exposta e vulnerável a prática de atos infracionais devido a pobreza e a violência em que estão inseridos. Ter conhecimento sobre a faixa etária em que os adolescentes costumam apresentar mais comportamentos transgressores deve ser útil para o subsídio de políticas públicas educacionais e de profissionalização a esta camada da população em constante vulnerabilidade social, segundo Silva e Guerresi (2003).

Os atos infracionais, praticados por esses adolescentes, estão de acordo com os encontrados em outros estudos com adolescentes em conflito com a lei (VOLPI, 1997;

AREDES; MORAES, 2007; GOMIDE, 2000; SILVA; GUERESI, 2003), sendo que eles praticaram o furto, o roubo, o tráfico de drogas e o homicídio.

Comparando os primeiros atos infracionais desses adolescentes com os que culminaram na apreensão e internação deles, notou-se que crimes contra o patrimônio foram os mais praticados em ambos os casos, sendo que eles começaram praticando mais furtos e, na ocasião da internação, apresentaram mais roubos; e, entre os crimes contra a pessoa, o tráfico manteve a mesma frequência de respostas enquanto que o homicídio apresentou aumento. Esses dados indicam um aumento na gravidade dos crimes, tanto em relação ao patrimônio, com o aumento dos roubos, quanto em relação aos crimes contra as pessoas, com o maior índice de homicídio. A impunidade, aliada a fatores como a vulnerabilidade social (GALLO; WILLIAMS, 2008; BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001; AREDES; MORAES, 2007), contato com a violência (SCHENKER; MINAYO, 2005; LUZ; WOSNIAK; SAVI, 2004; GALLO; WILLIAMS, 2005; AREDES; MORAES, 2007; MINAYO, 1994), o uso de drogas (SCHENKER; MINAYO, 2005; GALLO; WILLIAMS, 2008; WOSNIAK; SAVI, 2004; AREDES; MORAES, 2007), o menosprezo pelos valores e normas (FORMIGA; GOUVEIA, 2005; GOMIDE, 2000, 2003; CARVALHO; GOMIDE, 2005; ZANE; 2007), entre outros, colocam os adolescentes em situações que facilitam a ocorrência de atos de violência e criminalidade (MINAYO, 1994; PALUDO; KOLLER, 2008).

A prática de atos infracionais desses adolescentes foi impulsionada pelos seguintes motivos: comprar e usar drogas, adquirir bens materiais, por impulso e prazer, para ter influência e ser valorizado pelos amigos e ter acesso ao lazer. Comprar e usar drogas foram as justificativas mais destacadas entre os usuários de drogas, enquanto que entre os não-usuários, a necessidade de dinheiro para aquisição material prevaleceu. Esses resultados confirmam a investigação de Pereira e Sudbrack (2005) sobre adolescentes usuários de drogas

e em conflito com a lei, revelando complexa relação entre os níveis de dependência e o ato infracional; segundo esses adolescentes, a prática delituosa é decorrente do uso de drogas, sendo que o ato funciona como provedor delas.

Para os adolescentes deste estudo, o início da utilização de drogas ilícitas ocorreu entre 10 e 16 anos, sendo observada a maior incidência na faixa etária de 13 a 15 anos. As drogas mais utilizadas por eles, em ordem decrescente foram maconha, cocaína, crack, tinner, cola de sapateiro e LSD, sendo o trio “maconha, cocaína e crack” o mais utilizado. Esses resultados assemelham-se aos encontrados por Aredes e Moraes (2007), Volpi (1997), Silva e Guerresi (2003). Para alguns autores (TAVARES; BÉRIA; LIMA, 2004; SCHENKER; MINAYO, 2005; PRATTA; SANTOS, 2006; SOUZA; SILVEIRA FILHO, 2007), a adolescência é a época de maior exposição e vulnerabilidade para jovens consumirem drogas e o uso abusivo constitui-se um problema eminente e abrangente que envolve diversas instâncias e acarreta custos elevados com justiça e saúde. Segundo Kalina *et al.* (1999) e Kessler *et al.* (2003), os fatores que podem levá-los ao consumo de drogas são os mais variados, e estão relacionados as características individuais e sociais, como fracasso pessoal e familiar, eventos estressores, privações econômicas, família com conduta de álcool e outras drogas e conflitos familiares. A maioria desses adolescentes ou familiares apresentou vários desses fatores.

Paiva e Ronzani (2009) destacam que há correlação positiva entre práticas parentais negativas e uso de tabaco, álcool e outras drogas entre adolescentes. As práticas educativas negativas descritas pelos autores compreendem atitude negligente e permissiva dos pais perante o uso de álcool e outras drogas pelos filhos, incapacidade dos pais em controlá-los e uso de álcool e outras drogas pelos familiares que acabam atuando como modelos. Nessa perspectiva, observa-se que as práticas educativas negativas funcionam como variáveis psicossociais capazes de influenciar na adoção de diferentes comportamentos que possam

prejudicar a saúde dos jovens, entre eles o consumo de álcool de outras drogas (PAIVA; RONZANI, 2009). A utilização de drogas pelos adolescentes, segundo Schenker e Minayo (2005), é um problema de saúde pública, que exige das autoridades competentes o investimento em programas de prevenção e intervenção para tentar minimizar o quadro atual.

Na literatura são encontrados fatores protetivos associados tanto para inibir o engajamento de adolescentes a comportamentos antissociais, como para protegê-los contra o uso de drogas (KESSLER *et al.*, 2003; PRATTA; SANTOS, 2006; PAIVA; RONZANI, 2009): motivação pessoal; estrutura familiar protetora (presença dos pais, monitoramento do adolescente, ambiente estável, forte vínculo com os genitores, supervisão e envolvimento parental, disciplina consistente, participar de atividades com a família); ligações com instituições pró-sociais e associação com amigos não usuários (KESSLER *et al.*, 2003; SANCHEZ; OLIVEIRA; NAPPO, 2005; PRATTA; SANTOS, 2006, 2007; PAIVA; RONZANI, 2009), atividades de lazer como, por exemplo, a prática de esportes; frequentar igreja (PRATTA; SANTOS, 2007). No entanto, para Silva e Rossetti-Ferreira (2002), fatores de proteção não agem por si só na proteção do indivíduo, eles atuam em uma rede de dependência e de significações pessoais e coletivas a elas atribuídas, que oferecem suporte e sustentação para o indivíduo enfrentar as adversidades da vida.

Entre os membros familiares que usavam ou usaram álcool e outras drogas ilícitas, os tios, seguidos dos irmãos, pais e primos prevaleceram entre os usuários. As mães e tias também apareceram, no entanto em menor frequência. Entre os membros familiares que cumpriam ou cumpriram sistema prisional, os tios, primos e irmãos foram os mais destacados, no entanto uma mãe também cumpriu sistema prisional. Nessas circunstâncias, as figuras masculinas prevaleceram.

Entre as substâncias lícitas e ilícitas utilizadas pelos familiares, conforme relato das genitoras, o tabaco apareceu com maior frequência de uso, seguido do álcool e outras

drogas. Quanto aos usuários, notou-se tanto a presença de figuras masculinas como femininas no uso de álcool e tabaco, no entanto ocorreu maior prevalência do gênero masculino, tanto no uso de drogas lícitas como ilícitas, sendo o pai/padrasto, irmãos e tios os maiores consumidores. Os resultados encontrados neste estudo confirmam os dados levantados em outras pesquisas sobre membros familiares que utilizam drogas e sua influência negativa para o adolescente (TAVARES; BÉRIA; LIMA, 2004; LUZ; WOSNIAK; SAVI, 2004; AREDES; MORAES, 2007; TOSCANO, 2001). Mais da metade dos adolescentes (63%) relatou bom relacionamento com os membros familiares que usavam ou usaram álcool e outras drogas e/ou cumpriam ou cumpriram sistema prisional, argumentando que a relação era boa, não havia brigas e sim diálogos e orientações pra que não consumissem drogas e não cometessem atos infracionais.

Em relação a prática infracional dos filhos, quase metade das mães sabiam, algumas desconfiavam e as demais desconheciam. As que sabiam relataram que tomaram conhecimento por meio dos próprios filhos ou por pessoas da comunidade. As atitudes tomadas foram no sentido de orientá-los a não se envolverem com más companhias e com atos infracionais, ameaçá-los dizendo que poderiam parar na “FEBEM” e agredi-los, como punição. Duas mães usaram ações concretas como fazer devolver o que roubou ou tirá-lo do ambiente e enviá-lo ao pai. Já as mães que desconfiaram dos atos infracionais dos filhos, relataram que os motivos da desconfiança foram porque houve mudança de comportamento deles, ou porque a polícia os procurou ou ainda, porque foram parar na delegacia. Nesses casos, as mães procuravam orientar e/ou ameaçar seus filhos, semelhantes às mães que sabiam da conduta transgressora. As mães que relataram não saber da conduta do filho, já os orientavam a não se envolverem com atos infracionais.

Aconselhamentos e orientações maternas a adolescentes infratores, segundo Pacheco e Hutz (2009), não possuem a função de evitar ou prevenir condutas transgressoras,

mas de os auxiliarem a se protegerem de ferimentos durante o ato infracional e de serem presos; e a ausência de atenção, permissividade ou atribuição da responsabilidade educativa a outras pessoas ou instituições, pode refletir a evitação dos pais de enfrentarem seus filhos, a falta de alternativas ou incapacidade deles de lidar com o comportamento do adolescente e o receio de se envolverem em situações conflituosas.

Apesar das orientações dadas aos filhos, as mesmas não surtiram efeitos, talvez pela presença de monitoria negativa, caracterizada pela grande quantidade de instruções repetitivas que não são seguidas pelos filhos (GOMIDE, 2004), pela pouca importância dada pelos adolescentes às orientações maternas, confirmando os resultados do estudo de Pacheco e Hutz (2009) com adolescentes em conflito com a lei e pela falta de habilidades sociais educativas (BOLSONI-SILVA; DEL-PRETTE; OISHI, 2003). Para que os adolescentes possam ouvir suas mães, elas precisam se aproximar deles, por meio de uma comunicação associada com atitudes de carinho e afeto (SABBAG, 2010). E isso pode ser ensinado a elas, instrumentalizando-as com práticas educativas positivas (GOMIDE, 2000, 2006) e habilidades sociais educativas que as ajudem a lidar com problemas de comportamentos dos filhos (SABBAG, 2010; BOLSONI-SILVA; DEL-PRETTE; OISHI, 2003).

A falta de monitoria positiva pode conduzir o jovem a associar-se com pares desviantes, resultando provavelmente no desenvolvimento de comportamentos antissociais (PATTERSON; REID; DISHION, 2002, GOMIDE, 2000, 2003, CARVALHO; GOMIDE, 2005), já o uso de punição como agressão física com objetivo de controlar o filho, segundo Gomide (2003, 2004) e Carvalho e Gomide (2005) pode apresentar correlação positiva com o desenvolvimento de crianças apáticas, medrosas e/ou antissociais. O uso de formas severas de punições corporais pelos pais em detrimento das práticas envolventes e carinhosas com as crianças podem ensiná-las que a agressão e a coerção são maneiras legítimas de solucionar

problemas, e assim, ao invés de eliminar o comportamento de punir, esse acaba se ampliando (SIMONS *et al.*, 2000).

Diante da situação de internação do filho, as mães revelaram os seguintes sentimentos em ordem decrescente: tristeza/angústia/mágoa/revolta por eles estarem internados ou por terem se comportado inadequadamente; confortada/feliz, porque o filho está protegido, bem cuidado e estudando; com esperança de que ele melhore seu comportamento e deixe as drogas; saudade pela sua ausência e também a preocupação com seu retorno, por ter medo dele agir inadequadamente. Notam-se aqui sentimentos conflitantes, tanto positivos quanto negativos, indicando a dificuldade de enfrentarem essa situação. É importante também destacar que a medida de internação é vista por algumas mães como uma nova oportunidade que os filhos estão tendo de realmente darem novo rumo às suas vidas.

Rede de apoio social e expectativas para o futuro

Neste estudo foi possível identificar que quando adolescentes e mães precisavam de ajuda, as pessoas com quem eles podiam contar eram principalmente as da família, indicando mais uma vez a importância do agrupamento familiar na vida dessas pessoas. Os adolescentes apresentaram maior número de figuras de apoio, comparadas às mães. A literatura (COSTA, 2009; BRITO; KOLLER, 1999) a respeito da rede social de apoio destaca sua importância como fator protetivo e positivo ao desenvolvimento humano, porque se refere às relações e vínculos estabelecidos e mantidos entre as pessoas, que os ajudam a se protegerem frente às situações de risco. Talvez até por estarem fora do convívio familiar do lar, esses adolescentes dão mais valor a suas famílias. José (2009) investigou a rede de apoio social de adolescentes em situação de risco, em regime semi aberto, e constatou que entre

aqueles com menor tempo de medida socioeducativa, mencionaram pouco a rede de apoio familiar, ao contrário daqueles que estavam há mais tempo, indicando a efetividade do trabalho que estava sendo realizado com esses adolescentes e seus familiares.

Em todas as situações investigadas, ou seja, se têm em quem confiar, alguém para acalmá-los, que os aceitem como são ou para consolá-los, os adolescentes e suas mães citaram mais as figuras familiares, no entanto, elas são mais destacadas pelos adolescentes que por suas mães. As mães citaram, com maior frequência que os adolescentes, fontes da rede extrafamiliar, principalmente nas situações em que precisam de alguém para confiar. No entanto, em todas as situações investigadas, houve mães e adolescentes que relataram não ter nenhuma fonte de apoio, com exceção dos adolescentes que se sentem totalmente aceitos do jeito que são por suas mães. Nota-se que, principalmente em situações de risco, a rede social de apoio é formada pelas relações sociais significativas e próximas do indivíduo, segundo Brito e Koller (1999).

Comparando as fontes de apoio das redes de apoio familiar e extrafamiliar dos adolescentes e suas mães, observou-se que as figuras femininas prevaleceram entre essas fontes, no entanto observou-se a presença masculina também. Para os adolescentes, a mãe e o pai apareceram com maior frequência e, para as mães, o marido/companheiro e filha/o prevaleceram entre as fontes de apoio. No entanto, a figura materna foi a mais destacada por esses adolescentes. Esse dado também foi destacado por Faco (2007), investigando adolescentes estudantes de zona urbana.

Branco, Wagner e Demarchi (2008) identificaram que além da família (mãe, pai e irmãos), os monitores e outros profissionais da instituição (profissionais da saúde) podem funcionar como importante fator preventivo e interventivo para adolescentes infratores. Profissionais da saúde também foram identificados por alguns dos adolescentes participantes deste estudo, como fazendo parte de suas redes de apoio. Notou-se que a divindade religiosa

(Deus) também foi citada por alguns adolescentes e suas mães, indicando dessa forma a importância da religiosidade na vida dessas pessoas.

Quanto aos tratamentos e atendimentos utilizados pelas famílias dos adolescentes, o posto de saúde é a instituição mais procurada por todos os membros familiares, sendo o médico e o dentista os profissionais mais requisitados, dados confirmados por Faco (2007). Instituições, grupos comunitários e redes de serviços de saúde podem funcionar como fator protetivo e interventivo junto às famílias que vivem em contextos socioeconômicos desfavorecidos e de risco (GOMES; ROSA, 2004). Membros familiares podem ser orientados a desenvolverem estratégias de enfrentamento para as diversas situações de vulnerabilidade social, e a rede de apoio parece ser de fundamental importância para protegê-los de comportamentos disfuncionais que possam prejudicar a dinâmica familiar (SIQUEIRA; BETTS; DELL'AGLIO, 2006; ANDRADE; VAITSMAN, 2002).

Em relação as expectativas para o futuro, tanto os adolescentes quanto suas genitoras almejavam em primeiro lugar o sucesso profissional/material, como arrumar emprego, seguida das relações interpessoais, como valorizar a família, e viver bem em sociedade. Ser feliz também foi citado por mães e adolescentes. Mazetto (2009), investigando expectativas dos genitores para o futuro de seus filhos pequenos, encontrou a categoria das relações interpessoais como a mais citada por ambos. Talvez a dificuldade financeira dos participantes desse estudo, aliada a fase de vida em que os adolescentes estão, com necessidade de adquirirem autonomia, serem independentes financeiramente e alguns até com filhos para criar, levou-os a valorizarem mais o sucesso profissional/material.

A educação e profissionalização, segundo Pratta e Santos (2007), são planos importantes para o futuro dos adolescentes, talvez por ser um caminho para a saída da instabilidade e ameaça de exclusão que eles vivem e por trazer uma perspectiva de vida futura mais promissora. Para Zamberlan, Freitas e Fukamori (1999) as aspirações dos adolescentes

podem variar conforme sexo, idade e valores pessoais e sociais atribuídos por eles como importantes, sendo a busca de dinheiro, poder, sexualidade ativa e honestidade referida mais pelo grupo masculino e ter família unida, realizar-se profissionalmente, estudar até o nível superior e crer em Deus ao grupo feminino.

Como pode ser verificado neste estudo, nessas famílias há uma associação de fatores como baixo poder aquisitivo, falta de empregos, baixa escolaridade dos familiares levando a subempregos (GALLO; WILIAMS, 2005, 2008), utilização de álcool e outras drogas pelos familiares (FEIJÓ; ASSIS, 2004; SCHENKER; MINAYO, 2005; AREDES; MORAES, 2007), exclusão social e econômica familiar (VOLPI, 1997; ASSIS; CONSTANTINO, 2005), descrita, por exemplo, pelo adolescente (A8) *“Eu não tinha nada pra por no pé, não tinha meia, chinelo, sapato e comecei a traficá pra ganhá dinheiro. Comprava as coisas pra mim e pro ‘barraco’ da minha mãe”*, violência e criminalidade intra e extrafamiliar (SCHENKER; MINAYO, 2005; ASSIS; CONSTANTINO, 2005), envolvendo fatores do micro, meso, exossistema e macrossistemas propostos por Bronfenbrenner (1994, 1996, 2000).

Para Volpi (1997), esses jovens representam a parcela populacional mais exposta às violações de seus direitos, tanto pela família, quanto pelo Estado e sociedade. Para que haja redução da violência e da criminalidade, Assis e Constantino (2005) acreditam que a implantação de programas preventivos deve ser iniciada na infância e continuar até o final da adolescência. Bronfenbrenner (2000) destaca que nenhuma sociedade se sustenta, se as pessoas não desenvolverem sensibilidade, motivação e habilidades na ajuda a outros seres humanos. Se uma nação quer investir na criança e no jovem, precisa tratar bem seus genitores e o fortalecimento das famílias parece ser o primeiro passo a ser dado nessa direção.

O modelo bioecológico de Bronfenbrenner (1994, 1996, 2000), diluído, mas presente em todo o trabalho permitiu ampliar a visão a respeito dos adolescentes em conflito

com a lei e suas famílias, mostrando que as dificuldades vivenciadas por eles estão vinculadas a diferentes contextos, que vão muito além do microsistema. Esse modelo mostra os limites de uma análise focada apenas nos adolescentes, abrindo novos horizontes e mostrando como fatores que influenciam as relações indivíduo-indivíduo e indivíduo-sociedade estão vinculados a aspectos sócio-culturais ao longo do tempo, como o desnível sócio-econômico, o descaso com as condições subumanas a que está exposta grande parcela de nossa população e a falta de uma rede de apoio mais atuante e eficiente.

Ao se analisar o delineamento da pesquisa sob a abordagem da Pessoa-Processo-Contexto e Tempo, é possível visualizar que diferentes pontos do projeto foram trabalhados de acordo. Assim, ao focalizar a Pessoa, buscou-se olhar para comportamentos dos adolescentes, tendo como fonte eles mesmos, além de suas relações com a família, rede de apoio social, expectativas para o futuro. O mesmo foi realizado tendo em vista as Mães desses adolescentes, procurando verificar como foi seu relacionamento com esse filho, o que tentou fazer, rede de apoio e expectativas. Compreender o ponto de vista dos adolescentes e de suas mães é essencial, pois se analisam dois microsistemas e suas interações (mesossistema).

O Contexto também esteve presente, ao se levar em conta aqui o ambiente em que os adolescentes moravam antes da internação, principalmente em relação a eventos significativos e ocorrências que os marcaram. O macrosistema esteve mais presente na literatura consultada, indicando os valores e crenças que estão permeando a visão sobre os adolescentes, tanto em nível científico quanto em relação ao ECA e outras leis, apesar de que não se tem a ilusão de considerar que essa visão é compartilhada pela população em geral. Preconceitos e idéias pré-concebidas existem e espera-se que esse trabalho contribua para desmistificá-las. De outro lado, o Processo, levou à discussão sobre o envolvimento desses adolescentes com o crime, alguns iniciando essa prática desde a infância, mas a maioria

tendo-a iniciado na primeira fase da adolescência, considerando a dimensão Tempo, de modo incipiente, através dos relatos dos participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou caracterizar o adolescente em conflito com a lei inserido na medida socioeducativa de internação e sua família e partiu de quatro objetivos: (a) caracterizar a família do adolescente e o relacionamento entre eles; (b) caracterizar o adolescente em conflito com a lei e sua relação com familiares que usam/usaram drogas lícitas e ilícitas e/ou cumprem/cumpriram sistema prisional; (c) identificar o conhecimento das mães a respeito do ato infracional do filho, suas reações e a dos adolescentes e seus sentimentos em relação à internação do filho; (d) Identificar a rede social de apoio dos adolescentes e de suas mães e expectativas para o futuro.

Para atingir esses objetivos, foi selecionada uma metodologia composta por estratégias de coleta de dados – Entrevista com adolescentes e mães, Questionário de Identificação do Adolescente e de Caracterização do Sistema Familiar e Questionário de Suporte Social – que permitissem a coleta de informações necessárias, considerando os critérios de fidedignidade e validade. Formas de análise dos dados foram então definidas e adaptadas, visando chegar às respostas pretendidas.

Cada uma das estratégias utilizadas permitiu que se visualizasse um ângulo distinto a respeito dos adolescentes em conflito com a lei. As entrevistas realizadas permitiram que se coletassem dados significativos, além de que exigiu que todos os adolescentes, e todas as mães, separadamente, fornecessem o mesmo tipo de informação, facilitando que houvesse uma padronização na descrição dos aspectos focalizados. Pode-se verificar, no geral, muita semelhança entre dados fornecidos por uns e outros, que podem indicar união e cumplicidade. Parece que, no geral, filhos e mães se uniram mais diante da situação da internação.

Os questionários de Identificação do Adolescente e de Caracterização do Sistema Familiar permitiram a coleta de informações que caracterizavam tanto o adolescente quanto sua família, em variados aspectos. No entanto, em relação a caracterização do adolescente, faltaram dados que se referem a sua cor, religião, ocupação antes da internação, se estudavam, se utilizavam ou não de drogas lícitas (álcool e tabaco) e frequência e qual a rotina diária que mantinham antes da internação. Com as mães, embora se considere que os objetivos foram atingidos, sugere-se investigar, em futuro estudo, as práticas educativas parentais utilizadas por elas na educação dos filhos, com instrumentos adequados para este fim, como o Inventário de Práticas Parentais de Gomide (2006) ou ainda investigar habilidades sociais dos adolescentes e genitores, com o instrumento de Bolsoni-Silva (2009). Esses dados se somariam a outros, já descritos na literatura e seriam importantes para fundamentar e entender a dinâmica interpessoal existente nas famílias dos adolescentes envolvidos em atos infracionais, principalmente àqueles que são inseridos na medida mais severa do ECA (Brasil, 2008), como é o caso da internação.

O Questionário de Suporte Social utilizado, embora parcial, com apenas quatro questões, permitiu um levantamento de quem os adolescentes e suas genitoras consideram como parte de sua rede de apoio social. Fica evidente o quanto pessoas que não são do convívio familiar deles, ficam de fora dessa rede, com exceção de profissionais da saúde citados por dois adolescentes e uma mãe. Famílias em situação de vulnerabilidade social precisam de mais apoio do setor público, e a rede de apoio social precisa ser fortalecida. Estudos com a família desses adolescentes inseridos em medida socioeducativa de internação, ainda são escassos, principalmente relacionados à dinâmica interpessoal familiar e aos fatores protetivos, como a rede de apoio social familiar e extrafamiliar.

Um outro ponto que também precisa ser assinalado para que, ao se pensar em projetos futuros ele seja satisfeito, é a necessidade de se fazer estudos longitudinais, que

considerem a dimensão Tempo, destacada por Bronfenbrenner (1994, 1996, 2000). Apesar das já conhecidas dificuldades desse tipo de estudo, o acompanhamento de famílias em situação de risco, com filhos em idade escolar, por exemplo, até a adolescência, para se falar de um período mais curto, seria de extrema importância em nossa cultura.

No geral, os dados aqui obtidos acham-se de acordo com o esperado e, comparando-os com os descritos na literatura, há muitas semelhanças entre eles, indicando desta forma contribuições positivas para a literatura relacionada ao adolescente em conflito com a lei. Chama a atenção os acontecimentos e situações a que estão expostos, uma vez que prisão, assassinatos, drogas, álcool, carência material, situação financeira precária, são aspectos do seu cotidiano.

Os fatores de risco estão muito presentes, como uso de álcool e outras drogas pelos familiares, baixo nível de escolaridade dos genitores e dos adolescentes, baixa renda familiar, levando a carência material, intercorrências negativas como assassinatos, prisões, brigas, separações, utilização de práticas educativas negativas como permissividade, ausência de regras e baixo nível de supervisão, famílias com muitos filhos, entre outros.

Um dos fatores de proteção, no contexto de vida desses adolescentes, poderia ter sido a família (Costa e Assis, 2006), que oferece apoio, suporte, respeito mútuo, utilizando práticas educativas positivas, como a supervisão dos pais sobre os filhos, aliados com a comunicação e afetividade entre eles, no respeito e escuta de opiniões, o desenvolvimento do comportamento moral, o ensinamento na resolução de problemas e na aquisição do hábito de estudar, entre outros. No entanto, por mais que essas famílias tenham falhado, por inúmeros motivos, nota-se que apesar da condição dos filhos, elas estão presentes, comparecem na instituição, e na visão deles são quem os aceita integralmente, indicando a existência de afeto. Mesmo que várias práticas educativas positivas poderiam ter sido utilizadas pelos genitores, elas precisam ser ensinadas. Se os pais não vivenciaram durante o seu desenvolvimento essas

situações de afeto, diálogo franco, não foram supervisionados por seus genitores, por exemplo, fica extremamente difícil, para não utilizar a palavra impossível, que eles ajam dessa forma na educação de seus filhos, sem ter um apoio muito grande para fazê-lo. Nota-se que outros fatores de proteção como melhores condições de moradia, de escolaridade, maior renda familiar, são fatores que dificilmente dependem só das famílias. Olhando para essas considerações, realmente pode se considerar que esses adolescentes não estão em conflito com a lei, mas sim que a lei está contra eles.

Outro tipo de fator de proteção enfatizado por Costa e Assis (2006) são as características individuais. Parece que esses adolescentes não desenvolveram de forma suficiente a autoestima, o autocontrole e um temperamento afetuoso e flexível. A busca das drogas, a necessidade de fazer parte de grupos de infratores e a necessidade de mostrar que são capazes de infringir a lei, indica os valores e a falta de desenvolvimento moral. No entanto, essas são habilidades que vão sendo desenvolvidas ao longo do desenvolvimento, dependendo das condições que são oferecidas. O ambiente social desses adolescentes provavelmente incentiva-os a agirem dessa forma, o que aliado a outros fatores citados facilitam que esses adolescentes, em situação de vulnerabilidade, partam para o crime.

Volpi (1997) afirma que a população infanto-juvenil é a parcela populacional mais exposta às violações de seus direitos, tanto pela família, quanto pelo Estado e sociedade (VOLPI, 1997), o que de certa forma, os colocam em constante vulnerabilidade social (CRUZ-NETO, MOREIRA, 1998). No entanto, considerando nesse estudo as mães, e as dificuldades que enfrentam, acredita-se que muitas famílias também não são “culpadas” pela situação que oferecem aos filhos, elas também são vítimas. Os genitores de hoje foram as crianças e adolescentes de ontem.

Em função do alto número de adolescentes nessa condição, o estudo com adolescentes em conflito com a lei e suas famílias mostra-se um campo propício à investigação de inúmeras variáveis. Uma contribuição alcançada com o presente estudo foi a de caracterizar o adolescente em conflito com a lei e sua família, e verificar como a situação socioeconômica e as relações interpessoais entre seus membros são importantes para facilitar ou inibir a entrada do adolescente no mundo criminal. Outra contribuição foi a de verificar a rede de apoio familiar e extrafamiliar para o adolescente, neste momento da internação, principalmente o apoio da mãe e verificar que apesar das dificuldades vivenciadas por todos, eles fazem planos para um futuro melhor.

Ao chegar ao final desse trabalho, considera-se que esse estudo tenha atingido os objetivos propostos, apresentando resultados que clarifiquem quem são os adolescentes em conflito com a lei e como são suas famílias, quais as intercorrências que os afligem ou alegam, como percebem os relacionamentos familiares, a rede de apoio social, quais os sentimentos decorrentes da internação dos filhos e as expectativas para o futuro. Portanto, projetos preventivos e interventivos direcionados às famílias, crianças e adolescentes de risco devem fazer parte das diretrizes sociais das políticas públicas para alterar as condições desfavoráveis em que vive essa população e assim, garantir seus direitos de cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R; MONTEIRO, P. Trânsito Religioso no Brasil. **Revista São Paulo Perspectiva**, v. 15, n.3, São Paulo, p. 92-101, jul./set, 2001.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 4. Ed. (revisada). Washington. DC: Autores, 2002.

ANDRADE, G.R.B; VAITSMAN, J. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.7, n.4, p.925-934, 2002.

ANTUNES, C.; FONTAINE, A.M. Percepção de apoio social na adolescência: análise fatorial confirmatória da escala Social Support Appraisals. **Paidéia**, v.15, n.32, p. 355-366, 2005.

AREDES, R.M.P.; MORAES, M S. Adolescente em conflito com a lei. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.5, p. 1185-192, set.-out., 2007.

ASSIS, S.G.; CONSTANTINO, P.C. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.10, n.1, p. 81-90, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. **Critério de Classificação Econômica Brasil**. Dados com base no Levantamento Socioeconômico – 2005 – IBOPE. 2008. Disponível em: <www.abep.org>. Acesso em: 26 dez. 2009.

AVANCI, J.Q.; ASSIS, S.G.; OLIVEIRA, R.V.C.; FERREIRA, R.M.; PESCE, R.P. Fatores associados aos problemas de saúde mental em adolescentes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. 3, p. 287-294, jul-set, 2007.

BAHLS, F.R.C; INGBERMANN, Y.K. Desenvolvimento escolar e abuso de drogas na adolescência. **Revista Estudo de Psicologia**. Campinas, v. 22, n.4, p. 395-402, out-dez, 2005.

BAPTISTA, M. N. Adolescência, Família e problemas de Comportamento. **Revista PSICO - USF**, Bragança Paulista, v.1, n.2, p. 83-91, jul./dez. 1996.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A instabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Ministério do Planejamento, orçamento e gestão. Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada, 2001. Disponível no site: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 21.jul.2009

BAUMRIND, D. Effects of authoritative parental control on child behavior. **Child development**, v. 37, p.887-907, 1966.

BEAVER, K.M.; WRIGHT, J.P.; DELISI, M.; DAIGLE, L. E.; SWATT, M.L.; GIBSON, C.L. Evidence of a gene x environment interaction in the creation of victimization: results from a longitudinal sample of adolescents. **Int. J. Offender ther comp criminal**, v. 51, p.619-645, 2007.

BOLSONI-SILVA, A.T.; DEL-PRETTE, A. Problemas de comportamento: um panorama da área. **Revista Brasileira de terapia comportamental e cognitiva**, v.5, n.2, p. 91-103, dez., 2003.

BOLSONI-SILVA, A.T.; DEL-PRETTE, A., OISHI, J. Habilidades sociais de pais e problemas de comportamento de filhos. **Argumento**, n. 9, p. 11-29, abril, 2003.

BOLSONI-SILVA, A.T. Roteiro de entrevista de habilidades sócio educativas parentais (RE-HSE-P): categorias e testagens preliminares. In: WEBER, L.N.D. (Org.) **Família e desenvolvimento humano**. Curitiba: Juruá. P. 145-158, 2009

BOLSONI-SILVA, A.T.; BRANDÃO-SALINA, A., VERSUTI-ESTOQUE, F.M.; ROSIN-PINOLA, A.R. Avaliação de um programa de intervenção de habilidades sociais educativas parentais. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 28, n. 1, p. 18-33, 2008.

BORAWSKI, E.A.; IEVENS-LANDIS, C.E.; LOVEGREEN, L.D.; TRAPI, E.S. Parental monitoring, negotiated unsupervised time, and parental trust: the role of perceived parenting practices in adolescents health risk behaviors. **Journal of adolescent health**, v. 33, p. 60-70, 2003.

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. Tradução: Vera Lucia Baptista de Souza e Irene Rizzini. São Paulo: Martins Fontes, 1ª edição, 1981.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13/07/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, São Paulo, Brasil, 2008.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Secretária Especial dos Direitos Humanos. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Subsecretaria de promoção dos direitos da criança e do adolescente. Programa de implementação do Sinase. **Adolescentes privados de liberdade no Brasil**. Brasil, 2008. 6p. Disponível no site: <www.direitosdacrianca.org.br> Acesso em 28 nov 2009.

_____. **Relatório da Situação Mundial da Infância 2005**, lançado pelo UNICEF no dia 9 de dezembro de 2004. Disponível no site: <www.unicef.org> Acesso em 15 jun 2009.

BRANCO, B.M.; WAGNER, A.; DEMARCHI, K.A. Adolescentes infratores: rede social e funcionamento familiar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v.21, n.1, p.125-132, 2008.

BRITO, R.; KOLLER, S.H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: CARVALHO, A.M. **O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 115-129.

BRONFENBRENNER, U. Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: a bioecological model, **Psychological Review**, Washington, D.C., American Psychological Association, n.101, p. 568-586, 1994.

_____. **A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. Developmental science in the 21st century: emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. **Social Development**, n. 9, p. 115-125, 2000.

BUNCHAFT, G., KELLNER, S. R. O., HORA, L. H. M. (Org), Noções de Amostragem. In: _____. **Estatística sem mistérios**, Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 27 – 51.

BURT, S.A.; MCGUE, M.; KRUEGER, R.F. Environmental contributions to adolescent delinquency: a fresh look at the shared environment. **J. Abnorm Child Psychol**, v. 35, p. 787-800, 2007.

CARVALHO, M.C.N; GOMIDE, P.I.C. Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de Psicologia**: Campinas, v.22, n.3, p.263-275, jul-set, 2005.

CBO. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Apresenta informações sobre classificações das ocupações. Disponível no site <www.mteco.gov.br> Acesso em 09 out 2009.

CEBRID. Universidade Federal de São Paulo. **Centro Brasileiro de Informações sobre drogas psicotrópicas**, 2009. Apresenta informações e estatísticas sobre drogas psicotrópicas. Disponível no site <www.unifesp.br> Acesso em 09 out 2009.

CHALUB, M.; TELLES, L.E.B. Álcool, drogas e crime. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v.28, n.2, p. 69-73, 2006.

CHOR, D.; GRIEP, R.H.; LOPES, C.S.; FAERSTEIN, E. Medidas de rede e apoio social no estudo pró-saúde: Pré-testes e estudo piloto. **Cadernos de Saúde Pública**, v.17, n.4, p. 887-896, 2001.

COSTA, C.R.B.S.F.; ASSIS, G.A. Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre. v.18, n.3, p. 368-385, set-dec, 2006.

COSTA, L.G. **A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social e o uso de drogas**. 2009. 93 folhas. Dissertação de Mestrado (Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

COUTO, I. A P.; MELO, V. G. Infância Tutelada e Educação. In: BAZILIO, L. C., EARP, M. L. S., NORONHA, P. A (Org). **Reconstruindo a história do atendimento a infância no Brasil: história, política e legislação**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ravil, p.20-38, 1998.

CRUZ-NETO, O; MOREIRA, M.R. Trabalho infanto-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14, n.2, 1998, p. 437-441.

CUEVAS, C.; FINKELHOR, D.; TURNER, H.A.; ORMROD, R.K. Juvenile delinquency and victimization: **Theoretical typology**. J Interpers violence, v. 22, p. 1581-1602, 2007.

DEL PRETTE, A.; DEL-PRETTE, Z.A.P. **Psicologia das habilidades sociais: Terapia e educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 206p., 2001.

DESSEN, M.A. Questionário de Caracterização do Sistema Familiar. In: WEBER, L.N.D (Org.) **Família e desenvolvimento humano**. Curitiba: Juruá. P. 29-42, 2009

DESSEN, M.A.; BRAZ, M.P. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.16, n.3, p. 221-231, 2000.

DICLEMTE, R.J.; WINGOOD, G.M; CROSBY, R; SIONEAN, C.; COBB, B.K.; HARRINGTON, K.; DAVIES, S.; HOOK III, E. OH, K. Parental monitoring: association with adolescents risk behaviors. **Pediatrics**, 107, 1363-1368, 2001.

DISHION, T.J.; MCMAHON, R.J.; Parental monitoring and the prevention of child and adolescent problem behavior: a conceptual and empirical formulation. **Clinical Child and Family Psychology Review**, v. 1, n.1, 1998.

FACO, V.M.G. **Famílias de zona rural e urbana: características e concepções de adolescentes**. 2007. 131 folhas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, São Paulo.

FEIJÓ, M.C.; ASSIS, S.G. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia**, v.9, n.1, p.157-166, 2004.

FERREIRA, L. A M. **Anotações sobre a proposta da Lei de Diretrizes Sócio-Educativas**. Disponível em: <<http://www.mp.sp.gov.br/pls/portal/docs>. Acesso em: 26 fev. 2007.

FLETCHER, A.C.; STEINBERG, L; WILLIAMS-WHEELER, M. Parental influences on adolescent problem behavior: revisiting Stattion and Kerr. **Child development**, v.75, n.3, p. 781-796, may/june, 2004.

FORMIGA, N.S.; GOUVEIA, V.V. Valores humanos e condutas anti-sociais e delitivas. **Psicologia Teoria e Prática**, v.7, n.2, p.134-170, 2005.

GALLO, A. E.; WILLIAMS, L.C.A. Adolescente em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. **Psicologia Teoria e Prática**, v. 7, n. 1, 2005, p. 81-95, 2005.

_____. A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. **Cadernos de Pesquisa**, v.38, n.133, p.41-59, jan-abr., 2008.

GOMES, L.F. (org.) **Código Penal Brasileiro**. 5ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

GOMES, M.A, PEREIRA, M.L.D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n 2, p. 357-363, 2005.

GOMES, V.F. ROSA, C. Estresse e relações familiares na perspectiva de irmãos de indivíduos com transtornos globais do desenvolvimento. **Estudos de Psicologia**, v.9, n.3, p. 553-561, 2004.

GOMIDE, P.I.C. **Menor Infrator**: A caminho de um novo tempo. 2ª edição. Curitiba: Juruá, 2000.

_____. **Estilos Parentais e comportamento anti-social**. IN: DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z.A.P (orgs) Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção. Campinas: Alínea, 2003

_____. **Pais presentes, pais ausentes**. Vozes: Petrópolis, 2004, 86p.

_____. **Manual do inventário de estilos parentais**: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação. Vozes: Petrópolis, 2006, 96p.

GOMIDE, P.I.C.; SALVO, C.G.;PINHEIRO, D.P.N.; SABBAG, G.M. Correlação entre práticas educativas, depressão, estresse e habilidades sociais. **Psico-USF**, v. 10, n. 2, p. 169-178, jul/dez. 2005.

GONÇALVES, H.S; GARCIA, J. Juventude e sistema de direitos no Brasil. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 27, n.3, p. 538-553, 2007.

HASKING, P.A. Reinforcement sensitivity, coping, and delinquent behavior in adolescents. **Journal of Adolescence**, v.30, p. 739-749, 2007.

JOSÉ, C.R. **O adolescente infrator em medida socioeducativa de Liberdade Assistida e a rede de apoio social**. Pós-graduação em Psicologia da Saúde, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2009.

KALINA, E., KOVADLOFF, S., ROIG, P.M.; SERRAN, J.C; CESARAM, F. **Drogadição hoje**: indivíduo, família e sociedade. Porto Alegre: Artmed. 1999.

KALOUSTIAN, S.M. (Org.) **Família Brasileira**: A base de tudo. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, Brasília, Distrito Federal, Unicef, 1998.

KESSLER, F.; DIEMEN, L.V.; SEGANFREDO, A.C.; BRANDÃO, I.; SAIBRO, P.; SCHEIDT, B.; GRILLO, R.; RAMOS, S.P. Psicodinâmica do adolescente envolvido com drogas. **Revista de Psiquiatria** do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 25, n.1, p.146-161, abr, 2003.

KOOLHOF, R.; LOEBER, R.; WEI, E.H.; PARDINI, D.; D'ESCURY, A.C. Inhibition deficits of serious delinquent boys of low intelligence. **Criminal Behaviour and mental health**, v. 17, p. 274-292, 2007.

KREPPNER, K. Social relations and affective development in the first two years in family contexts. In: J. Valsiner e K.J Connolly (Orgs.). **Handbook of development psychology**. Londres: Sage, 2003, p. 194-214.

LARANJEIRA, C.A. A análise psicossocial do jovem delinquente: uma revisão da literatura. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.12, n.2, p.221-227, mai-ago. 2007.

LUZ, A.A.; WOSNIAK, F.L.; SAVI, C.A. Vulnerabilidade ao abuso de drogas e a outras situações de risco. **Educar em Revista**, América do sul, v.15, 2004.

MACCOBY, E.; MARTIN, J. A. Socialization in the context of the family: parent-child interaction. In: HETERINGTON, E.M. (Org). **Mussen Manual of Child Psychology**. New York: Wiley, p. 1-100, 1983.

MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**: Rio de Janeiro, v.2, n.1, 2004.

MATSUKURA, T.S.; MARTURANO, E.; OISHI, J. O questionário de suporte social (SSQ): estudos da adaptação para o português. **Revista Latino-americana de enfermagem**, v.10, n.5, p. 675-81, set-out, 2002.

MAZETTO, M.D.C. **Concepções maternas e paternas sobre desenvolvimento infantil e relações afetivas**. 2009. 218 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Bauru.

MINAYO, M.C.S. A violência sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v.10, n.1, p.07-18, 1994.

MONDIN, E.M.C., Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. **Psicol. Argum.**, v. 26, n.54, p. 233-244, jul.-set., 2008.

PACHECO, J.T.B., HUTZ, C.S. Variáveis familiares preditoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 213-219, abr-jun., 2009.

PAIVA, F.S.; RONZANI, T.M. Estilos parentais e consumo de drogas entre adolescentes: revisão sistêmica. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 14, n.1, p.177-183, jan./mar.2009.

PALUDO, S.S.; KOLLER, S.H. Resiliência na rua: um estudo de caso. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 21, p. 162-181, mai-ago, 2005.

_____. Toda criança tem família: criança em situação de rua também. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 42-52, 2008

PATTERSON, G; REID, J.; DISHION, T. **Antisocial boys**: comportamento anti-social. Santo André: ESETec, 2002.

PENSO, M.A.; SUDBRACK, M.F. Envolvimento em atos infracionais e com drogas como possibilidades para lidar com o papel do filho parental. **Psicologia USP**, v.15, n.3, p. 29-54, 2004

PEREIRA, S.E.F.N.; SUDBRACK, M.F.O. O “olhar” do jovem em conflito com a lei sobre a relação entre o ato infracional e a drogadição na adolescência. In: I Simpósio Internacional do Adolescente, 2005, **Resumos...**, maio. Disponível em: <www.proceedings.scielo.br> Acesso em 19.04.09.

PESCE, R.P.; ASSIS, S.G.; SANTOS, N.; OLIVEIRA, R.V.C. Risco e Proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. **Psicologia: Teoria e Prática**, v.20, n.2, p. 135-143, mai-ago, 2004.

PETTIT, G.S.; DODGE, K.A.; BATES, J.E.; CRISS, M.M.; Antecedents and behavior – problems outcomes of parental monitoring and psychological control in early adolescence. **Child Development**., v. 72, n. 2, p. 583-598, march/april, 2001.

PETZOLD, M. The psychological definition of “the family”. In: Cusinato, M (Org.), **Research on family**: Resources and needs across the world. Milão: LED – Edizioni Universitarie, p. 25-44, 1996.

PINHEIRO, D.P.N. A Resiliência em discussão. **Psicologia em Estudo**, v.9, n.1, p.67-75, 2004.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, **Fundação CASA**, 2006. Apresenta pesquisas sobre o perfil dos adolescentes em conflito com a Lei e dos servidores da Fundação CASA. Disponível no site <HTTP://www.saopaulo.sp.gov.br>. Acesso em: 09 Jul. 2009.

_____. São Paulo, **Fundação CASA**, 2006. Regimento Interno das Unidades da Fundação CASA. Disponível no site <HTTP://www.saopaulo.sp.gov.br>. Acesso em: 09 Jul. 2009

PRATTA, E.M.; SANTOS, M.A. Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência e família: um estudo bibliográfico. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 11, n.3, p. 85-104, set-dez, 2006.

_____. Opiniões dos adolescentes do ensino médio sobre o relacionamento familiar e seus planos para o futuro. **Revista Paidéia**, v. 17, n. 36, p. 103-114, 2007.

_____. Lazer e uso de substâncias psicoativas na adolescência: possíveis relações. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.23, n.1, jan-mar, 2007.

PRUST, L.W.; GOMIDE, P.I.C. Relação entre comportamento moral dos pais e dos filhos adolescentes. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v.24, n.1, p. 232-247, jan-mar, 2007.

RUTTER, M. Resilience in the face of diversity. **British Journal of Psychiatric**, n.147, p.598-611, 1985.

SABBAG, G. M. **Práticas e habilidades sociais educativas maternas e o comportamento dos filhos adolescentes**. 2010. 146 folhas. Dissertação de Mestrado (Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem). Faculdade de Ciências/Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, São Paulo.

SALVO, C.G de; SILVARES, E.F.M.; TONI, P.C. Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. **Estudos de Psicologia**: Campinas, v. 22, n.2, p. 187-195, abril-junho, 2005.

SANCHEZ, Z.V.D.M.; OLIVEIRA, L.G.; NAPPO, S.A. Razões para o não-uso de drogas ilícitas entre jovens em situação de risco. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n.4, p. 204-216, ago, 2005.

SCHENKER, M.; MINAYO, M.C.S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, n.3, p. 707-717, jul-set, 2005.

SHORE, R. Tradução: Iara Regina Brazil. **Repensando o cérebro**: novas visões sobre o desenvolvimento inicial do cérebro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

SIGOLO, S.R.R.L., BIASOLI-ALVES, Z.M.M. Análise de dados de interação mãe-criança: construção de sistemas de categorias. In: ROMANELLI, G. (Org.). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Editora Legis Summa. 1998. p. 87-118.

SILVA, E.R.A.; GUERESI, S. **Adolescentes em conflito com a lei**: situação do atendimento institucional no Brasil. Brasília: IPEA/Ministério da Justiça, agosto de 2003.

SILVA, A.P.S.; ROSSETTI-FERREIRA, M.C. Continuidade/descontinuidade no envolvimento com o crime: uma discussão crítica da literatura na psicologia do desenvolvimento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v.15, n.3, p.59-84, 2002.

SILVEIRA, L.; PACHECO, J; CRUZ, T.; SCHNEIDER, A.A. Estratégias educativas desejáveis e indesejáveis: uma comparação entre a percepção de pais e mães adolescentes. **Alethéia**, n.21, p. 31-42, jan./jun., 2005.

SIMONS, R.L.; WU, C.; LIN, K.; GORDON, L.; CONGER, R. A cross-cultural examination of the link between corporal punishment and adolescent antisocial behavior. **Criminology**, v. 38, p. 47-80, 2000.

SIQUEIRA, A.C.; BETTS, M.K.; DELL'AGLIO, D.D. A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no Sul do Brasil. **Revista Interamericana de Psicologia**, v.40, n.2, 2006.

SOUZA, D.P.O.; SILVEIRA FILHO, D.X. Uso recente de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes adolescentes trabalhadores e não trabalhadores. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.10, n.2, p.276-87, 2007.

TAVARES, B.F.; BÉRIA, J.U.; LIMA, M.S. Fatores associados ao uso de drogas entre adolescentes escolares. **Revista de Saúde Pública**, v. 38, n.6, p. 787-96, 2004.

TOSCANO JR, A. Adolescência e drogas. In: SEIDEL, S.D.; TOSCANO JR, A. **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu, 2001, p.283-302.

VASCONCELOS, Q.A; YUNES, M.A.M.; GARCIA, N.M. Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. **Paidéia**, v. 19, n.43, p.221-229, mai-ago, 2009.

VOLPI, M. (ORG). **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 1997.

WAGNER, A.; FALCKE, D.; SILVEIRA, L.M.B.O; MOSMANN, C.P. A comunicação em famílias com filhos adolescentes. **Psicologia em estudo**: Maringá, v.7, n.1, p. 75-80, jan/jun. 2002.

WIDON, C.S. Child abuse, neglect and witnessing violence. In: STOFF, D.M., BREILING, j., MASER, J.D. **Handbook of Antisocial Behavior**, p. 159-167. New York: John Wiley & Sons, 1997.

ZAMBERLAN, M.A.T.; FREITAS, M.G.; FUKAMORI, L. Relações pais e filhos adolescentes e estratégias de prevenção a riscos. **Revista Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 9, n.17, p. 35-49, dez, 1999.

ZANE, V.C. **Desenvolvimento sociomoral de adolescentes inseridos em medida socioeducativa de internação**: um estudo inicial. Pós-graduação em Psicopedagogia, Universidade do Sagrado Coração. Monografia, p.129, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido para o adolescente

Eu, _____, RG nº _____, fui convidado a participar da pesquisa: “Relação de Apego entre os adolescentes em conflito com a lei e seus genitores” com o objetivo de caracterizar a família, a rede de apoio e o vínculo de apego dos adolescentes em conflito com a lei com seus genitores. Antes de assinar este termo, e de livre vontade, aceitei o convite, tendo sido esclarecido sobre os seguintes aspectos:

1 – Esta pesquisa tem orientação da psicóloga e professora do departamento da pós-graduação do curso de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Unesp – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Dr^a Ligia Ebner Melchiori; e como pesquisadora Valéria Cristina Zane, aluna do referente curso e funcionária da Fundação CASA – Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, onde a pesquisa será desenvolvida.

2 – A coleta de dados será realizada através da aplicação de um questionário e uma entrevista, em um encontro com o adolescente, em horário contrário ao do período escolar.

3 – O adolescente pode recusar-se a participar da pesquisa, ou interromper sua participação, sem que isto se constitua em qualquer prejuízo para ele.

Tendo lido e sido devidamente esclarecido sobre o referido objetivo da pesquisa e por aceitar que os resultados deste estudo possam ser utilizados para ajudar outros adolescentes que estão na mesma situação, [sem que eu seja identificado], concordo em participar.

Minha assinatura demonstra que concordei livremente em participar deste estudo.

Assinatura do adolescente: _____

Responsável pelo esclarecimento: _____

Data: ____/____/____

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido para o responsável

Eu, _____, RG nº _____, fui convidada a participar da pesquisa: “Relação de Apego entre os Adolescentes em conflito com a lei e seus genitores” com o objetivo de caracterizar a família, a rede de apoio e o vínculo de apego dos adolescentes em conflito com a lei com seus genitores. Antes de assinar este termo, e de livre vontade, aceitei o convite, e autorizo a participação do meu filho _____ tendo sido esclarecida sobre os seguintes aspectos:

- 1 – Esta pesquisa tem orientação da psicóloga e professora do departamento da pós-graduação do curso de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Unesp – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Dr^a Ligia Ebner Melchiori; e como pesquisadora Valéria Cristina Zane, aluna do referente curso e funcionária da Fundação CASA – Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, onde a pesquisa será desenvolvida.
- 2 – A pesquisa será realizada, através de dois questionários e uma entrevista em, apenas, um encontro, em data previamente agendada.
- 3 – O adolescente e a genitora podem recusar-se a participar da pesquisa ou interromper sua participação sem que isto se constitua em qualquer prejuízo para ambos.

Tendo lido e sido devidamente esclarecida sobre o referido objetivo da pesquisa, e por aceitar que os resultados, deste estudo, possam ser utilizados para ajudar outras mães [sem que eu e meu filho sejamos identificados], concordo em participar.

Minha assinatura demonstra que concordei livremente em participar deste estudo.

Assinatura do Responsável: _____

Responsável pelo esclarecimento: _____

Data: ____/____/____

APÊNDICE C – Questionário de identificação do adolescente

Nome (iniciais):

Data de Nascimento:

Idade:

Ato infracional

Ato Infracional que culminou na internação:

Há quanto tempo está internado:

Com quantos anos começou a praticar atos infracionais: _____ anos.

Drogas Ilícitas

Usuário de drogas ilícitas: () Sim () Não

Tipo de drogas ilícitas utilizadas:

Idade que iniciou o uso de drogas ilícitas:

Fez tratamento:

APÊNDICE D - Questionário de Suporte Social*

Data:

Respondente:

1 – Com quem de confiança, você pode realmente contar quando você precisa de ajuda, independentemente do que está acontecendo com você?

Ninguém	1)	4)	7)
	2)	5)	8)
	3)	6)	9)

2 – Com quem você pode realmente contar para lhe ajudar a sentir-se mais calmo quando você está nervoso?

Ninguém	1)	4)	7)
	2)	5)	8)
	3)	6)	9)

3 – Quem te aceita completamente, incluindo tanto as suas qualidades positivas quanto negativas?

Ninguém	1)	4)	7)
	2)	5)	8)
	3)	6)	9)

4 – Com quem você pode contar para lhe consolar quando você está chateado ou deprimido ou se sentindo pra baixo?

Ninguém	1)	4)	7)
	2)	5)	8)
	3)	6)	9)

*Adaptado do Questionário de Suporte Social – SSQ (Matsukura, Marturano e Oishi, 2002)

APÊNDICE E - Entrevista com o adolescente

1. Como é seu relacionamento com familiares?
2. Houve intercorrências significativas na sua família? Como foi essa mudança para você?
3. Com quem você é mais apegado? Qual o motivo?
4. Você tem algum familiar que usa/usou álcool/drogas ou que cumpre/cumpriu sistema prisional? Como é o relacionamento com essas pessoas?
5. Com quantos anos começou a praticar atos infracionais? Qual o tipo de ato infracional praticado e o motivo.
6. A sua mãe sabia ou não dos atos infracionais que você praticava? O que ela te falava?
7. O que você espera para seu futuro?

APÊNDICE F - Questionário de Caracterização do Sistema Familiar **

1 – Identificação

Nome (iniciais): _____
 Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____
 Residência: Área Urbana () Bairro Nobre () Periferia
 Área Rural _____ (especificar)
 Aplicador: _____ Data: ____/____/____
 Início: ____hs ____min. Término: ____hs ____min

2 – Dados Demográficos

Estado Civil Atual:

- a) - () casados () vivem juntos () separados/divorciados () viúvo () solteiro
 b) - Quantos filhos você tem? _____

3 – Constelação Familiar/Escolaridade/Profissão

- a)- Número de pessoas na família, antes da internação do adolescente _____
 b)- Quem mora na casa:

	Situação	Quantidade	Há quanto tempo	Idade	Escolaridade	Profissão
Pai						
Mãe						
Irmão(s)						
Tio(s)						
Tia(s)						
Primo(s)						
Prima(s)						
Padrasto						
Madrasta						
Avô						
Avó						
Outros						

Situação: B (Biológico) A (Adotivo) M (Materno) P (Paterno)

Escolaridade: EFI = Ensino Fundamental Incompleto EFC = Ensino Fundamental Completo

EMI = Ensino Médio Incompleto EMC = Ensino Médio Completo NS = Nível Superior **Analf.** – Analfabeto

4 – Religião: () Não () Sim Qual? _____

5 – Renda Familiar Atual (por mês):

Entrevistado: _____
 Outros (que contribuam): Quem? _____
 Valor – R\$: _____
 Total – R\$ _____ Em salários mínimos: _____

** Adaptado do Questionário de Maria Auxiliadora Dessen (2009)

6 – Moradia

- a)- Tipo de moradia: () Casa () Apartamento () Barraco () Sem teto
 b)- Situação da moradia: () Própria () Alugada () Invasão () Outros

7 – Dados de Saúde da família

- a) Uso de substâncias na família:

Tipo de substância	Membros da família								
	Genitora	*	*	*	*	*	*	*	*
Cigarro									
Álcool									
Drogas									

*Demais membros da família

- b) - Tipos de atendimento às famílias:

Tipos de atendimento	Genitora	*	*	*	*	*	*	*
Médico								
Psicólogo/Psiquiátrico								
Outros								

*Demais membros da família

8 – Sobre os Eventos Ocorridos com a Família em Geral

Eventos	No último ano
Mudança de cidade	
A mãe começou a trabalhar fora de casa	
Perda de emprego de um dos membros (especificar) _____	
Problemas Financeiros? Causa? _____	
Nascimento	
Hospitalização na família	
Morte na família a)- Companheiro, b)- mãe ou pai, c)- irmãos, d)- avós, e)- amigos íntimos f)-outros (especifique) _____	
Há algum membro da família que cumpriu ou cumpre sistema prisional?	
Outras experiências que tiveram impacto na sua vida. Liste-as: a)- b)- c)-	

APÊNDICE G - Entrevista com a mãe

1. Como é o relacionamento do seu filho (adolescente em conflito com a lei) com os familiares?
2. Como foi seu relacionamento com o seu filho (adolescente em conflito com a lei), desde a infância até o momento?
3. Qual filho precisou de mais atenção? Qual o motivo?
4. Como você procurou orientar seu filho (adolescente em conflito com a lei)? Qual a reação dele diante da orientação recebida?
5. Você sabia ou não dos atos infracionais do seu filho (adolescente em conflito com a lei)? O que você orientava a ele?
6. Qual (is) seu(s) sentimento(s) neste momento em relação ao seu filho (adolescente em conflito com a lei)?
7. Você como mãe, o que espera no futuro para o seu filho (adolescente em conflito com a lei)?

APÊNDICE H – Caracterização geral das análises dos dados das entrevistas com os adolescentes e as mães

1. Intercorrências significativas na família e mudança para o adolescente.

1.1. Eventos Positivos

- 1.1.1. Gravidez e nascimentos
- 1.1.2. Casamentos
- 1.1.3. Separação dos pais

1.2. Eventos Negativos

- 1.2.1. Morte (Doença ou de causa não especificada)
- 1.2.2. Morte trágica (Assassinato, afogamento, descarga elétrica, congestão)
- 1.2.3. Separação dos pais
- 1.2.4. Prisão

1.3. Eventos Regulares (Às vezes bons e às vezes ruins)

- 1.3.1. Separação dos pais

2. Como é o relacionamento dos adolescentes com os familiares sob a ótica deles

- 2.1. Ótimo/muito bom
- 2.2. Bom
- 2.3. Regular

3. Como é o relacionamento do adolescente com os familiares sob a ótica da mãe

- 3.1. Ótimo/muito bom
- 3.2. Bom
- 3.3. Regular

4. Como foi o relacionamento entre a genitora e o adolescente

- 4.1. Ótimo/muito bom
- 4.2. Bom
- 4.3. Regular
- 2.4. Ruim

5. Orientação materna ao adolescente e a reação dele

5.1. Educativo positivo

5.1.1. Orientar/transmitir valores (ensinar o certo/errado, a importância do estudo e trabalho, não andasse com más companhias, respeitar as pessoas e ir à igreja)

5.1.2. Colocar regras/limites

5.2. Afetivo

5.2.1. Dar carinho/dedicação

5.3. Educativo Negativo

5.3.1. Não dava atenção

5.3.2. Permissiva

5.4. Reação do adolescente frente à orientação recebida da mãe

5.4.1. Positivo

5.4.2. Negativo

5.4.3. Variou

5.4.4. Não Informou (inclui respostas não relacionadas ao que foi perguntado)

6. Qual filho precisou de mais atenção e o motivo

6.1. Adolescente

6.1.1. Problemas de saúde/alimentação/ferimentos

6.1.2. Conduta antissocial/nervoso

6.1.3. Carinhoso/respeitador

6.1.4. Permanecia muito tempo sem a mãe

6.1.5. Gênero

6.1.6. Caçula

6.2. Irmão

6.2.1. Conduta antissocial/nervoso

6.2.2. Portador de necessidade especial

6.2.3. Rejeitado pelo pai

6.3. Mesma atenção

7. Com qual membro familiar o adolescente é mais apegado e o motivo

7.1. Mãe

7.1.1. Atenção/conversa

7.1.2. Apoio/ajuda

7.1.3. Amor/carinho

7.2. Genitores

7.2.1. Amor/carinho

- 7.2.2. Atenção/conversa
- 7.2.3. Apoio/ajuda

7.3. Pai

- 7.3.1. Atenção/conversa
- 7.3.2. Apoio/ajuda
- 7.3.3. Mais permissivo

7.4. Mãe e avó

- 7.4.1. Atenção/conversa

7.5. Avó

- 7.5.1. Criou desde criança

7.6. Outros (Irmãos, irmã, prima)

- 7.6.1. Atenção/conversa
- 7.6.2. Amor/carinho

8. Primeiro ato infracional e o motivo

8.1. Tipo de infração

8.1.1. Contra o patrimônio

- 8.1.1.1. Furto
- 8.1.1.2. Roubo

8.1.2. Contra a pessoa

- 8.1.2.1. Tráfico
- 8.1.2.2. Homicídio

8.2. Motivo

- 8.2.1. Comprar/usar drogas
- 8.2.2. Aquisição de bens materiais
- 8.2.3. Impulso/prazer
- 8.2.4. Influência/ser valorizado
- 8.2.5. Lazer
- 8.2.6. Preso inocentemente
- 8.2.7. Não Informou

9. Familiares infratores e relacionamento dos adolescentes com eles

9.1. Sim - Relacionamento positivo

- 9.1.1. Álcool/Drogas
- 9.1.2. Sistema prisional
- 9.1.3. Álcool/Drogas/Sistema prisional

9.2. Sim - Relacionamento conflituoso (Às vezes bom e às vezes ruim)

- 9.2.1. Álcool/Drogas
- 9.2.2. Sistema prisional
- 9.2.3. Álcool/Drogas/Sistema prisional

9.3. Não tem/teve familiares nessa condição

10. Conhecimento das mães sobre os atos infracionais dos adolescentes e atitudes tomadas

10.1. Sabiam

- 10.1.1 – Orientar
- 10.1.2 – Orientar/ameaçar
- 10.1.3 – Orientar/agredir
- 10.1.4 – Ação concreta (Deixá-lo morar com o pai, fazer devolver o que roubou)

10.2. Desconfiavam

- 10.2.1 – Orientar
- 10.2.2 – Orientar/ameaçar

10.3. Não sabiam

- 10.3.1. Orientar (Caso soubessem, ou já orientavam independentemente da conduta do filho)
- 10.3.2 Não informou a conduta (Entrei em depressão, pavor, nunca se envolveu antes com atos infracionais)

11. Os sentimentos das mães diante da internação dos filhos

11.1. Tristeza/angústia/mágoa/revolta

- 11.1.1. Por estar internado
- 11.1.2. Por ter se comportado inadequadamente

11.2. Confortada/feliz (Filho está protegido, bem cuidado, estudando)

11.3. Esperança (Que melhore o comportamento, não use drogas)

11.4. Saudade (Por sua ausência)

11.5. Preocupação com seu retorno (medo dele agir inadequadamente)

12. O que os adolescentes esperam para seu futuro

12.1. Profissional/Material

- 12.1.1. Arrumar emprego
- 12.1.2. Estudar

12.1.3. Adquirir bens

12.2. Relações Interpessoais

12.2.1. Valorizar a família

12.2.2. Viver bem em sociedade (melhore, não use drogas, siga exemplo do irmão)

12.3. Valores

12.3.1. Ser feliz

12.3.2. Responsável

12.3.3. Religioso

13. O que as mães esperam para os adolescentes no futuro

13.1. Profissional/Material

13.1.1. Arrumar emprego

13.1.2. Estudar

13.1.3. Adquirir bens

13.2. Relações Interpessoais

13.2.1. Viver bem em sociedade (melhore, não use drogas, siga o exemplo do irmão)

13.2.2. Valorizar a família

13.2.3. Saiba escolher companhias

13.3. Valores

13.3.1. Ser feliz

13.3.2. Religioso

13.3.3. Responsável

13.3.4. Honesto

13.4. Geral (o melhor, tudo de bom)

APÊNDICE I – Intercorrências significativas na família e mudança para o adolescente.

Mudanças e Eventos		f de respostas	Resposta do adolescente	
Sim			Eventos Positivos	Reação
	Gravidez e nascimentos	6	A3 – Minha irmã ficou grávida.	Não respondeu
			A4 – Minha sobrinha e meu sobrinho nasceram.	O nascimento dos sobrinhos foi bom porque sou bastante apegado a eles. Apegado quer dizer que eu ficava lá com eles e brincava com eles.
			A12 – Meu filho nasceu.	No dia que fiquei sabendo me senti bem. Ele nasceu com saúde e não faltô nada pra ele.
			A19 – Meu sobrinho nasceu.	Não respondeu
			A27 – Nascimento do meu sobrinho.	Não respondeu
	A30 – O nascimento do meu sobrinho.	Fiquei feliz.		
	Casamentos	1	A3 – Meu irmão casô.	Saiu de casa e sentia saudade dele. Fui morá com ele e trabalhá por duas semanas. Foi uma experiência boa.
	Separação dos pais	1	A21 - A separação dos meus pais. A separação foi bom, porque não dava certo um casal só discutí. Cada um foi pro seu lado. Eles brigava muito.	A separação deles trouxe alegria pra mim e pros meus irmãos.
			Eventos Negativos	Reação
	Morte (Doença ou de causa não especificada)	10	A3 – Meu avô morreu.	Conversei bastante com minha irmã, ela não táva bem, e a gente começô a se dá melhor.
			A8 – Meu irmão morreu de leichemaniose.	Foi triste porque ele era muito engraçadinho e eu gostava de brincá com ele. Sinto muita saudade dele. Eu tinha uns nove anos quando ele morreu. Eu senti muito e chorei. Minha mãe chorava e parô de bebê [era alcoólatra].
			A14 – Morte do meu vô [câncer]. Ele falô que quando ele morresse, eu ia ficá sofrendo. E aconteceu, vim pará aqui.	Fiquei triste e fico com saudade.

			A15 – Morte do meu vô. Eu ficava na casa dele.	Senti bastante a morte dele porque eu era muito apegado. Depois que ele morreu me envolvi com droga.
			A20 – Morte da minha vó e do meu vô.	Fiquei triste quando eles morreram.
			A21 – Morte do meu tio, do meu irmão, da minha vó e do outro tio.	Pra mim foi ruim porque eu era muito apegado com eles.
			A22 – Morte do meu vô.	Foi uma perda porque eu era apegado. Ele era como um segundo pai pra mim. Depois da morte do meu vó, eu não queria fazê mais nada.
			A27 - A morte do meu vô.	Foi difícil porque era apegado nele.
			A28 – Minha tia morreu [não soube especificar].	Minha família ficô mais unida. Um sempre apóia o outro nesses momentos triste.
			A29 – Minha vó morreu [derrame cerebral]. Na hora [em que soube] foi um choque porque fiquei sabendo depois de dias.	Fiquei triste. Pessoa mais amada se foi e eu fiquei numa situação difícil. Senti saudade e lembrança do tempo que eu ficava na casa dela nas férias.
	Morte Trágica (Assassinato, afogamento, descarga elétrica, congestão)	8	A1 – Mataram meu tio porque ele foi cobrá o cara que vendia droga pra ele.	Eu gostava dele e sinto saudades.
A11 – A morte do meu irmão [assassinado].			Minha mãe não ficô boa, eu pedia conselho e ela não táva bem e só chorava.	
A17 – Meu tio morreu espancado. Ele táva num churrasco e aí foi pro bar. Tinha uns caras que não gostava dele e aí espancaram ele até marrê. Ele deixô três filho.			Eu fiquei chateado e triste. Eu gostava bastante dele.	
A9 – Morte do meu tio. Ele morreu de choque térmico [congestão]. Morreu no dia das criança. Ele era muito jovem e morei com ele por seis meses. Ele morreu novo.			Eu gostava muito dele. A mudança foi radical. Eu não era envolvido com nada, entrei em depressão. Ele falava muita coisa pra mim.	
			A16 – Meu irmão morreu eletrocutado e isso marco a família	Não respondeu
			A4 – Morte do meu tio.	Não convivi com meu tio.
			A18 – Minha vó morreu, ela tinha diabete.	Foi ruim porque ela era carinhosa, me dáva presente e eu ia na casa dela.

			A28 – Meu tio morreu afogado.	Minha família ficô mais unida. Um sempre apóia o outro nesses momentos triste.
	Separação dos pais	4	A4 – Sim, separação da minha mãe e do meu pai.	Não aceitei a separação. Não foi muito bom pra mim. Eles deveria ficá juntos, mas foi eles que escolheu assim. Senti tristeza quando eles se separaram.
			A10 – A separação dos meus pais.	Foi difícil pra mim porque meu pai não táva presente quando eu precisava dele.
			A18 – Separação dos meus pais. Ficô ruim porque meu pai morava longe de casa.	Eu chorei e falei pra minha mãe e pro meu pai que eu ia embora.
			A19 – Separação dos meus pais, por causa que meu pai [alcoólatra] gastava todo o dinheiro no bar.	Eu achei ruim porque eles não ia mais morá junto.
	Prisão	1	A26 – Depois que meu cunhado foi preso	Meu pai e minha mãe começô a bebê de tristeza e ficaram alcoólatras. Foi uma mudança pra pior.
			Eventos Regulares (Às vezes bom e às vezes ruim)	Reação
	Separação dos pais	2	A5 – A separação do meu pai e da minha mãe.	Às vezes, eu achava que era bom, outras não, porque ele era meu pai e ela minha mãe. Morei um ano com meu pai, cuidava de mim, mas começô a bebê e voltei para a casa dela [mãe].
			A16 – Meus pais se separaram.	Fiquei confuso, mas acho que foi a melhor coisa que fizeram, porque os dois só brigava.
Não		7	A2 – A6 – A7 – A13 – A23 – A24 – A25 - Não	

APÊNDICE J – Como é o relacionamento dos adolescentes com os familiares sob a ótica deles.

Tipo	f de respostas	Respostas dos adolescentes
Ótimo/Muito bom	2	A13 – Relacionamento ótimo e afeto com meus pais. Eu não tenho acesso a minha filha porque ela não vem me visitá.
		A23 – É ótimo, as mesmas coisa que fazem pra mim eu tento retribuir. Eu tenho carinho, felicidade, afeto, companheirismo e não importa a situação.
Bom	25	A1 – Bom. Eu gosto deles e sinto que eles gostam de mim, porque me dão conselho bom, mas eu não escutei.
		A2 – Relacionamento bom, mas não gostava de recebê sermão, eles [pais] dizia que era pra pará de roubá, í pra igreja. Sabia que era [conselho] bom, mas não aceitava.
		A3 – Bom porque tão sempre presente e se dão bem. A gente não briga.
		A4 – É bom. Sou bastante apegado a eles.
		A5 – É bom. Não sou santo. Minhas irmãs, às vezes, brigava comigo, mas a gente se gosta. Com minha mãe era diferente, ela foi tudo pra mim e eu sei que dei trabalho pra ela.
		A6 – Bom. Conversamos, discutimos, brigamos e é igual aos outros.
		A7 – Bom. Porque tão sempre perto da gente quando a gente precisa, sempre vivem em união e não fica brigando.
		A8 – É tudo normal, tudo de bom, minha família é legal porque não dá coro. Conversava comigo, mas eu não ouvia, porque era acostumado ficá na rua e não ligava pra ela [família].
		A9 – É sossegado e de boa. Tem pessoas boa pra mim e sempre que eu preciso tão ali pra me apoiá.
		A10 – Bom, porque sempre conversam comigo. Minha mãe me dá conselho, atenção, amor, carinho. Meu pai sempre trabalhô e nunca deixô falta nada dentro de casa. Com meus irmãos e minha avó é bom também.
		A11 – Relacionamento bom, porque são pessoa que me dão apoio, carinho e na hora que eu preciso, eles tão mais perto de mim.
		A12 – É bom, sempre teve conversa, eu nunca fui de dá trabalho pro meus pais. Com minha namorada e irmãos meu relacionamento foi sempre bom.
		A15 – Bom. Temos diálogo muito bom. Sempre que precisamô conversa a gente conversa. Meu padrasto já foi preso e me aconselhava a saí dessa vida. Ele [padrasto] sempre me conselhô mais do que meu pai.
		A17 – Tranquilo e de boa.
A18 – Bom, porque eu amo eles.		
A19 – É bom. O que eu falo pra ela [mãe], ela entende e meus irmãos também.		
A20 – Relacionamento bom, não tem nada de ruim pra dizê, não tem briga, intriga e desrespeito.		

		<p>A21 – Relacionamento bom com meus familiares, a gente se entende.</p> <p>A22 – É bom, sossegado e nunca teve problema de família.</p> <p>A24 – Relacionamento normal, um relacionamento bom. Não tem que falá nada de ruim deles, sempre foi normal, sem brigas e sem problemas.</p> <p>A25 – Relacionamento bom. Eles são legais porque escuta as coisas que eu falo e me ajuda.</p> <p>A27 – Relacionamento bom. Somos colegas, amigos e sempre que precisamos de ajuda estamos juntos.</p> <p>A28 – É bom. Eles [familiares] sempre tão por perto e do meu lado. Sempre me aconselhando e querendo o melhor pra mim.</p> <p>A29 – Sempre foi bom, mas depois que vim prá cá, o relacionamento com meu pai e minha mãe melhorô, porque cai na real. Comecei a enxergá a realidade, ver que minha família é importante. Tem pessoas que são importantes e tão do nosso lado. Com o resto do pessoal sempre foi bom, com respeito, carinho e amizade.</p> <p>A30 – Relacionamento bom. Uma convivência boa porque um gosta do outro e eu gosto deles e eles gostam de mim.</p>
Regular	3	<p>A14 – Bom. Eu me sentia melhor na casa da minha namorada, porque meu pai só me xingava e foi ele [pai] que me entregou.</p> <p>A16 – Com meu pai, minha mãe e minha irmã é bom porque conversamos e posso falá as coisas que eles não ficam bravo. Agora com meus irmãos mais velho, converso pouco. Eles não aceita e não entende o que penso.</p> <p>A26 – É bom com minha mãe, mas com meu pai, às vezes, brigava. Minha mãe e meu pai sempre deram muito carinho, depois que vim pra cá, meu pai começou a gostá mais de mim.</p>

APÊNDICE K – Como é o relacionamento do adolescente com os familiares sob a ótica da mãe.

Tipo	f de respostas	Respostas das mães
Ótimo/Muito bom	6	M3 – Ótimo. Sempre se deu bem com os irmão. Ele é apegado com os irmãos.
		M4 – É muito bom e com respeito, diálogo e obediência.
		M12 – Muito bom porque aprendeu aceitá cada um do jeito que é.
		M13 – É ótimo, porque todas as tias gostam dele, ele não é de bate boca e ele sempre foi muito amado por todos, porque ele nasceu na casa da minha mãe.
		M17 – Com a irmã é ótimo, os dois são muito grudado, a irmã se preocupa muito com o irmão e ele também. Comigo é ótimo, relacionamento afetuoso, e ele confia em mim e é carinhoso
		M27 – Muito bom. Ele é amoroso, respeita sua família e as regras da casa e ajudá eles.
Bom	19	M1 – Bom. Porque eles não brigam.
		M2 – Relacionamento bom porque ele é doce, bom e carinhoso.
		M5 – Bom. Ele se dá com todo mundo e não discute e não briga.
		M6 – Bom, com os irmãos se dá bem. Apesar de brigá bastante com meu neto de 9 anos, tem ciúme porque eu cuido dele.
		M7 – Bom, porque ele é boa pessoa e se dá bem com todos os irmãos.
		M8 – Bom, porque meu marido considera o filho e com os irmãos é bom.
		M11 – Relacionamento tranquilo, bom. Ele é carinhoso, afetuoso e calmo com todos.
		M14 – Relacionamento bom, conversa, escuta meu conselho, é carinhoso, cuidava da casa, fazia comida e nunca brigô com ninguém.
		M15 – Bom, sempre foi carinhoso, afetuoso e sempre me respeitô.
		M16 – Seus irmãos bem e vivia junto, se relacionava bem e quando ele fazia arte o irmão mais velho reprendia.
		M18 – Gosta da família inteira e mesmo daqueles que tem defeito, respeita todos, relaciona bem com todo mundo e faz amizade com todo mundo.
		M19 – Bom, quando ele táva em casa era sossegado, respeitava a gente, ajudava em casa e às vezes brigava com a irmã porque ela chamava ele de drogado.
		M21 – Bem apegado, estão sempre juntos e se brigam outra pessoa não pode falá, eles se doem um pelo outro.
		M22 – Bom. Ele se dá bem com todos. Nunca brigô, discute entre irmãos. É mais tranquilo com os pequenos e com os grandes se tratam como iguais.
M23 – Com os irmãos se dá bem, nunca brigô com nenhum, todos gosta muito dele.		
M24 – Relacionamento bom. Sempre quieto, carinhoso e atencioso com todos.		

		<p>M25 – Relacionamento tranquilo, não tem muitas brigas, se relaciona bem com as irmãs.</p> <p>M29 – É boa, ele é tudo de bom.</p> <p>M30 – É bom. Ele já foi afastado, não é de frequenta a casa, mas se dá bem com todo mundo.</p>
Regular	5	<p>M9 – Relacionamento bom, porque é mimado por ser caçula. O pai batia depois que começô a andá com má companhia, ficô pior em casa, brigava, respondia pra mim e brigava com os irmãos e com a namorada.</p> <p>M10 – Às vezes bom outras não porque brigava entre eles, depois táva tudo bem. Discutiam, por exemplo, vai lá em tal lugar pagá isso, falava pra um e cada um mandava o outro [desentendimento corriqueiro].</p> <p>M20 – Relacionamento bom porque o adolescente nunca respondeu pra mim, não brigava e sempre me obedeceu. Mas depois que começô a andá com outros menino da vila ele mudô e não ficava mais em casa e sumia.</p> <p>M26 – Ele tem bom relacionamento com as sobrinhas e com o pai. Se dá bem com a irmã e tem muita intimidade. Não tem muita afinidade com seu irmão.</p> <p>M28 – Até os 16 ano tudo bem. Com a irmã se relaciona bem. Começô a andá com colegas e ele não aceitava os conselho do padrasto, pois pegava muito no pé dele. Dáva conselho pra estudá e trabalhá. Com a irmã se relaciona bem.</p>

APÊNDICE L – Como foi o relacionamento entre a genitora e o adolescente.

Tipo	f de respostas	Respostas das mães
Ótimo/Muito bom	6	M4 – Pra mim é de muito carinho, proteção. Ele tem muito medo que algo aconteça [a mãe]. Tem muito amor e a gente é muito grudado.
		M13 – É ótimo, sempre me escutava, respeitava as regras da casa, me obedecia e não batia boca.
		M20 – Ótima, não tenho nada pra reclamá. A infância foi boa até 14 anos e não me dáva trabalho. Sempre foi um excelente aluno, nunca respondeu e não deu trabalho.
		M22 – Muito bom, além de mãe e filho somos amigos, me contava o que fazia. Teve uma infância tranquila e sempre me escutava.
		M23 – Sempre muito bem e sempre nos adoramos. Sempre passeamos até seus 15 anos. Ele era pequenininho e a gente vivia junto, curtia bastante e a gente ía na praça, rodeio e show.
		M27 – Muito boa. Eu amo ele demais e minha filha vive falando que eu gosto mais dele do que dela. Sofri demais quando ele veio pra cá.
Bom	13	M3 – Bom, respeita e se dá bem. Sempre procuro conversá, mas muitas vezes não escutava. Acho que foi as companhia, porque desde pequeno escutava e me obedecia.
		M7 – Bom. Respeita o que falo e é boa pessoa.
		M8 – É bom, ele nunca foi malcriado. Dáva conselho e ele obedecia, me escutava e não era agressivo.
		M9 – Relacionamento bom desde a infância, porque não respondia, não me maltratava. Os irmãos ficava bravo com ele porque respondia pra mim [na adolescência]. Ele é bastante apegado comigo.
		M11 – Bom, mas ele não me obedecia desde pequeno.
		M15 – Sempre foi bom. Me respeitô e se fosse fazê alguma coisa errada seria do portão pra fora. Sempre procurei conservá e aconselhá e ficava brava quando precisava.
		M16 – Relaciona bem. Ele vinha e conversava comigo.
		M21 – Por ser o caçula ele sempre foi mais apegado a mim, mais próximo do que os outro.
		M24 – Relacionamento bom. Sempre me escuto e aconselhei. Ele sempre carinhoso.
		M25 – Tranquilo. Conversava com ele e ele escutava e obedecia. Sempre fui apegada ao meu filho, porque não trabalhava e ficava cuidando dele
		M26 – Nunca se separamô até hoje. Tenho bom relacionamento, fico brava com ele, não passo a mão na cabeça.
		M29 – Foi bom. Menino educado e bom.
	M30 – É bom. Sempre calmo e uma pessoa boa de lidá com ele.	
	M1 – Bom. No começo me escutava, mas depois não escutava meus conselhos. Depois que entrô na escola com 7 anos ele não escutava o que eu falava.	

Regular	10	M2 – Na infância foi bom, eu procurava conversá e ele escutava. Mas com 14 anos não consegui mais controlá, ele saía de manhã e voltava à noite.
		M5 – Ele é mais mimado por ser moleque. O pai era mais chegado nas menina e eu fiquei mais apegado com ele. Em casa me escutava e obedecia desde pequeno. É caseiro e carinhoso comigo. Com 15 anos aprendeu a mentir pra mim. Pra sair ele falava que ia trabalhá, mas além de só trabalhá ele saía depois do trabalho. Começô ficá mais perto dos moleques.
		M6 – Quem cuidô dele foi eu. Ele respeitava e tinha vez que ficava bravo comigo. Ele não gosta de conselho, não conversava muito com ele, só quando táva bem. Ele não gosta de muita conversa.
		M10 – Rebelde, eu acho...eu tenho certeza.
		M14 – Bom. Eu brincava com ele, ele corria pra rua e eu corria atrás dele. Quando ele pegava alguma coisa dos outro eu fazia ele entregá, às vezes, castigava e batia nele. Ele ficava quieto. Quando ele juntô com esses meninos à toa, ele tinha 16 anos e daí o comportamento dele mudou. Ele chegava em casa calmo, mas não me escutava e eu dizia que não quero ver você na cadeia, mas ele dizia que não vinha.
		M17 – Sempre foi caseiro e ficô comigo, mas depois que o pai dele e eu se separamô ele ficô revoltado. Começô arranjá amigo na rua e depois que casei ficou revoltado. Ele tinha 9 anos. Relacionamento bom, mas piorô depois da separação. Relacionamento amigável, sincero, sem mentira, até mesmo quando ficava com vontade de se drogá, pedia dinheiro.
		M18 – Reservado, apesar de [a mãe] conversá bastante. Digo que sou pai, mãe e amiga e que ele pode confiá. Sempre me obedeceu, ele achava que era homem e queria trabalhá e foi aí que se afastou e posava na casa das pessoa. Eu cobrava ele pra voltá, mas não aparecia e foi se afastando.
		M19 – Normal e tranquilo. Respeitava e ía na escola até a 8ª série. Foi expulso e quando recebia as carta da diretora ele assinava meu nome. Com 16 anos notei que ele mudô de comportamento por usá droga.
M28 – Sempre foi quieto e educado. Com 14 e 15 anos obedecia a mãe, frequentava a escola, levavá o boletim pra casa. Mas com 16 anos mudô o comportamento, porque começô a andá com outros garoto do bairro.		
Ruim	1	M12 – Ele foi o que mais me deu trabalho. Ficava doente e se acidentava. Deu trabalho na escola porque mexia com os colega ou não prestava atenção nas aulas.

APÊNDICE M – Orientação materna ao adolescente e a reação dele.

Categoria	Tipo de educação	<i>f</i> de respostas	Respostas das mães	
			Comportamento da mãe	Reação do adolescente
			Positiva	Positiva
Educativo Positivo	Orientar/ Transmitir valores	25	M5 – Sempre orientava, sempre procurei colocá ele em projeto educativo pra preenche seu tempo e procurava conversá com ele.	Sempre me acompanhô [nos projetos educativos].
			M7 – Sempre bom e procurei conversá com ele. Falá o que podia e o que não podia.	Sempre obedeceu.
			M8 – Não batia, desde pequeno nunca bati nele, só conversava, dáva conselho.	Ele aceitava e ficava quieto.
			M9 – Acompanhava ele na escola. Conversava, dáva conselho, o que podia e o que não podia fazê. Só conselho bom. [mudou o comportamento] percebi e procurei sabê o que acontecia.	Ele cabulava aula. Com 15 anos ele começô a mudá seu comportamento. [aconselhava] Ele reagiu bem, escutava e ficava quieto, só respondia pros irmãos.
			M14 – Eu falava, aconselhava, procurava falá coisa boa, o que é certo.	Ele ficava quieto, às vezes chorava [sempre ouviu a mãe].
			M15 – Ensinando e conversando.	Ele sempre ouviu meu conselho.
			M18 – Converso bastante e nunca chamo atenção dele na frente de ninguém.	Reagia bem, escutava e ficava feliz. Perguntava se alguém ía sabê, eu dizia que a conversa é entre nós dois.
			M19 – Conversando.	Reagia bem, sempre me ouvia, não podia praticá [não seguia o conselho], mas ouvia.
			M20 – Sempre aconselhava a respeitá as pessoa e professora, aconselhava pra quando crescê trabalhá, não mexê nas coisas dos outro.	Reagia bem, não ficava nervoso e nem agressivo.

	<p>M22 – Sempre conversava muito, quando queria alguma coisa eu explicava se podia dá ou não. Nunca fui de batê e sim conversá.</p>	Reagia bem, às vezes concordava e às vezes fazia manha, mas concordava.
	<p>M27 – Sempre fui presente na educação do meu filho, queria que ele estudasse, trabalhasse e aconselhava ele.</p>	Ele reagia bem com meus conselhos.
	Positiva	Negativa
	<p>M1 – Levava pra igreja. Conversava, orientava e dáva conselho.</p>	Mas não quis mais [ir à igreja]. Reagiu resmungando [às orientações], mas ía. Ele retrucava dizendo que não ía dá nada porque era menor.
	<p>M4 – Procurei ensiná da melhor maneira possível. Ensiná o que era errado e certo, o caminho do bem.</p>	Eu acho que ele não entendeu nada e a resposta taí.
	<p>M11 – Sempre conversei e aconselhei.</p>	[aconselhava], mas não obedecia, até ir pra cá. Ele reagiu com agressividade e não gostava.
	<p>M13 – Fazendo o melhor. Procurava aconselhá pro caminho melhor. Procurei fazê de tudo pra encaminhá ele pro caminho do bem. Conversava, orientava sobre má companhia.</p>	Reagiu contestando as regras e falando bem dos colegas.
	<p>M30 – Procurei fazê tudo o que pude, mas pega uma idade e é difícil segurá. Sempre aconselhava.</p>	Ele ficava bravo dizendo que eu não acreditava nele.
	Positiva	Variou
	<p>M10 – Conversava com os meninos, falava que era certo. Sempre falando desde pequeno.</p>	Sempre obedeceu, ficou rebelde na adolescência.
	<p>M16 – Dá melhor maneira possível, mas como trabalhava muito ele ficava com o pai. Sempre aconselhei pra vida normal, trabalho, estudo. Quando eu aconselhava, ele escutava.</p>	Ele sempre foi uma criança amorosa, quieta. Ele obedecia, mas começou a ficá mais na rua.
	<p>M21 – Sempre fui uma mãe amiga, sempre deixei tudo aberto, eu não prendia. Eu deixava solto e ele só começô a dá trabalho de um ano pra cá por andá com má companhia. Quem levô ele pro mau caminho foi o tio dele.</p>	Às vezes, ele reagia bem, me escutava, mas às vezes, ficava com grosseria, me xingava. Depois que foi internado melhorô.

			M29 – Sempre falava pra não acompanhá mau companhia, não brigá na escola, respeitá as pessoas e professoras. Não mexê nas coisa alheia e aceitá os conselhos que era bom. Todo conselho é bom.	Enquanto táva em casa me obedecia, mas depois que saiu de casa (16 anos), começô aprontá.	
			Positiva	Não informou	
			M3 – Da mesma forma que eduquei os outro. Conversava, orientava e mostrava o que era certo e errado.	Não respondeu	
			M12 – Conversava, aconselhava a respeitá as pessoas e ter amor a Deus.	Não respondeu	
			M17 – Procurei sempre falá a verdade, aconselhá pra não se envolve com essas coisa.	Não respondeu	
			M23 – Fazia tarefa junto e ficamos sempre junto.	Não respondeu	
			M26 – Deixava ele brinca com qualqué pessoa. O que ele queria eu comprava, sempre tive um relacionamento bom. Fazia as vontade dele.	Não respondeu	
	Colocar regras/limites	9		Positiva	Positiva
				M23 – Igual a todos [filhos], briga de vez em quando, chama atenção quando precisa.	Era amoroso. Gostava de ficá perto.
				M26 - Chamava atenção e batia quando fazia coisa errada.	Ele corria, não assumia as coisas que fazia de errado e ficava na casa dos colega.
				M28 – Sempre fui firme.	Até 15 anos me obedecia, não dáva trabalho, respeitava as regra de casa.
				M24 – Não deixava sai pra rua, aí começou a estudá a noite com 15 anos, perdi o controle.	Ele chegava às 3 da manhã.
				Positiva	Variou
	M6 – Eu eduquei meu filho igual os outro e sem diferença [chamava atenção].	Foi uma criança tranquila e calma. Só que ele [adolescente] não gosta que a gente chama atenção. Depois do 14 anos ele mudô. Acho que seu comportamento piorô porque começô andá com uns meninos de fora.			

			M25 – Chamava sua atenção quando havia necessidade, mas meu marido sempre foi autoridade pra ele [adolescente]. Então, às vezes, entrávamos em conflito, eu deixava e ele não. Com 13 anos notei mudança no comportamento dele [adolescente]. Eu perguntava aonde ele ía e porque não ia pra escola.	Na infância foi uma criança tranquila e calma. [com 13 anos] Começô a não me escutá. [perguntava aonde ía] Ele falava que saía com os amigos e aí começô a dá problema.
			Positiva	Não Informou
			M5 – Também batia quando precisava, porque brigava com suas irmãs.	Não respondeu
			M12 – O pai deixava ele acorrentado pra não sai de casa e usa droga.	Não respondeu
			M14 - Quando não adiantava eu batia.	Não respondeu
Afetivo	Dar carinho/dedicação	1	Positiva	Negativa
			M4 - Com muito carinho e dedicação, sempre dando o melhor.	Eu acho que ele não entendeu nada e a resposta taí.
Educativo Negativo	Não dava atenção	2	Negativa	Negativa
			M2 – Não fui presente e não dáva atenção pra ele.	Ficô revoltado, daí não escutava o que eu falava, reagiu mal. Ficô revoltado e agressivo.
			M10 : “Foi minha culpa por causa da separação [com o pai do adolescente]. Meu filho que tá preso tinha 9 anos e ele [adolescente] tinha 7. Eu bebia e fumava e não dei aquela educação, atenção e carinho, que eles merecia.	Na adolescência não me obedecia, não tinha autoridade. [Ele] também não respeitava o pai.
	Permissiva	1	Negativa	Não Informou
			M15 – Acho que deixei ele saí muito cedo e as amizade que pra mim era boa não era.	Não respondeu

APÊNDICE N – Qual filho precisou de mais atenção e o motivo.

Quem	Motivo	f de respostas	Respostas das mães
Adolescente	Problemas de saúde/alimentação/ferimentos	6	M4 – O [adolescente] porque sempre foi miúdo, magro e nasceu doente. Eu sempre tive que cuidá mais dele. Ele teve gripe e sofre de sinusite, também caiu muito, acho que tinha problema. Dáva bastante leite e cálcio.
			M6 – Desde a infância, foi ele. Desde os 5 anos teve dor de cabeça que sente até hoje. Sempre fui com ele no médico e ele tem sinusite e renite.
			M12 – Sim, [o adolescente] porque não teve culpa de ter nascido com hérnia. E ele pulava muito e quebrô o braço.
			M14 – O adolescente, porque andava atrás dos outros. Eu ficava preocupada. Também por causa da doença dele, ele tinha apendicite e quase morreu. Depois quebrô o braço, caiu da árvore e quase morreu.
			M18 – O meu filho [adolescente], porque não comia, achava que passava fome. Foi se alimentá com comida (arroz, feijão e fruta) só com 11 anos. Antes só comia leite e pão.
			M22 – Com o meu filho [adolescente], porque ele não dormia a noite por causa da cólica até os 8 meses. Ele chorava, cheguei a dá calmante natural, mas não adiantava.
	Conduta antissocial/nervoso	3	M2 – Foi meu filho [adolescente] porque era mais nervoso que os outro.
M5 – Meu filho [adolescente] deu trabalho na escola, porque brigava e eu tinha que ir lá [escola]. Ele brigava porque não admitia que batia nele.			
M8 – Meu filho [adolescente], porque dava mais trabalho. Depois fiquei pegando no pé dele, porque ele saía da escola e eu dáva conselho.			
Carinhoso/respeitador	1	M7 – Sim, meu filho [adolescente] porque é o mais carinhoso e me respeita.	
	Permanecia muito tempo sem a mãe	1	M13 – O adolescente, porque eu trabalhava na roça e ele ficava longe de mim e ficava na creche

	Gênero	1	M17 – Meu filho [adolescente], porque sempre desejei ter um menino, paparicava desde pequeno. O [adolescente] sempre precisô mais da minha ajuda. Minha outra filha tá bem encaminhada.
	Caçula	1	M26 – Meu filho [adolescente] talvez porque foi o último filho caçula e exigia mais atenção.
Irmão	Conduta antissocial/ nervoso	3	M10 – Na adolescência, meus dois filho mais velho [irmãos do adolescente] por causa do tráfico.
			M21 – O irmão [do adolescente], porque desde pequeno deu trabalho. Com 9 anos tive que buscá ele no centro da cidade. Ele deixava de ir na escola pra andá com os meninos.
			M29 – O meu filho [irmão do adolescente] porque é nervoso, irritado e qualqué coisa fica estressado. Desde criança é bravo e agitado.
	Portador de necessidade especial	3	M11 – Meu filho mais velho [portador de deficiência mental]. Ele foi morto.
			M20 – Não, mas com a deficiência do meu filho tive que dá mais atenção pra ele. [deficiente físico]
			M27 – Pra meu filho [irmão do adolescente], por causa do problema dele. [deficiente físico]
Rejeitado pelo pai	1	M9 – Meu filho [irmão do adolescente] porque o pai dele não quer bem ele. Quando engravidei trabalhava na roça. E o pai dele fez pouco caso dele por acha que não era seu filho.	
Mesma atenção		10	M1 – M3 – M15 – M16 – M19 – M23 – M25 – M30 – Não.
			M24 – Não. Só que eles [filhos] não acham.
			M28 – Não. Procurei dá atenção pra todos.

APÊNDICE O – Com qual membro familiar o adolescente é mais apegado e o motivo.

Quem	Motivo	f de respostas	Respostas dos adolescentes
Mãe	Atenção/conversa	9	A5 – Com minha mãe porque sempre soube cuidá de mim. Quando eu fazia coisa errada ela conversava comigo.
			A8 – Com minha mãe porque sempre conversô comigo. Ela sempre deu conselho e sou mais apegado na minha mãe do que meu pai.
			A13 – Com minha mãe porque consigo conversá mais com ela e tenho corage pra falá.
			A14 – Com minha mãe porque ela conversa comigo.
			A16 – Com minha mãe, porque conversa mais comigo e entende mais eu.
			A17 – Com a minha mãe, porque tenho ciúmes dela, dela arrumá namorado. Eu não deixo não, porque ela dá mais atenção pra eles.
			A18 – Com minha mãe porque ela conversa comigo.
			A20 – Com minha mãe porque ela sempre conversô e vivemô sempre junto .
			A25 – Com minha mãe porque converso com ela direto.
	Apoio/ajuda	5	A3 – Com minha mãe porque sempre me deu o maior apoio. Quando precisei dela ela conversô comigo e por causa dela eu vi que a droga táva acabando comigo.
			A4 – Com minha mãe porque ela sempre tá do meu lado quando preciso dela.
			A12 – Com minha mãe porque ela sempre tá comigo. Tudo que eu preciso ela me ajuda.
A19 – Com minha mãe, porque sempre morei com ela e fiquei do lado dela. Ela sempre me ajudô.			
A28 – Com minha mãe porque sempre me ajudô, sempre trabalhô pra fazê o melhor pra mim, mesmo nas dificuldades ela me ajudô.			
Amor/carinho	3	A11 – Com minha mãe porque me criô desde pequeno. Me deu amor e carinho.	
		A27 – Com minha mãe porque ela gosta de mim e eu gosto dela. Sempre tive do lado dela e nunca fiquei tão afastado assim. Minha mãe é tudo.	

			A30 – Com minha mãe porque desde pequeno eu tô com ela.
Genitores	Amor/carinho	2	A7 – Com meus pais, porque todos gostam o mesmo tanto de um e do outro.
			A23 – Com minha mãe e com meu pai porque demonstram um amor maior.
	Atenção/conversa	1	A9 – Com meus pais, porque sempre deram atenção pra mim.
	Apoio/ajuda	1	A1 – Com meus pais, porque quando precisava deles, eles táva comigo.
Pai	Atenção/conversa	2	A21 – Com meu pai, porque desde que eles se separaram, eu fiquei mais com meu pai e sou mais apegado a ele.
			A29 – Com meu pai, porque ficô mais perto de mim e por mais tempo. Participô de tudo e minha mãe saiu de casa por um tempo.
	Apoio/ajuda	1	A15 – Com minha mãe porque ela nunca me abandonô. Aconteceu um monte de coisas comigo por causa da droga e ela nunca me abandonô.
	Mais permissivo	1	A6 – Com meu pai porque ele deixa fazê as coisa e eu queria ir num lugar e ele deixava. Já minha mãe não deixava eu ir.
Mãe/avó	Atenção/conversa	2	A2 – Com minha mãe e minha vó porque conversô mais com elas.
			A24 – Com minha mãe e minha vó porque me dão atenção e tão sempre juntos de mim.
Avó	Criou desde criança	1	A22 – Com minha vó porque me criô desde criança.
Outros (Irmãos, irmã, prima)	Atenção/conversa	1	A10 - Com meu irmão porque ficava junto e crescemo junto. Nós táva sempre perto.
	Amor/carinho	1	A26 – Com minha prima e irmã. Minha irmã me escuta e minha prima sempre me deu carinho.

APÊNDICE P – Idade que iniciaram a prática infracional, o primeiro ato e o motivo.

Motivos	f de respostas	Resposta do adolescente
Comprar/usar drogas	5	CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO FURTO
		<p>A2 – Com 7 anos comecei a furtá [...] com 13 anos comecei a robá pra sustenta o vício. A primeira vez que roubei [roubou o próprio pai] gastei o dinheiro com minha mãe. Ela não falô pro meu pai pra eu não apanhá. Dos outros roubo nunca ficô sabendo. Se soubesse ela me bateria. Ela tá certa, porque não pode, é pecado.</p>
		<p>A15 – Com 16 anos, [começou a furtar] pra sustentá o vício, porque precisei ir atrás de drogas pra usá. Antes usava com os amigo, mas precisei roubá pra conseguir dinheiro. Minha mãe sabia e ia falá pro Juiz, sabia porque ia me buscá, várias vezes, na Delegacia. Falava um monte, apanhava e depois ela desanimou. Não falava mais nada, porque eu não escutava e só fazia coisa errada. Se eu tivesse ouvido tudo o que ela me falô, eu não tava aqui.</p>
		<p>A21 – Com 14 anos comecei a furtá. Foi por causa da droga. Ela [mãe] não sabia. Se soubesse ela ia tomá providencia e ia me mandá embora. Concordo com sua atitude porque não tinha precisão disso, levá coisas roubada pra dentro de casa.</p>
		<p>A26 – Com 17 anos já fazia pequenos furto. Pra sustentá meu vício com as droga. Eu não sei se ela sabia [também roubava], mas sabia que eu usava droga. Ela me apoiava e escondia da minha irmã e do meu pai. Meu pai era mais rígido. Minha mãe falava que não era pra mim falá pro pai. Eu concordava porque ele fumava [maconha].</p>
		<p>A30 – Com 12 anos. Comecei [furtar] por causa da droga e pra comprá droga. Minha mãe não sabia e se soubesse não sei qual seria sua reação.</p>
Influência/ser valorizado	3	<p>A23 – Com 16 anos comecei a furtá por influência dos outro, pra eu me relacioná com o grupo. Minha mãe não sabia. Se soubesse iria me aconselhá bastante pra pará de faze isso. Concordaria com sua atitude porque eu sei que minha mãe não deseja nada de ruim pra mim e seus conselho me ajudaria e me apoiaria a não fazê isso.</p>
		<p>A25 – Com 11 anos. Pegava [furto] chocolate nos mercado, comia e dáva pros outros meninos comê. Não precisava e não sei porque fazia isso. Algumas pessoas [vizinhos] falava pra minha mãe o que eu fazia, às vezes ela acreditava e às vezes não. Falava um monte e perguntava por que eu fiz isso.</p>
		<p>A29 – Com 8 anos [furtava] porque via os outros fazê e pra chamá atenção dos colega eu fazia. Isso me dáva ibope. Eu via os outro fazê e queria fazê o mesmo. Muitas vezes pensava nas consequências em outras não. Todos da família [sabiam] por causa do conselho tutelar. Aconselhava pra eu não fazê que isso não era bom pra mim. Às vezes eu xingava ela, falava pra ela cuidá da vida dela e às vezes eu concordava com os conselho. Eu não queria fazê o certo [porque] o errado pra mim era divertido.</p>
Aquisição de bens materiais	1	A13 – Com 14 anos [começou a furtar], porque não tinha dinheiro pra comprá brinquedo [...] minha mãe não

		sabia e se soubesse ela ia bate em mim.Eu concordaria porque ela trata de mim.
Impulso/prazer	1	A2 – Com 7 anos comecei a furtá, porque gostava e sentia prazer.
Lazer	1	A6 – Com 14 anos [começou a furtar], vendia as coisa roubada pra ir nas festa. Minha mãe não sabia que roubava. Se soubesse não sei o que ela ia falá. Quando minha mãe ficô sabendo ela chorô e me xingô. Concordo com o que minha falou, acho que ela tá certa.
		CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO ROUBO
Comprar/usar drogas	4	A3 – Com 15 anos assaltava pra sustentá meu vício. Minha mãe não sabia e se soubesse ela ia pedí pro meu irmão me levá pra morá com ele ou ia chamá a polícia. Se fosse pra í com meu irmão eu ia, mas com a polícia não porque ficaria com medo.
		A12 – Com 15 anos, [começou a roubar] foi por embalo de amigos. Saímos em turma e começô naquele negócio de droga. Minha mãe não sabia, fico sabendo quando fui preso. Se soubesse ela não ia aceitá, porque todos trabalhavam.
		A13 – [...] Com 16 anos róbava pra sustenta meu vício. Minha mãe não sabia e se soubesse ela ia bate em mim.Eu concordaria porque ela trata de mim.
		A17 – Com 16 anos. Por causa da droga. Pra consumí eu roubava. Minha mãe sabia e me falava um monte. Perguntava onde eu tinha arrumado, que ia dá problema e chorava. Meu padrasto ficava bravo comigo e minha mãe defendendo eu. Meu padrasto mandava eu embora e minha mãe ia comigo, mas eu pedia pra ela voltá pra casa. Fiquei na casa de um colega por alguns dias e minha mãe levava comida, roupa, cesta básica e dinheiro. Concordava com o que minha mãe falava, mas não dava ouvido porque não acreditava que vinha preso.
Impulso/prazer	3	A4 – Com 15 anos fiz assalto [roubo a mão armada], mas não precisava fazê pra me mantê. Fiz por impulso. Minha mãe não sabia que eu fazia assalto. Ela não sabia por que eu tinha vergonha de falá pra ela. Não sei dizê a atitude dela [mãe] se ficasse sabendo.
		A5 – Com 12 anos [furtava e roubava]. No começo achei engraçado pegá de quem tinha e aí depois veio à dependência por dinheiro e minha mãe não tinha dinheiro [...].
		A14 – Com 11 anos, não sei porque róbava, mas sempre senti essa necessidade. Róbava qualqué coisa, fita durex, borracha, caneta, um par de coisa, bebida, isqueiro, cigarro, chocolate. Eu tinha que roubá alguma coisa, depois que roubava eu sossegava. A minha mãe sabia de pequenos furto e da minha dependência com as droga, mas quanto ao tráfico desconfiava. Aconselhava eu pra pará com essa vida, que não ia dá lucro e sim cadeia ou morte. Concordo com minha mãe porque ela quer meu bem.
Aquisição de bens materiais	2	A5 – Com 12 anos já pichava, furtava e róbava [...] pra comprá roupa nova. Minha mãe não sabia que eu róbava. Só uma vez teve que ir na delegacia, porque tinha acontecido um rôbo e o cara que foi rôbado estava bêbado e incrimino a gente, mas não róbamo. Minha mãe disse que um dia eu ia sê preso e que ela não queria que acontecesse isso. Ela me aconselhava e eu era teimoso. Concordo com a atitude da minha mãe porque ela não queria que eu viesse prá cá [internação].

		A28 – Com 17 anos roubei, porque táva a procura de dinheiro fácil. Ela [mãe] não sabia do meu envolvimento. Se soubesse ficaria decepcionada. Ela desconfiava, mas nunca tinha certeza. Quando perguntava eu mentia. Se soubesse ela ía me dá mais conselho e eu ia concordá porque ela é minha mãe.
Influência/ser valorizado	1	A12 – Com 15 anos [começou a roubar] e foi por embalo de amigos. Saímos em turma e começô naquele negócio de droga.
Lazer	1	A5 – Com 12 anos [pichava, furtava e roubava] [...] pra curtí festas [...].
Não informou	1	A20 – Este foi meu primeiro B. O. [17 anos praticou roubo]. Não era envolvido no crime e nem nas droga. Minha mãe sempre me aconselhava a não me envolvê com certas pessoa, com droga e não faze coisa errada. Concordava mas eu “mosquei” [bobeou]. Minha mãe não queria me ver num lugar desses.
		CRIMES CONTRA A PESSOA TRÁFICO
Aquisição de bens materiais	9	A7 – Com 15 anos [começou a traficar], porque eu queria ganhá dinheiro fácil, via os outro e queria também [...].
		A8 – Com 13 anos [começou a traficar] [...]. Eu não tinha nada pra por no pé, não tinha meia, chinelo, sapato e comecei a traficá pra ganha dinheiro. Comprava as coisas pra mim e pro barraco da minha mãe [Entregava a mãe cerca de R\$ 100,00 por mês]. Ela não sabia que eu táva no tráfico. Eu falava que táva trabalhando e ela acreditava. Ficaria brava comigo se soubesse e não ia permití minha saída pra rua.
		A9 – Com 16 anos [começou a traficar] [...] e com o dinheiro que ganhava comprava rôpa, ia pra festa [...].
		A10 – Com 15 ou 16 e foi pelo dinheiro que me envolvi no tráfico. Ela sabia e me aconselhava pra não sê preso. Ela me ameaçava de denunciá pra polícia. Quando descobriu ficô bastante brava. Concordava com os conselho, mas não ouvia.
		A11 – Com 14 anos [começou a traficar] [...] daí veio o dinheiro fácil e as coisas fácil.
		A16 – Com 15 anos [começou a traficar], porque dava dinheiro e eu comprava droga [...].
		A19 – Com 16 anos [começou a traficar], porque queria dinheiro pra [...] comprá roupa. Minha mãe não sabia. Se soubesse iria me dá conselho, não deixava eu sai de casa. Não concordaria com a atitude dela, porque na época não pensava ser preso.
		A22 – Com 15 anos [começou a traficar]. Por necessidade. A minha mãe não sabia por que táva presa. Caso soubesse ficaria assustada e ía se preocupá comigo por ter passado por isso.
		A27 – Este é meu único ato infracional [começou a traficar com 17 anos]. Fiz pra pagá dívida da moto. Minha mãe não sabia e quando ficô sabendo, teve um choque. Ela disse prá não faze mais isso. Concordo com o que ela disse porque fiz uma coisa errada.
		A7 – Com 15 anos [começou a traficar], porque eu queria ganhá dinheiro fácil, via os outro e queria também [usuário de droga]. Minha mãe e minha família não sabia que eu táva no tráfico. Se ela soubesse não sei o que ela podia me falá. Só sei que ia apanhá. E se eu apanhasse eu ia concordá, porque eu tava errado.
		A8 – Com 13 anos comecei a traficá, por causa do dinheiro [usuário de droga].

Comprar/usar drogas	7	A9 – Com 16 anos comecei a traficá pra ser independente dos meu pais. Com o dinheiro que ganhava comprava [...] droga pra usá. Minha mãe não sabia, ficou sabendo depois que vim preso. Ela ia dá bastante conselho pra mim não se envolvê. Concordaria com minha mãe porque sempre acatei as ideias dela.
		A11 – Com 14 anos comecei a traficá, pulei de para-queda [usuário de droga]. Não podia arrumá nada porque não tinha estudo e daí veio o dinheiro fácil e as coisas fácil. Minha mãe não sabia. Se soubesse teria chamado a policia e eu não ia concorda com a atitude dela.
		A16 – Com 15 anos [entrou no tráfico] porque dava dinheiro e eu comprava droga [...]. Meus pais desconfiavam, mas não sabiam. Eles me aconselhava pra tomá cuidado pra não cair na cadeia. Se soubessem não aceitariam.
		A19 – Com 16 anos [entrou no tráfico], porque queria dinheiro pra [...] usá droga. Minha mãe não sabia. Se soubesse iria me dá conselho, não deixava eu sai de casa. Não concordaria com a atitude dela, porque na época não pensava ser preso.
		A22 – Com 15 anos entrei no tráfico. Por necessidade [usuário de droga]. A minha mãe não sabia por que táva presa. Caso soubesse ficaria assustada e ía se preocupá comigo por ter passado por isso.
Lazer	2	A9 – Com 16 anos [começou a traficar] [...] com o dinheiro que ganhava [...] ia pra festa [...].
		A19 – Com 16 anos [começou a traficar], porque queria dinheiro pra gasta em festas [...].
Preso inocentemente	1	A24 – Com 17 anos. Eu não fiz isso. [acusado por tráfico] Eu tava na rua, na frente da casa onde foi achado a droga e aí me acusaram de venda de droga. Minha mãe sabia que eu tinha amizade com os meninos que se envolvia com coisa errada, sempre me dáva conselho dizendo: você vê com quem você anda.
		CRIMES CONTRA A PESSOA HOMICÍDIO
Não informou	1	A18 – Este é meu primeiro B. O. [17 anos praticou homicídio]. Minha mãe não sabia que eu táva envolvido, só ficô sabendo quando fui dá meu primeiro depoimento, antes de vir pra cá.
		CRIMES CONTRA O PATRIMONIO E A PESSOA FURTO E TRÁFICO
Comprar/usar droga	1	A1 – Com 12 anos comecei a traficá e com 13 anos comecei a furtá [para sustentar o vício]. Fui pará na delegacia. Comecei a usá droga. Quando você usa droga você não qué sabê de nada. Minha mãe sabia e ela falava pra pará porque ela queria meu bem. Não concordava com seus conselhos. Sabia que os conselho era pro meu bem, mas não concordava.

APÊNDICE Q – Familiares infratores e relacionamento dos adolescentes com eles.

Categoria	f de respostas	Respostas do adolescente	
Sim		ÁLCOOL/DROGAS	
		Quem da família utilizou	Relacionamento
Relacionamento Positivo	19	A2 – Meu tio usava droga, mas ele morreu. Ninguém da minha família foi preso.	Ele era legal e eu gostava dele.
		A13 – Meus pais usa droga [pai usa maconha e a mãe crack]. Sistema prisional não.	Relacionamento ótimo. Comecei a fumar por causa dos meus amigos da rua. [Não acredita que os pais possam ter o influenciado ao uso de drogas].
		A14 – Minha companheira fuma maconha.	Minha relação é boa e nunca briguei com ela. De vez em quando discutia e depois acalmava.
		SISTEMA PRISIONAL	
		A6 – Droga não. Agora preso tá meu primo.	Me relaciono bem, converso normal, gosto dele e acho que ele é boa pessoa.
		A22 – Já cumpriu minha mãe [tráfico] e meus dois tios [tráfico e assalto].	Me relaciono bem com eles e falava pra mim pará que eu ia pra Febem. Achava importante os conselhos mas, não dava atenção.
		A24 – Meu tio já ficô preso, mas faz tempo e hoje ele trabalha.	Nosso relacionamento é bom porque ele sempre me dá conselho pra não fazê nada de errado.
		ÁLCOOL/DROGAS E SISTEMA PRISIONAL	
		A1 - Meu irmão usô droga e meus primo foi preso.	Meu relacionamento com eles é bom. Sempre andamos junto e eu gostava de ficá com eles.
		A5 – Meu primo usô droga e agora tá preso.	Nossa relação era boa, ele me aconselhava a não fazê o que ele fazia [usá droga e roubá].
A9 – Meu irmão usô droga. Meu outro irmão foi preso.	Eu não andava com meus irmão. Eu gostava de andá mais com meus colega. Meu relacionamento com eles era bom.		

		A10 – Meu irmão mais velho usô droga e tá preso.	Meu relacionamento com ele é bom. Eu dáva conselho pra ele não usá droga. Eu acho meu relacionamento bom com meus irmão porque conversamo.
		A11 – Meu irmão [falecido] usava droga. Meu primo foi preso mas ele mudô de bairro e perdemô o contato.	Perdi o contato com meu primo. Meus pais não deixava ter amizade com ele, mas acho que seria legal.
		A15 – Tenho um tio que usô droga e outro que tá preso. Meu padrasto também ficô preso.	Tenho um relacionamento bom com os dois [tios], mas o que usô droga dáva conselho pra não fazê coisa errada, ele encontrava eu na rua drogado e me levava pra casa. Meu relacionamento é bom com ele [padrasto]. Ele me dá um monte de conselho pra eu não entrá nessa vida.
		A17 – Meu tio ficô preso por 6 meses. Hoje trabalha de encanador, comprô carro e frequênta igreja. Meu pai usava droga [maconha, álcool, cigarro] e acho que continua usando, até hoje, só que menos.	Meu relacionamento com eles [pai e tio] é de boa e tranquilo. Não tem discussão e nem briga. Acho o relacionamento bom porque eles não me ensinaram nada de errado.
		A18 – Meu tio usô droga e foi preso. Perdi o contato com ele, a última vez que vi ele eu tinha 15 anos.	Acho meu tio legal.
		A21 – Meu tio usô droga e foi preso.	Tenho um relacionamento bom. Ele dizia pra eu não me envolvê no crime, ele me dáva um monte de conselho.
		A25 – Meu primo usô droga e tá preso.	Tenho um bom relacionamento com ele. A gente conversava e ia pra festa.
		A26 – Meu pai usô e meu tio usa droga. Meu cunhado tá preso e meu tio saiu da prisão.	Sempre conversei com eles. Meu tio sempre me deu conselho.
		A27 – Meu tio usô droga e foi preso.	Meu relacionamento com ele é normal, tranquilo e bom. Hoje ele não faz mais isso.
		A29 – Meu irmão usô droga e tá preso por tráfico.	Meu relacionamento com ele é bom. Meu melhor companheiro pra sai pras festas. Gosto dele e da sua companhia.
		ÁLCOOL/DROGAS	

Relacionamento conflituoso conflitos (Às vezes bom e às vezes ruim)	5	A3 – Meu pai e minha mãe são alcoólatras. É duro isso, porque é uma doença.	Sinto tristeza e é difícil vê eles assim. Eu gosto dos meus pais mesmo nessa situação.
		SISTEMA PRISIONAL	
		A19 – Tenho um tio que foi preso por assassinato, eu não converso com ele porque ele fica em outra cidade.	Meu relacionamento é mais ou menos, gosto e não gosto de conversá com ele, perguntava muita coisa de mim e eu não gostava.
		A28 – Meu primo já fico preso, mas muito tempo atrás.	É difícil eu encontrá ele e conversá com ele.
		A23 – Meu primo ficô preso.	Não tinha amizade com ele.
		ÁLCOOL/DROGAS E SISTEMA PRISIONAL	
A8 – Minha tia usô droga. Meu irmão tá preso.	Eu sou mais de boa com meu irmão, não gosto muito da minha tia porque quando eu era pequeno ela batia muito em mim.		
Não tem/teve familiares nessa condição	6	A4 – A7 – A12 – A16 – A20 – A30 – Não.	

APÊNDICE R – Conhecimento das mães sobre os atos infracionais dos adolescentes e atitudes tomadas.

Orientações	<i>f</i> de respostas	Respostas das mães
Sabiam		
Orientar	9	<p>M9 – Fiquei sabendo logo que começô a fumá. [ele] Falô pras meninas (colegas) e pra namorada e aí elas contaram pra mim. Fiquei com vontade de chorá, conversei com ele, mas ele negou dizendo que era mentira delas.</p>
		<p>M13 – Fiquei sabendo, já era tarde, antes dos 16 anos já aprontava. Ele fico melhor quando começô a trabalhá. Quando soube, não acreditava, eu sempre falei pra ele não fazê isso. O que é dos outros é dos outros.</p>
		<p>M14 – Quando ele tinha 15 anos. Não tinha certeza, mas os vizinho diziam que ele [adolescente] táva aprontando, eu ficava brava com ele. Ele ficava quieto. Pedia pra ele procurá igreja.</p>
		<p>M15 – Começô a roubá depois da dependência crônica com o crack. Ele tinha 14 anos. Procurei falá pra ele [adolescente] se afastá do traficante. Mas pra ele o traficante era rei e não aceitava falá mal dele. Meu filho teve ele [traficante] como um ídolo.</p>
		<p>M25 – Algumas coisas eu sabia, como as pichação. Outras não sabia. Pedia pra não fazê, mas ele dizia que os colegas fazia.</p>
		<p>M26 – Fiquei sabendo pela minha cunhada e pelo meu marido, mas não acreditei porque pra roubá casa grande tem que sê profissional. Aconselhava, mas ele virava as costa e não fazia nada.</p>
		<p>M27 – Quando fiquei sabendo foi porque táva armado. Fiquei nervosa, queria sabê de quem era [a arma]. Aconselhei mais ainda, como largá colega pra lá e não andá com má companhia.</p>
		<p>M28 – Com 16 anos. Não sabia por ele, mas pelas pessoa da comunidade porque davam indiretas pra mim. Ficava na dúvida, perguntava pra ele e procurava aconselhá pra não fazê nada de errado e não andá com má companhia. Levei um choque quando a polícia parô em casa e levô ele pra delegacia.</p>
<p>M29 – Fiquei sabendo por causa do conselho tutelar. Dizia pra ele não roubá, não andá com má companhia, não mexe nas coisa dos outros.</p>		

Orientar/ ameaçar	2	M17 – Sabia por que ele falô pra mim. Dáva maior dura e falava que ía pra Febem e eu não ía visitá.
		M23 – Sabia, porque fui buscá ele na delegacia umas três vez, durante 6 meses. Conversava bastante. Dizia que não podia andá com esses meninos. Ele gostava de andá armado e eu falava que ia pra Febem e que isso não ía sê bom pra ele.
Orientar/agredir	1	M3 – Começô a frequentá a casa do primo do meu marido. Soube do envolvimento porque frequentava a casa dessa pessoa. Os filhos dele [primo] tão preso. Eu ia lá [na casa do primo] e chamava e conversava com meu filho. Mas um dia dei um coro nele, porque se escondeu. Entrei na casa, perguntei se ele táva lá e eles mentiram. Como não acreditei entrei na casa e peguei ele e dei um coro.
Ação concreta	2	M8 – Com 10 anos começô usa droga. Roubá não fazia. Quando descobri que táva fumando fui pegá ele na casa da minha irmã e levei ele pro pai dele. Eu falava que não é certo, não faz bem pra ele porque é perdição. Ele escutava, ficava quieto, não era agressivo.
		M30 – Quando descobri já fazia tempo. Uma vez quando cheguei em casa ele tinha roubado uma casa. Fiz devolvê tudo pra mulhé. Briguei bastante com ele [adolescente] e quando saia pra trabalhá dizia que era pra obedece a irmã dele, mas ele não obedecia.
Desconfiavam		
Orientar	1	M21 – Desconfiava do uso da droga, por causa da reação dele. Ele ficava mais apavorado e mais estúpido. Explicava, conversava, perguntava se era falta de carinho e atenção.
Orientar/ameaçar	3	M5 – Eu desconfiava e perguntava, mas ele negava. Ele não parecia com nada em casa. Procurei orientá ele e falava que não ía vê ele na Febem.
		M11 – Fui sabê do seu envolvimento quando foi pra delegacia. Se soubesse falava que táva errado e que ía pra Febem. Eu desconfiava e quando perguntava, ele [adolescente] negava.
		M19 – Não sabia do seu envolvimento porque ele consumia o que vendia. Não trazia dinheiro pra casa. Ficava imaginando que táva no tráfico. Perguntava por que ele saia tanto e ele dizia que ía passeá. Conversava bastante, dizendo que isso não era vida e que ele ia pra Febem. Levei ele pra casa de recuperação, não quis ficá, fez tratamento uma semana, mas o remédio deixava ele mole.
Não sabiam		

<p style="text-align: center;">Orientar (caso soubessem, ou já orientavam, independentemente, da conduta do filho)</p>	7	M1- Não sabia por que táva com o pai dele. Nunca fiquei sabendo. Se soubesse ficaria nervosa, mas procuraria conversá e dá conselho.
		M2 – Não sabia. Se soubesse daria conselho pra não roubá
		M6 – Que eu tenho conhecimento, o camburão veio em casa pra pegá o RG do meu filho. Procurava orientá, dáva exemplo, batia. Procurava mostrá o certo e o errado, comparava com seus tios e primos. Nunca deu valor pra coisas boas, só pra coisas erradas.
		M7 – É a primeira vez que vem pra Fundação. Eu não sabia e se soubesse daria conselho pra não fazê.
		M12 – Cumpriu L.A. e soube quando estorô. Não sabia antes. Procurei orientá das consequências.
		M16 – Não sabia. Se soubesse falava pra ele pará com aquilo, mudá de vida pra não prejudicá ele e levaria ele pra igreja.
<p style="text-align: center;">Não informou a conduta</p>	5	M20 – Eu sabia que ele conversava com os moleques, mas não sabia se ele táva envolvido com essas coisas [atos infracionais]. Sempre dei conselho pra não saí com os meninos, [ele] dizia que não táva fazendo nada.
		M4 – Nunca soube que táva envolvido. Aconteceu isso e foi pra valê.
		M10 – Ele traficô por dois meses. E quando fiquei sabendo entrei em depressão e ele não me obedecia.
		M18 – Eu não acredito que se envolveu em outros [atos infracionais].
		M22 – Não sabia e quando ele disse que ía pra outra cidade eu falei pra ele não ir, mas ele foi. Ele mentiu e foi preso. Minha reação foi de pavor. O [adolescente] disse que não táva fazendo nada de errado e os meninos confirmaram e eu acreditei.
M24 – Com 17 anos, foi seu primeiro B.O. Ele nunca foi envolvido com isso.		

APÊNDICE S – Os sentimentos das mães diante da internação dos filhos.

Sentimentos	Motivo	f de respostas	Respostas das mães
Tristeza, angústia, mágoa, revolta	Por estar internado	8	M1 – Tristeza de vê ele nessa situação. Mãe sofre. O que a gente queria é que o filho tivesse com a gente.
			M8 – Tristeza porque ele tá aqui. Não vejo a hora dele voltá pra casa.
			M10 – Às vezes sinto desânimo, mas na hora começo a falá com Deus.
			M18 – Angustiada, porque ele tá aqui. Se pudesse eu levava ele embora.
			M20 – Tristeza, porque não é fácil visitá todo domingo e voltá sem ele.
			M21 – Tristeza, porque ele faz muita falta.
			M22 – Tristeza, porque de repente a gente se vê longe do filho da gente.
	M27 – Tristeza porque ele tá aqui. Chorei muito.		
	Por ter se comportado inadequadamente	5	M4 – Uma perca muito grande porque aconteceu o que não devia acontecê. Se envolveu com essa gente e táva com arma na mão. Mas tá se recuperando.
			M13 – É difícil perdoá, a gente dá apoio. Ele me magôo bastante. Ele não precisava fazê isso.
			M14 – Triste e angustiada. Toda vez que venho aqui tenho vontade de levá ele embora. Ele não devia ter feito isso, acompanhá a cabeça dos outro.
			M19 – Magoada por ter aconselhado e ele não ter escutado.
			M28 – Sinto amor pelo meu filho e revolta, por não aceitá o seu comportamento.
			M5 – No começo foi triste, mas há males que vem pro bem. Aqui ele passô de ano na escola e eu tô achando que ele melhorô bem.

Confortada/feliz	Filho está protegido, bem cuidado, estudando	7	<p>M6 – No começo ficava angustiada, magoada e chorava muito. Mas paro pra pensá e aqui ele tá sendo bem cuidado. Agora tô feliz porque tá sendo bem ótimo.</p> <p>M7 - Tô feliz em sabê que ele tá bem, tá comendo bem, tem escola e tá aprendendo muitas coisas.</p> <p>M9 – Sinto bem porque ele tá bem tratado e não tá na rua.</p> <p>M16 – No começo senti muita tristeza, porque via os meninos da praça conversando. Hoje me sinto confortada por sabê que ele não corre risco de vida.</p> <p>M24 – Eu acho que é bom ele tá aqui pra não tê problema na rua.</p> <p>M26 – Eu sinto que ele tá muito bem, eu tô feliz por ele tá aqui, eu tenho tanto medo que aconteça alguma coisa pra ele, então, ele tá aqui e tá bem. Eu tenho medo do mundo lá fora e eu não ía suportá meu filho morto.</p>
Esperança	Que melhore o comportamento, não use drogas	6	<p>M3 – Esperança que saia melhor daqui.</p> <p>M11 – Esperançosa por acreditá que ele pode melhorá.</p> <p>M12 – Que ele mude quando saí daqui. Temos que dá muita força.</p> <p>M17 – Ele vai firmá, não voltá pras droga. Espero que mude. Meu sentimento é que ele ergue a cabeça, dê orgulho pra gente.</p> <p>M25 – Tenho fé em Deus que ele saia com outra cabeça, tenho bastante esperança.</p> <p>M30 – Acho que ele mudô bastante. Fala coisa diferente e agora tô mais animada com ele.</p>
Saudade	Por sua ausência	3	<p>M2 – Sinto vazio por sentí saudade e quando venho visitá, fico alegre porque ele tá bonito.</p> <p>M23 – Eu adoro ele e quero ele o mais rápido possível em casa, eu não vivo sem ele.</p> <p>M29 – Tô sentindo uma saudade imensa, fez quatro mês que eu não vejo ele.</p>
Preocupação com seu retorno	Medo dele agir inadequadamente	2	<p>M15 - Tudo o que passo, passo. Mas me sinto insegura e com medo dele retorná e iniciá a droga.</p> <p>M17 – Pra sê franca, fico preocupada. Ele vai saí e fico com a orelha em pé. Se por ventura tropeçá, que a gente esteja pronta pra conselhá e fica em cima. Vai da cabeça dele e se ele não quere ele vai pra lugá ruim.</p>

APÊNDICE T – O que os adolescentes esperam para seu futuro.

Categoria Geral	Subcategorias	f de respostas	Respostas dos adolescentes
Relações interpessoais	Viver bem em sociedade (melhore, não use drogas, siga exemplo do irmão)	10	A1 – Espero que eu mude pra mim não voltá pra esse lugar.
			A2 – Não quero mais usá droga [porque] só me arrastô ficá rôbando e pichando. Não quero mais mexe com arma.
			A12 – Espero ficá de boa e pará de aprontá.
			A15 – Espero, principalmente, pará com as droga.
			A16 – Não quero mais usá droga, perdi a vontade, tava estragando eu. No começo tinha vontade, mas foi limpando o corpo.
			A17 – Tô regenerado senhora [...] quero mostrá pros outros que eu não era aquilo que eles pensam de mim.
			A20 – Eu espero uma vida melhor.
			A22 – Espero mudá de vida.
			A25 – Quero mudá e sai dessa vida.
			A28 – Tem que usá bem a mente [...] pelo menos a polícia não fica em cima. E se for preso posso pegá mais de 10 anos ou posso até morre.
	Valorizar a família	21	A2 – Ajudá meus pais e ficá com minha namorada.
			A4 – Arrumá uma esposa pra mim.
			A7 – Quero ajudá minha família.
			A8 – Espero ter minha casa.
			A10 – Espero construí minha família.
			A11 – Construí uma família com esposa e filhos.
			A12 – Agora tem meu filho, minha mãe e meu pai. Não quero dá mais desgosto.
			A13 – Cuidá da minha filha e tentá dá o melhor pra minha mãe e pro meu pai.
			A14 – Quero construí minha família com minha companheira.
			A16 – Alugá uma casa [...] e se eu tivé de boa [sobrar dinheiro], quero ter um filho.
			A17 – Arrumá uma namorada.

			<p>A19 – Espero ajudá minha mãe e construí uma família.</p> <p>A20 – Eu espero construí minha família e ajudá minha família.</p> <p>A21 – Eu quero ter uma família, minha própria casa e não ficá dependendo dos meus pais.</p> <p>A23 – Uma família.</p> <p>A24 – Espero ajudá minha família.</p> <p>A26 – Quero arrumá namorada, ter uns filhos, ajudá meus pais e minha irmã.</p> <p>A27 – Construi minha família e arrumá minha casa.</p> <p>A28 – Quero construí uma família e ter filhos.</p> <p>A29 – Espero fica perto da família, valorizá as pessoas que querem ajudá a gente.</p> <p>A30 – Voltá com a namorada e ajudá minha família.</p>
Profissional/ Material	Arrumar emprego	27	<p>A1 – Espero trabalhar.</p> <p>A2 – Quero arrumá um emprego.</p> <p>A3 – Arrumá um serviço que já tá garantido [venda de produto doméstico].</p> <p>A4 – Arrumá um trabalho e continuá minha vida.</p> <p>A5 – Que eu arrume um emprego também.</p> <p>A7 – Quero trabalhar.</p> <p>A8 – Espero trabalhar.</p> <p>A9 – Espero sai daqui e mostra bastante coisa que aprendi. Terminei os curso e acho que vai serví pra mim.</p> <p>A10 – Espero arrumá um emprego.</p> <p>A12 – Espero sair daqui e trabalhar.</p> <p>A13 – Quando sai daqui quero trabalhá [...] queria um emprego bom pra minha mãe não trabalhá mais.</p> <p>A14 – Quero trabalhá.</p> <p>A16 – Arrumá emprego.</p> <p>A17 – Vou sai daqui e trabalhá com meu tio.</p>
			<p>A18 – Quero trabalhá e nunca mais voltá aqui.</p> <p>A19 – Espero arrumá um emprego.</p>

			<p>A20 – Eu espero arrumá um trabalho.</p> <p>A21 – Eu quero trabalhá.</p> <p>A22 – Espero arrumá um emprego.</p> <p>A23 - Um trabalho.</p> <p>A24 – Espero arrumá um serviço.</p> <p>A25 – Quero trabalhá.</p> <p>A26 – Quero arrumá um serviço pra sustentá minha família e também minha irmã que tá precisando.</p> <p>A27 – Ter um serviço digno.</p> <p>A28 – Quero trabalhá nem se for pra ganhá pouco.</p> <p>A29 – Espero um emprego.</p> <p>A30 – Arrumá um emprego.</p>
	Estudar	9	<p>A4 – Dá continuidade nos meus estudos.</p> <p>A9 – Espero acabá meus estudos.</p> <p>A10 – Espero sai daqui e terminá meus estudos e fazê algum curso.</p> <p>A11 – Terminá meu estudo e fazê curso, talvez uma faculdade.</p> <p>A14 – Quero estudá.</p> <p>A21 – Eu quero estudá [...] pode fazê faculdade.</p> <p>A23 – Estudar.</p> <p>A24 – Espero fazê curso e terminá meus estudos.</p> <p>A25 – Quero estudá.</p>
	Adquirir bens	3	<p>A3 – Quando eu ficá de maior eu vou comprá uma moto ou um carro.</p> <p>A16 – Comprá uma moto ou um carro.</p> <p>A17 – Comprá um carro com o dinheiro guardado no banco [a mãe poupa dinheiro para o filho], comprá roupa e andá bem arrumado.</p>
			<p>A5 – Um futuro melhor e que eu fique bem e que todo mundo possa ser feliz e eu também.</p> <p>A6 – Sei lá, acho que tudo de bom.</p> <p>A8 – Espero ser feliz e saí daqui e ficá no mundão de paz.</p> <p>A11 – Melhoras, porque quero subir na vida.</p>

Valores	Ser Feliz	10	A17 – Fazer minha mãe feliz.
			A21 – Eu acho que meu futuro vai sê bom.
			A23 – Um próspero futuro com grandes conquistas, atingir minhas metas, enfim viver.
			A24 – Espero coisa boa e saí daqui.
			A27 – Viver tranquilo.
			A29 – Espero muitas coisas, mas nem tudo conseguirei realizar.
	Responsável	3	A7 – Tô de boa dessa vida que eu tava. Eu quero outro caminho.
			A8 – Espero não traficá.
			A14 – O melhor, eu quero ficá de boa e não quero mais roubá.
	Religioso	2	A7 – Quero ir pra igreja.
A17 – Ir pra igreja.			

APÊNDICE U – O que as mães esperam para os adolescentes no futuro.

Categorias gerais	Subcategorias	f de respostas	Respostas das mães
Relações interpessoais	Viver bem em sociedade (melhore, não use drogas, siga exemplo do irmão)	15	M1 – Espero que mude.
			M2 - Espero que saia um menino transformado, mudado, conheça novas pessoas e fique longe de más companhias.
			M3 – Que ele siga o exemplo do irmão
			M4 – Sucesso e paz.
			M5 - Espero que mude e que vê bem o que vai fazê.
			M6 - Que saia daqui com a cabeça transformada e que dê um bom exemplo pro filho que tá pra nascê..
			M8 – Creio que ele vai saí bom daqui e que vai mudá.
			M9 – Vive a vida dele fora das coisas erradas.
			M10 - O melhor e que ele seja outra pessoa, como se fosse nascer de novo, recomeçar, renascer tudo de novo.
			M12 – Seja um homem de bem e siga o exemplo do irmão.
			M15 – Que recupere o tempo perdido.
			M16 – Tudo de bom e que se regenere, que pense positivo e que viva bem em sociedade.
			M17 – Fique longe da droga e fazê sua vida.
			M19 – Que melhore e não procure mais droga e tenha uma vida decente.
			M20 – Espero que saia com outra cabeça, explico pra ele que os meninos tão do mesmo jeito e não quero que ele se envolva. Que alcance seus objetivos e seja um homem de verdade.
	Valorizar a família	6	M7 – Ajude o pai.
			M9 – Cuide de seu filho.
			M13 – Crie sua filha porque ele tem que aproveitá o crescimento da criança.
			M14 – Cuide da vida dele e da família e que ele case e tenha filhos.
			M15 – Arranje uma namorada.
			M23 – Que tenha uma namorada boa e bonita.
			M2 – Conheça novas pessoas e fique longe de más companhias.

	Saiba escolher companhias	5	<p>M9 - Fique longe de má companhia.</p> <p>M18 - Que escolha melhor suas amizades.</p> <p>M26 - Que não fique na rua saindo com os colegas.</p> <p>M28 - Não se envolva com má companhia.</p>
Profissional/ Material	Arrumar emprego	19	<p>M3 – Que arrume um emprego.</p> <p>M5 - Que arrume um trabalho.</p> <p>M9 – Arrume um serviço.</p> <p>M12 – Tenha um bom emprego.</p> <p>M13 – Espero serviço bom.</p> <p>M14 – Que trabalhe.</p> <p>M15 – Trabalho.</p> <p>M16 – Que comece a trabalhá.</p> <p>M17 – Procure um emprego. Ele tem que se ocupá.</p> <p>M19 – Trabalhe.</p> <p>M20 – Quero que trabalhe.</p> <p>M22 – Desejo que arrume um bom emprego e que possa trabalhá.</p> <p>M23 – Arrume um serviço.</p> <p>M24 – Que arrume um emprego.</p> <p>M25 – Arrume um emprego, aliás já tá arrumado. Ele vai trabalhá com meu</p> <p>M26 – Que ele arrume um emprego e tenha uma ocupação.</p> <p>M27 – Que arrume um emprego e vá trabalhá.</p> <p>M28 – Espero que trabalhe.</p> <p>M30 – Espero que trabalhe e vá a luta pra melhorá de emprego.</p>
	Estudar	14	<p>M5 – Quero que tire carta [motorista] pra quando tivé carro.</p> <p>M7 – Vai pra escola.</p> <p>M8 – Quero colocá ele na escola.</p> <p>M9 – Estude.</p> <p>M11 – Que estude, faça cursos e faculdade e que seja alguém na vida.</p> <p>M15 – Que estude.</p> <p>M17 – Fazer curso e estudá.</p> <p>M19 – Que ele estude.</p> <p>M21 – Desejo que continue nos estudos.</p> <p>M23 – Eu quero que continue estudando.</p>

			M24 – Tire carta [motorista] de carro.
			M26 – Que estude à noite, apesar do medo que tenho da escola à noite.
			M27 – Que faça curso de computação e estude.
			M30 – Que termine os estudos e tire carta [motorista].
	Adquirir bens	1	M12 – Tenha uma moto ou um carro.
Valores	Ser feliz	7	M1 – Não quero vê ele sofre.
			M2 – Que ele seja feliz.
			M4 – Felicidade.
			M16 – Que ele seja feliz.
			M22 – Seja feliz.
			M23 – Que seja feliz.
			M29 – Que seja um homem feliz
	Religioso	3	M1 – Espero que frequente a igreja e que confie no meu pai [Deus].
			M25 – Gostaria que ele fosse pastor.
			M27 – Se batize na igreja.
Responsável	2	M6 – Que saia responsável daqui.	
		M28 – Que tenha a cabeça no lugar.	
Honesto	2	M1 – Que ele fale a verdade.	
		M29 – Espero que seja um homem honesto.	
Geral	O melhor, tudo de bom	3	M3 – O melhor.
			M4 – Tudo de bom.
			M23 – Só coisa boa.

ANEXOS

Anexo 01



FOLHA DE INFORMAÇÃO

Proc. nº _____	
Rubrica: <i>Julia</i>	Fl. nº 100

Ref.: C.I. nº 049/2009 – UI/UIP Bauru, de 27/01/2009.

Ass.: Encaminha requerimento da servidora VALÉRIA CRISTINA ZANE, solicitando autorização para realizar pesquisa numa Unidade desta Fundação.

Teudo em vista as informações contidas no presente e diante da manifestação da Divisão Regional Sudoeste, Superintendência de Saúde, Diretoria Técnica e da Escola para Formação e Capacitação Profissional, AUTORIZO, nos termos do Artigo 8º da Portaria Normativa nº 155/2008, a servidora VALÉRIA CRISTINA ZANE, RE nº 22.795-0, Analista Técnica/Psicóloga, lotada na UI/UIP Bauru, a realizar pesquisa organizada pelo projeto intitulado: “Relação de Apego dos Adolescentes em Conflito com a Lei e seus Genitores” no CASA Botucatu, para subsidiar sua dissertação de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Universidade Júlio de Mesquita Filho – UNESP-Bauru, devendo, contudo, a coleta de dados ocorrer após o término do trabalho, de forma a garantir os trabalhos ali desenvolvidos.

Ressalta-se, também, que a realização de entrevista com os adolescentes está condicionada à autorização expressa dos pais, do responsável ou do próprio entrevistado, de acordo com os Artigos 11 e 12 da aludida Portaria.

À Escola para Formação e Capacitação Profissional para as providências indicadas no Artigo 10 da Portaria Normativa nº 155/2008.

C.G.P., em 10 de agosto de 2009.

Ana Claudia Marino Bellotti
Ana Claudia Marino Bellotti

Chefe de Gabinete

Anexo 02



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

PRIMEIRA VARA CRIMINAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE
COMARCA DE BOTUCATU/SP
Rua João Passos, nº. 552 - Centro - Cep: 18.600-040 - fone: (0xx14) 3882.0899

MGPSD

Botucatu, 29 de junho de 2009.

Senhora Diretora

Pelo presente, em atenção ao vosso ofício nº 344/2009, referente a pesquisa "relação de apego dos adolescentes em conflito com a lei e seus genitores", informo a V.Sa. que foi por este Juiz foi DEFERIDO o pedido para que Valéria Cristina Zane, aluna do Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem *scriptu-sensu*, nível Mestrado, desenvolva a pesquisa, desde que haja expressa concordância dos pais.

No ensejo, apresento a Vossa Senhoria os protestos de elevada estima e distinta consideração.


ORLANDO HADDAD NETO
Juiz Substituto

FUNDAÇÃO CASA BOTUCATU
Recebido em 30/06/09
Horário: 14:00 Nº Entrada 572
Recebido por Lucia

À ILMA. SRA. DIRETORA DA FUNDAÇÃO C.A.S.A. "BONS VENTOS"
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DA FEBEM DE BOTUCATU
JULIANA ROSA
AVENIDA JOSÉ ÍTALO BACCI, SEM Nº, JARDIM AEROPORTO
BOTUCATU-SÃO PAULO
CEP. 18.606-851

Anexo 03



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Bauru



O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP, RECONHECE que o projeto “Relação de apego entre os adolescentes em conflito com a lei e seus genitores”, Processo nº 1396/46/01/08, sob responsabilidade da Professora Doutora Ligia Ebner Melchiori teve seu título alterado para “Adolescentes em conflito com a lei e suas famílias”, sem nenhuma alteração em seu conteúdo metodológico e nos aspectos éticos concernentes.

Bauru (SP), 02 de fevereiro de 2010

PROF. DR. ARI FERNANDO MAIA
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)